Sidney W. Mintz

O Poder Amargo do Açúcar

Produtores escravizados, consumidores proletarizados

Ao longo de meio século, o renomado antropólogo e professor norte-americano Sidney W. Mintz vem produzindo um invejável conjunto de estudos de ponta acerca da organização da produção e da mão-de-obra nas plantações das ilhas caribenhas. É de estranhar o fato de suas pesquisas serem pouco divulgadas num país como o Brasil onde a grande propriedade açucareira tem exercido um papel fundamental na sua formação. Esta coletânea, *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*, cuidadosamente preparada pela professora Christine Rufino Dabat, vem preencher esta lacuna.

O primeiro artigo da coletânea, "Produção Tropical e Consumo de Massa: um Comentário Histórico", lança uma luz valiosa sobre o relacionamento entre a história da Europa e a formação das sociedades açucareiras do Novo Mundo através da análise sobre a interação da crescente demanda de açúcar pela classe trabalhadora européia e a organização da produção açucareira nas Américas.

Em seguida, Professor Mintz tece várias considerações acerca do processo de globalização e a formação das sociedades açucareiras nas Antilhas no artigo "Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras: a Região do Caribe como Oikumenê". Para ele, a experiência destas sociedades demonstra que a globalização não é um fenômeno recente, pois iniciou-se no final do século XVI. Num terceiro artigo, "O Poder do Doce e a Doçura do Poder", o autor salienta a importância do relacionamento entre História e Antropologia no estudo das

O PODER AMARGO DO AÇÚCAR

Produtores escravizados, consumidores proletarizados

O PODER AMARGO DO AÇÚCAR

Produtores escravizados, consumidores proletarizados

Coletânea de artigos de

SIDNEY W. MINTZ

Organização e tradução
Christine Rufino Dabat

Recife 2003

EDITORA FILIADA A ABEU – Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Capa: xilogravura "O corte de cana" cedida por Giuseppe Baccaro, com a autorização do autor José Costa Leite.
Revisão final: Adelina Monteiro de Araújo
Diagramação: Maria do Carmo Guerra

Mintz, Sidney Wilfred, 1922
O poder amargo do açúcar : produtores escravizados, consumidores proletarizados / organização e tradução Christine Rufino Dabat. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2003.
199 p.: il.

Na capa: xilogravura "O corte da cana" cedida por Giuseppe Baccaro com a autorização do autor José Costa Leite.

Inclui bibliografia.

1. Açúcar – Aspectos sociais – História – Coletâneas. 2. Economia açucareira – História – Coletâneas. 3. Produção – Organização social. 4. Caribe – História. I. Dabat, Christine Rufino. II. Título.

316.334	CDU (2.ed.)	UFPE
301.09	CDD (21.ed.)	BC2003-063

Índice

Prólogo

Sidney W. Mintz

Muito me honra a presente coletânea, tradução de meus artigos preparada cuidadosamente por Christine Rufino Dabat, bem como sua introdução ao volume. Esta revela uma coerência de assunto, assim como de raciocínio nos textos que não era tão aparente no decorrer dos anos em que estava redigindo esses trabalhos. Ao evidenciá-la, a organizadora me chamou a atenção para partes de meu argumento que não me apareciam tão claramente. Para o mestre, ser assim ensinado é um profundo cumprimento. Gostaria de pensar que é também uma demonstração emocionante do verdadeiro sentido da educação.

Esses artigos foram escritos em diversas épocas e com diversos propósitos, naturalmente pensando em leitores algo distintos em cada caso. Cronologicamente, o primeiro, que aparece por último no livro, foi redigido no México, junto com o finado Eric R. Wolf, no verão de 1954. O mais recente, cronologicamente, foi o da Conferência Thomas Henry Huxley, "Substâncias Duradouras", que proferi no Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, em dezembro de 1994. Esses textos, portanto, foram escritos em quarenta anos de minha vida como antropólogo. Críticos poderiam perguntar como o tempo poderia ter ficado tão suspenso em termos dos conceitos que ligam esses artigos, e não tenho certeza de poder apresentar uma resposta convincente. Mas fico muito feliz que a organizadora dessa coletânea tenha visto nisso, não uma evidência da estagnação de minhas idéias originais, mas uma prova de minha constância de propósito. O leitor poderá decidir por si próprio.

Quando fui convidado a acrescentar algo a esse volume, ocorreu-me que alguns leitores poderiam interessar-se em saber como - ou por que - esses artigos foram escritos. Isso não nos é sempre explicado por aqueles que lemos, embora talvez fosse preciso. As circunstâncias, em alguns desses casos, podem ser moderadamente surpreendentes, ou mesmo engraçadas. Mas serei breve. No primeiro

caso, viajei da Jamaica, onde havia ficado o verão a fazer trabalho de campo, para a Cidade do México, onde Wolf havia me convidado a visitá-lo, enquanto ele estava empenhado no campo. Infelizmente, quando cheguei, encontrei-o acamado com um caso sério de hepatite. Ele morava no apartamento de nosso amigo Angel Palerm e, esperançosamente toda manhã, o diálogo, na mesa do café, começava sempre com alguém dizendo: "*Eric se puso un poco menos amarillo esta mañana!*"[1] De fato, não se tomou nenhuma providência para ir a campo, até que Eric manifestasse sinais de melhora. Ele estava obviamente entediado pela ociosidade forçada, e todos tentávamos diverti-lo. Embora estivesse trabalhando em assuntos que diziam respeito ao comércio, disse-lhe que estivera pensando num artigo tipológico sobre os grandes domínios agrícolas nas ilhas e na América Central, pelo qual ele manifestou interesse. Após conversarmos, mas quase sem pensar, começamos o trabalho. (Usávamos sua máquina de escrever portátil. Era da marca Royal, e Wolf continuou a usá-la até sua morte. Posso identificar uma página datilografada nela até hoje).

Acabei de explicar que estava morando no apartamento de Palerm, mas, de fato, ele ficava hospedado no quarto de empregada, no sótão do prédio onde a família Palerm residia. Todo dia o visitava e nós nos revezávamos para datilografar. Quando eu cansava, ele batia à máquina enquanto eu ditava. Ambos datilografávamos apenas com dois dedos. Acabamos o trabalho em, mais ou menos, uma semana. Mas o que tínhamos realizado era, naturalmente, apenas o esqueleto de nosso argumento. De qualquer modo, foi um exercício que nos encheu de vigor e ajudou a diminuir seu tédio, que era considerável. Uma vez publicado, o artigo teve vida longa. Bert Hoselitz o havia rejeitado para a revista *Economic Development and Cultural Change*, mas Dudley Higgins aceitou-o na revista jamaicana *Social and Economic Studies*, e ele ganhou certa audiência. Da mesma maneira que ocorreu com nosso primeiro artigo em dupla, sobre apadrinhamento, foi rejeitado por uma editora antes de ser aceito por outra. (Esse primeiro artigo foi recusado por Melvin J. Herskovits, então editor do *American Anthropologist*, que argumentou não ser ele

[1] Em espanhol no texto. "Érico ficou um pouco menos amarelo, esta manhã!". N.d.t..

suficientemente histórico. Mais tarde, foi aceito por Leslie Spier, editor do *Southwestern Journal of Anthropology*, que o apreciou).

"Produção Tropical e Consumo de Massa" foi redigido quando fui convidado a Taiwan pelo Institute of Ethnology (Academia Sinica) daquele país. Lembro dessa visita com grande prazer. Um de nossos anfitriões, Ka Chih Ming, havia achado meu trabalho útil quando estivera redigindo sua tese de doutorado sobre o açúcar e a ocupação japonesa de Taiwan (Formosa). Ele fez com que minha esposa e eu nos juntássemos a ele numa viagem ao sul da ilha, para ver as plantações canavieiras. Foi uma viagem inesquecível sob todos os aspectos – uma oportunidade para ver uma economia açucareira diferente, para apreciar a companhia de jovens colegas, sem esquecer a excelente comida. Depois que voltamos a Taipei, e proferi minhas palestras, foi-me pedido um artigo para sua revista. Nele procurei tornar a história do açúcar nas Américas relevante para os especialistas de Taiwan, que tratavam da história da agricultura em larga escala no seu próprio país. Exigiu de mim que pensasse as culturas de plantação numa tela maior e isso me levou a lembrar o maravilhoso trabalho de Ida C. Greaves, *Modern Production among Backward Peoples*, publicado em 1935, antecedendo, dessa forma, por mais de meio século, todo o barulho em volta da globalização que ouvimos hoje em dia.

Meu artigo sobre as definições de escravo e proletário surgiu porque eu havia convidado Immanuel Wallerstein para escrever um texto para uma série de palestras na Universidade Johns Hopkins. Para minha surpresa e meu prazer, ele concordou com entusiasmo. Sua conferência foi um grande sucesso. Mas, enquanto o levava para o aeroporto de Baltimore para embarcar de volta a Binghamton, e lhe agradecia por sua visita, ele falou com absoluta naturalidade: "Estou mais do que feliz em vir. No entanto, espero que você venha a Binghamton para retribuir. E vou lhe dar o título da palestra que gostaria que você proferisse: 'Era o escravo de plantação um proletário?'" Nas circunstâncias, concordei sem vacilar. Parecia que não me restava muita escolha! O assunto era intimidador e comecei a escrever com um certo desassossego; mas era também intelectualmente

excitante, irresistível. Nunca ousaria escrever algo desse tipo sem o estímulo de Immanuel. O artigo foi publicado na revista do Braudel Center, *Review*.

"O Poder do Doce e a Doçura do Poder" é, em certos aspectos, o mais ambicioso de todos esses artigos. Acho que ele é também o mais destemido e o mais revelador de minha própria perspectiva. Isso pode ser devido, em parte, às circunstâncias. Fui convidado a proferir, em Amsterdã, uma palestra em homenagem a Duijker, renomado psicólogo holandês. Embora essa série de palestras tivesse seus próprios participantes, meu caro amigo Harmannus (Harry) Hoetink e sua esposa Ligia me entregaram o convite inicial, e isso me dava uma oportunidade de vê-los. Quando aluno iniciante, havia escolhido a Psicologia como minha disciplina principal, mas mudei inteiramente para a Antropologia nos meus estudos avançados. Suponho ter visto, na palestra em homenagem a Duijker, uma rara oportunidade de delinear o que achava fossem os pontos fortes da Antropologia em relação às outras Ciências Sociais. Nunca propus argumentos tão abrangentes em publicação. Pensava que o assunto era mais apropriado para ser tratado numa aula sobre conceitos nas Ciências Sociais, do que para uma palestra. No entanto, tive muito prazer em escrever esse artigo. Ele foi publicado muito rapidamente nos Países Baixos, mas não tive oportunidade de corrigir as provas. Conseqüentemente, a versão publicada, embora muito bem feita, tinha muitos erros. Posteriormente, preparei a presente versão revisada e – acho – algo melhorada, que, no entanto, nunca foi publicada antes.

"Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras: A Região do Caribe Como Oikoumenê" é um texto relativamente novo. É uma das últimas coisas que vou escrever sobre a região do Caribe. Estava nervoso a respeito porque a conferência em homenagem a Huxley é bastante apavorante. Seu nome vem de uma grande figura, um grande educador, um homem corajoso, que honrava a verdade acima de qualquer outra coisa. A medalha Huxley é a maior honra do Royal Anthropological Institute; e sabia que pessoas como Sir Raymond Firth e Lord Peter Bauer, a cujos seminários havia

assistido, poderiam estar na platéia. De fato, estavam e me ouviram com equanimidade. Nessa conferência, queria que meus ouvintes e leitores vissem que a Antropologia esteve errada ao considerar em menor apreço os povos do Caribe, enquanto objetos de estudo; afirmava que, de várias maneiras, o Caribe era tanto mais parte do futuro quanto do passado. Apesar das muitas deficiências que vejo nela agora, é uma das poucas coisas que escrevi que me pareceu ser prometedora.

Minha esperança é que os leitores brasileiros vejam esse livro, entre outras coisas, como uma tentativa para escapar da camisa de força, cada vez mais vasta, do idioma inglês. Além disso, ao escrever esses ensaios, e nos esforços da tradutora para torná-los acessíveis, espero que os leitores discernirão minha contribuição para unificar nossas idéias sobre como as pessoas se comportam e as maneiras como podemos estudá-las, de um lado, e do outro, os modos como as pessoas, de fato, atuam.

Introdução

Christine Rufino Dabat[1]

Sidney W. Mintz é muito citado na literatura sobre o Brasil; muito mais do que a divulgação de sua obra aqui deixaria esperar. Todo estudioso da realidade histórica brasileira, particularmente na sua dimensão agrária, utiliza o conceito de plantação - "*plantation*", como gostam de dizer. E todo aluno, até mesmo de segundo grau, se transforma num pequeno Monsieur Jourdain, que, segundo Molière, fazia prosa sem o saber: esforça-se para acertar a pronuncia de tão mágica palavra explicativa do seu passado nacional ou regional, associando-a às culturas - cana-de-açúcar, café, cacau - que moldaram, por tanto tempo, sua sociedade, a paisagem que o cerca.

Por que, então, trabalhos tão instigantes, textos conceitualmente fundamentais nesse âmbito foram publicados em português de maneira quase confidencial? Por que a obra magistral de seu autor, *Sweetness and Power: the Place of Sugar in Modern History* (1985) (*O Doce e o Poder: o Lugar do Açúcar na História Moderna*) ainda espera por uma tradução em português? São os insondáveis mistérios da política editorial tupiniquim. O presente volume ambiciona apenas preencher parte desta lacuna, e - tomara! - incentivar o mundo da edição a empreender a publicação das obras maiores de nosso autor.

Há mais de cinqüenta anos que a comunidade acadêmica se beneficia do trabalho de Sidney W. Mintz, antropólogo, pesquisador e professor norte-americano. Universalmente citada ou aludida, sua obra é imensa e diversificada. Sua importância é reconhecidamente capital na área do estudo das relações de trabalho, dos mercados e da cultura, ou melhor, da região do Caribe como um todo e, particularmente, da economia açucareira. A seleção aqui proposta não pretende, e nem poderia refletir, mesmo palidamente, a amplitude do trabalho realizado nesses decênios de investigação empírica e de pesquisa teórica, menos ainda delinear, mesmo brevemente, os caminhos de um pensamento vivificante. Ela se propõe apenas a

[1] Professora no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

fornecer algumas amostras da abrangência e pujança dos escritos de Sidney W. Mintz e, assim, oferecer ao leitor brasileiro algumas de suas mais desafiadoras idéias a respeito de um novo entendimento do mundo açucareiro americano.

O elenco dos artigos propostos aqui cobre um período bastante amplo na produção escrita do autor, desde o famoso "Fazendas e Plantações" (Mintz & Wolf 1957), texto fundador do conceito de plantação ("*plantation*"), que ele redigiu com seu grande amigo e parceiro intelectual, Eric Wolf, até trabalhos muito recentes como "Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras" (Mintz 1996). A escolha arbitrária desses textos tem como eixo a procura de um melhor entendimento dos mecanismos de implantação e expansão da indústria açucareira no Novo Mundo. Os artigos traduzidos aqui podem ser considerados como balizas, pois assinalam algumas das dimensões e riquezas do pensamento de Mintz, em diversas épocas, a esse respeito. Três já foram publicados em revistas da Universidade Federal de Pernambuco, em parte esgotadas. Novas traduções completam esta coletânea, compondo um conjunto restrito, mas evocativo, de uma obra cuja fama mundial sublinha a importância para o entendimento de um planeta há muito globalizado.

Antropólogo, Mintz ensina esta disciplina nas mais prestigiosas universidades do mundo, há vários decênios. Seu campo de pesquisa privilegiado é o Caribe, onde começou a trabalhar no final dos anos 40, sob a orientação de Julian Steward; este foi aluno de Alfred Kroeber, que, por sua vez, foi discípulo de Franz Boas, linhagem intelectual de extremo prestígio e ousadia de pensamento que sua obra perpetua. A originalidade de seu percurso começou precisamente pela escolha do objeto de estudo: os canavieiros de Porto Rico, em vez de alguma "tribo selvagem", como era esperado na concepção da disciplina antropológica vigente naquela época.

Frente à sociedade do Caribe, tão complexa na sua formação e inserida seminalmente, havia muitos séculos, no que Immanuel Wallerstein definiria como a Economia-mundo, Mintz, insistente questionador da realidade, enveredou, cada vez mais, pelo caminho

interdisciplinar. Ao utilizar o rico instrumental conceitual da Antropologia e ao aproveitar o olhar "de fora", que define inicialmente esta disciplina forjada para entender as "outras" sociedades, segundo o recorte comtiano, o autor alargou seu campo de investigação em novas dimensões. Observando sociedades obviamente produtos de eventos históricos recentes (a Conquista do continente pelos Europeus, despojando os ameríndios de sua terra e do seu trabalho, o transporte forçado de trabalhadores africanos, a produção de açúcar para mercados do Velho Mundo) e reconhecidos como tais, ele passou a explorar, entre outros, os domínios da História. Esta disciplina, regida pelo olhar "de dentro" do campo dos vencedores, enriquecer-se-ia muito com essa colaboração anunciadora da hoje tão badalada interdisciplinaridade. A frutífera associação de uma postura antropológica frente a um objeto tradicionalmente atribuído ao campo histórico, uma dupla heresia, em suma, permitiu a esse pesquisador rigoroso, mas atrevido, alargar o âmbito de nosso entendimento de uma forma intelectualmente inovadora. Pois Mintz formula perguntas e esboça respostas, fornece argumentos, confronta dados, desobstruindo nosso olhar de verdades fossilizadas. Ele amplia assim o horizonte da análise e da reflexão, abrindo perspectivas novas sobre "velhos" objetos.

Revisitando audaciosamente obviedades historiográficas, promovendo a inclusão das substâncias comestíveis no rol dos assuntos dignos de estudo histórico (além de antropológico), Mintz desvenda aspectos não explorados do passado, particularmente nas suas dimensões intercontinentais, revelando contornos até então desapercebidos das relações entre a América, a África e a Europa. Mais ainda, com toda a humildade dos grandes pensadores, ele convida o leitor a um exercício fascinante e salutar: examinar e refletir sobre as relações assim reveladas, avaliar os elementos de resposta que surgem dessas novas associações de fatos e atores históricos, testando rotinas interpretativas que ameaçariam, de outro modo, transformar-se em dogma. Nesse sentido, suas obras são altamente inspiradoras e estimulantes, sobretudo para leitores brasileiros, que podem perceber imediatamente o parentesco estreito de sua realidade histórica com aquela do Caribe.

Algumas das mais eminentes contribuições de Mintz para um melhor conhecimento da história da América estão expressas, embora muito resumidamente, nos artigos aqui apresentados. O primeiro, intitulado "Produção tropical e consumo de massa: um comentário histórico" (Mintz 1990) introduz sumariamente uma temática desenvolvida na obra-mestra *O Doce e o Poder* (Mintz 1985), que associa inovadora e esclarecedoramente produtores e consumidores de açúcar, numa paisagem histórica renovada pela estreita articulação entre esses dois grupos humanos. Os europeus, saindo do seu continente para conquistar o mundo, inventaram a plantação como modelo de organização da produção. Um dos primeiros e mais importantes produtos associados a essa novidade foi o açúcar. Desde as cruzadas, os habitantes do Velho Continente haviam desenvolvido um apreço crescente pelo "Sal da Arábia". De produto de luxo reservado à nobreza, ele passou a fazer parte de cardápios mais modestos. Entre os consumidores, cada vez mais numerosos e ávidos de doce, estavam os trabalhadores do Velho Mundo, cujo simples peso numérico transformou uma dinâmica produtiva iniciada nos Tempos Modernos.

Num contexto de um doloroso processo acelerado de industrialização e urbanização, submetidos a condições de vida e de trabalho desumanas, concentrados em grandes unidades fabris, reduzidos a meros acessórios das máquinas, sujeitos a seus ritmos danosos desde a mais tenra idade, os operários de ambos os sexos encontravam no melaço um meio prazeroso e rápido de repor suas energias exploradas sem mercê pelo capital industrial. Ademais, Mintz enfatiza que a presença compensadora da substância nova na mesa dos trabalhadores pobres europeus era dotada, além das calorias, de uma forte carga simbólica, pois seu consumo era revestido de prestígio: embora pobres, eles comiam açúcar "como um rei".

O aumento extraordinário do consumo de sacarose per capita, durante os séculos XIX e XX, na Europa e América do Norte, é muito eloqüente, pois, paralelo ao crescimento industrial. O açúcar havia sido associado às substâncias estimulantes, mas amargas, como o café, o chá e o cacau, cuja aceitação pelos paladares europeus era garantida

graças ao seu poder adoçante. Rapidamente, transformou-se num alimento indispensável, pois fornecia uma efêmera sensação de saciedade e boa disposição física e psicológica frente às tarefas penosas, de duração e intensidade crescentes, impostas aos proletários da grande indústria nas metrópoles.

Instigantemente, para a historiografia clássica, Mintz associa esses desdobramentos à evolução do uso de mão-de-obra nas regiões produtoras de açúcar. A dura exploração uniformizava, de fato, a condição concreta de trabalhadores forçados, das mais diversas origens geográficas, submetidos a estatutos juridicamente distintos: ameríndios e africanos escravizados, europeus "engagés", asiáticos sob contrato e ex-escravos sujeitos a medidas restritivas, formas diferentes de coação que, num clima social dominado pela violência patronal e estatal, presidiam à produção de um bem cada vez mais necessário às sociedades indústriais européias.

Gostaria de enfatizar a importância dessa articulação entre ambas as trajetórias – a dos coagidos na América e dos proletarizados na Europa – para um entendimento mais profundo da dinâmica social nas duas margens do Atlântico: a européia e a americana. Com o complemento de estudos associando profundamente as sociedades africanas e ameríndias transformadas (transtornadas) pelo processo, é possível corrigir uma narrativa histórica ainda muito eurocentrada. Mintz revela, melhor do que qualquer outro historiador, a imbricação orgânica das diversas dimensões desses desdobramentos que a tradição historiográfica nos acostumou não apenas a separar, mas também a hierarquizar em função de localizações geográficas preferenciais, de aspectos econômicos, sociais e culturais privilegiados, ou até mesmo em termos de gênero. Ora, o proletariado europeu se constitui, na época da grande industrialização, em proporção pelo menos igual, de proletárias. São elas as mães de família apressadas, trabalhando longas horas na indústria têxtil, que vão ser um ator importante, senão decisivo, na mudança de dieta das massas proletárias européias. Obrigadas pela falta de tempo e de opção, elas confeccionam refeições rápidas, incorporando cada vez mais sacarose a um cardápio empobrecido do ponto de vista nutritivo, mas de paladar prazeroso.

Como o gênero, outras dimensões estão, portanto, entrelaçadas numa trama histórica já complexa. Essa riqueza, ensina Mintz, pode ser evidenciada por estudos que levam em consideração o maior número possível de facetas num dado objeto. "*É preciso observar como os produtos são utilizados, como são definidos culturalmente, bem como atentar para as unidades constituídas de produtores e consumidores que esses produtos podem personificar ou simbolizar*". Unidades significativas que, por sua vez, trazem consigo novos elementos tanto de entendimento quanto de questionamento, garantindo assim a fertilidade renovada de um campo de estudo que podia parecer próximo do esgotamento.

O segundo artigo, "Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras" (Mintz 1996), propõe uma visão refrescante para quem lamenta a persistência dos refrãos a respeito de uma modernidade desejável, veiculada pela reverenciada globalização. Segundo a voz dominante nos meios de comunicação, adotada por muitos políticos, homens de negócio e até intelectuais, o mundo atualmente se está integrando, globalizando-se, signo máximo do progresso, cujas instâncias mais expressivas seriam a internet e o mercado financeiro. Mintz propõe uma leitura histórica saudavelmente herética (no sentido etimológico do termo, opção interpretativa). Ela age de forma deletéria sobre as ilusões que alguns possam ainda nutrir quanto a certo "bonde" da história (perpetuamente perdido, ao que parece, para aqueles que não pertencem ao chamado Primeiro Mundo) e, quanto aos supostos benefícios que esse poderia proporcionar ao país, caso seus governantes conseguissem impor à população maiores e vãos sacrifícios para alcançá-lo. Mintz ilustra a globalização como um fenômeno já antigo, secular; portanto, se modernidade houver, será apenas aquela pertencente à ordem da periodização histórica, dos Tempos Modernos. O Caribe ostenta por volta de 500 anos de mundialização, as áreas açucareiras mais antigas do Brasil também: "*A oikoumenê do Caribe tornou-se 'moderna', de certo modo, antes mesmo da própria Europa*", sublinha Mintz. As modalidades, os efeitos reais, concretos, efetivos da globalização sobre os homens, a terra e a cultura, estão à vista. Globalizadas muito antes da criação do conceito,

essas regiões - Santo Domingo, Haiti, Jamaica, zona canavieira de Pernambuco - testemunham os efeitos de um processo poderoso e inovador, colocado em movimento, em escala mundial, no século XVI. A longa experiência subseqüente permite, portanto, julgar, com o devido recuo, tanto os propósitos quanto as realizações da globalização, cuja análise há de ser científica, derrotados quaisquer modismos frente à demonstração histórica.

Com inexorável rigor, o autor focaliza, volta e meia, sua atenção acerca do olhar do próprio pesquisador - no caso o antropólogo - sobre seu objeto. Ele realça reiteradamente a inserção histórica de sua disciplina - a Antropologia - e de seus praticantes e sublinha o quanto isso é relevante para os resultados do trabalho acadêmico. Talvez seja lá um dos mais frutíferos ensinamentos que ele possa presentear à História; pelo exemplo apenas, ele a desafia a nunca esquecer, no passo a passo de seus itinerários e descobertas, que ela é primogênita dos vencedores, sejam eles de continente, nação ou classe. Ao praticar a disciplina, portanto, é preciso sempre desconfiar de suas categorias - primitivo/civilizado, desenvolvido/atrasado, estágios sucessivos de desenvolvimento etc. - isto é, "*das formas como tendemos a conceber e classificar o mundo histórico*".

Utilizando o conceito de 'área de cultura', Mintz focaliza sua atenção sobre o Caribe, considerando-o de forma inovadora, como um todo, apesar, ou melhor, em virtude de sua diversidade mesma de origens, cuja mescla ele permite. Mais especificamente, o autor se limita às transformações que a região sofreu com a intervenção européia que, em razão do açúcar, trouxe uma "*maré colossal de africanos algemados*"; ele sublinha, de passagem, que "a *significação desses eventos que começaram há meio milênio é, às vezes, considerada sem a devida ponderação, mesmo por modernos especialistas do colonialismo*". No entanto, esses eventos contam "*entre os fenômenos demográficos e aculturacionais mais maciços na história do mundo*".

A razão de ser de tamanhas transformações "*a ferro e fogo*", como diria Marx, em dois continentes invadidos pelos europeus foi sobretudo o abastecimento crescente do Velho Mundo num fluxo constante de mercadorias tornadas essenciais pela e para a vida

moderna: açúcar, fumo, café e, mais recentemente, a maconha, assinala Mintz. Esses "*diversos produtos agrícolas, essas substâncias duradouras, sintetizavam o que era inicialmente uma maneira recém-modelada no ultramar de fusionar produção e processamento, campo e fábrica e de combinar em pares colônia e metrópole, produtor e consumidor, europeu e outro, escravo e proletário, trabalhador rural e operário de fábrica, súdito colonial e cidadão*".

Nesse processo, as plantações ocupam um ponto central. Elas são realmente "*fábricas no campo*", particularmente no caso do açúcar, e representam "*experiências-balizas em modernidade*", pois cumulam aspectos pioneiros: tamanho, integração dos setores agrícola e industrial, alto nível tecnológico, domínio do tempo na organização da produção, parcelização do trabalho etc. Por muito tempo, sua modernidade permaneceu sem par concomitante nos países ditos centrais; ela foi apenas ocultada pela localização rural - o que revela também o viés anticamponês da historiografia - e mais ainda, numa área rural colonial: isto é, uma dupla carga de significação negativa em termos de "progresso".

A perspectiva proposta por Mintz renova sadiamente o que a historiografia nos acostumou a considerar ilusoriamente como tempos diversos, embora co-existentes e articulados entre áreas geográficas distintas. Uma vez a escala mundial estabelecida como patamar de observação, um relevo diferente emerge na paisagem histórica: as colônias açucareiras e as relações sociais que as caracterizam perdem seu pesado atributo de "vestígio" de eras passadas, fruto de um "retrocesso" histórico, marcadas pelo "atraso" em relação aos países hoje ditos desenvolvidos. Elas ganham, ao contrário, a dianteira do palco pelas suas qualidades eminentemente modernas, apresentando aspectos indubitavelmente "avançados", com suas vertentes industriais em grande escala, inseridas na ponta dinâmica da rede global capitalista de produção, desde seu princípio.

Com efeito, as dimensões culturais e sociais peculiares a essas regiões de plantação afirmam, desde cedo, os traços multiculturais que as sociedades ditas adiantadas descobrem apenas agora nos seus próprios territórios, com as angústias, hesitações e perigos políticos

que se sabe. Modernas, então, sempre foram as áreas de plantação açucareira (para singularizar apenas essas), não somente devido "*aos apetrechos tecnológicos da indústria, mas também a suas seqüelas do ponto de vista da organização social: às circunstâncias do encontro e do estabelecimento da relação; aos modos de conviver sem o recurso de maneiras aprendidas anteriormente; a uma atitude prosaica quanto às diferenças culturais e diferenças de estilo social ou boas maneiras; e a um desprendimento social que pode provir do fato de ser sujeito - reconhecendo, ao mesmo tempo, sua relativa impotência - a mudanças rápidas, radicais, sem controle e contínuas*".

Precocemente modernas, retrato vivido da globalização sem cosmética, as terras de plantação nas Américas foram um terreno de fusões culturais e sociais extremamente férteis, permitindo redefinir conceitos. Vítimas dos mais diversos tipos de coerção, de violências múltiplas nas suas formas mais cruas e mais sutis, numa "*horrorosa novidade*" que circunstâncias diversas, inclusive historiográficas, impediram que fosse "*reconhecida pelo que era: uma modernidade que antecedeu o moderno*", diz Mintz, essas populações forjaram novos enraizamentos sociais. Apesar de circunstâncias inexoravelmente adversas, elas conseguiram remodelar "*materiais culturais*" de diversas origens "*perdidos, recuperados e remendados ou inventados*" num processo muitas vezes descrito como uma "*crioulização*", de inabalável riqueza. Mintz conclui de forma alentadora: "*se este é, de fato, o que o mundo está se tornando, então os povos do Caribe já estão a par. No seu irreprimível espírito, os povos do Caribe podem simplesmente nos dizer que há esperança para a modernidade de hoje também.*"

O terceiro artigo apresentado nessa coletânea intitula-se "*O poder do doce e a doçura do poder*" (Mintz 1988). Apoiado em ninguém menos que Franz Boas, "*pai e pioneiro da Antropologia americana*" (que tanto influenciou Gilberto Freyre), e no primeiro aluno dele, Alfred Kroeber, Mintz reafirma que "*os atributos universais do Homo sapiens transcendem diferenças em proezas técnicas*". Como seus também ilustres antecessores, ele rejeita "*os esquemas evolucionistas unilineares, bem como a correlação, nestes esquemas, de traços sociais com traços técnicos*". A qualidade "*enculturada*" ilustrada, por exemplo, na

linguagem, está assegurada a qualquer ser humano, por mais "selvagem" que possa ter sido qualificado, numa "*democracia fundamental da espécie*", portanto de forma indistinta e - quem sabe - não hierárquica. A afirmação inequívoca dessa dimensão essencialmente cultural traz enfaticamente no seu bojo, como corolário, a dimensão temporal, histórica. Nisso Mintz afirma uma linha pioneira da Antropologia americana ao aproximar-se de disciplinas irmãs, como a História. Ele renuncia, generosamente (e às vezes perigosamente frente a seus pares), à cesura comtiana: "*a História está sendo reabilitada pelos antropólogos americanos - ou melhor dito talvez, (...) os antropólogos americanos se mostram mais preparados a serem reabilitados pela História.*" Quiçá possamos retribuir, defendendo que a História só se enriquece ao abrir-se mais à colaboração interdisciplinar, dialogando francamente com a Antropologia.

Mintz foi levado por Julian Steward a Porto Rico, "*uma sociedade vasta, complexa e moderna, e uma colônia norte-americana*". Ele estudou uma população composta de "*proletários rurais assalariados desprovidos de propriedade (...) estreitamente ligados ao mundo lá fora, em termos do que eles produziam e do que eles consumiam, bem como psicologicamente e politicamente dependentes*". Correndo o risco de ser considerado "anti-antropológico" em virtude do próprio objeto de seu estudo, o autor enveredou pelos itinerários históricos do produto que ocupava tão exclusivamente seus interlocutores em Cañamelar: o açúcar. Ele procurou sobretudo evidenciar as plantações de cana-de-açúcar nas Américas, empregando mão-de-obra ameríndia, africana, européia e, finalmente, asiática, como uma criação européia, destinada a servir a novas classes nas populações do Velho Continente. As populações instrumentalizadas no processo foram "*ajustadas às intenções ocidentais*" de maneira extremamente violenta. Neste artigo, Mintz se detém em um aspecto desta história semimilenar que ilustra o antireducionismo defendido por Kroeber. Lembrando a progressão fenomenal do consumo de sacarose durante os dois ou três últimos séculos e a diversificação considerável de seu uso, o autor coloca num contexto histórico a inclinação, "*aparentemente inata*", pelo doce manifesta nos humanos. Ele adverte contra certa tendência a usar de argumentos - sobretudo

aqueles supostamente oriundos de ciências mais "duras" como a Biologia - apresentados comumente como definitivos: "*Mas esta explicação "final" não nos leva muito longe. Ela divide seu poder explicativo com um certo número de outras explicações "finais", segundo as quais: as guerras são feitas porque os humanos são inerentemente agressivos; o capitalismo deve ser explicado em última instância por nossa tendência inata para o comércio (e, mais tarde na nossa história, por nosso amor à liberdade); que o racismo e o chauvinismo étnico são resultados de algum tipo de sentimento "natural" de pertencer a um grupo; e assim por diante. O que essas explicações compartilham é seu movimento bastante escorregadio a partir do que pode ser descrito como um traço abarcando toda a espécie - algo posto como genético ou aparentemente inerente ou instintivo, supostamente comum a todos os indivíduos - em direção ao comportamento de grupos ou culturas particulares onde a expressão de um dado traço é normalmente vista como adotando formas algo exageradas. Nesta perspectiva, nossos traços "naturais", próprios à espécie, são bons - eles têm valor para a sobrevivência. Mas eles são "desviados", por assim dizer, por forças sobre as quais não temos controle. O que falta a essas formulações são indicações instrutivas sobre por que grupos humanos variam na sua condução de guerras, maneira de comer açúcar ou a amplitude de seu chauvinismo, ou ainda, como se passa da suposta constante estrutural ao comportamento concreto.*

A dificuldade, em termos de lógica, deveria ser clara. Algum traço estruturalmente determinado do comportamento da espécie é identificado ou postulado. Ele pode, então, ser utilizado para "explicar" um grande elenco de comportamentos variáveis, que ele suscita supostamente, e esse comportamento, por sua vez, pode ser projetado sobre um continuum (como normal/anormal, masculino/feminino, branco/negro), de acordo com os critérios escolhidos pelo explanador. A presença supostamente universal de um traço é subjacente ao comportamento universal - mesmo quando o comportamento varia de quase zero a muito exagerado. Mas se esta abordagem for rejeitada, o que acontece com esta construção cômoda, 'a natureza humana'?"

No decorrer dos séculos, autoridades diversas nos disseram que o homem é inerentemente ávido, inerentemente agressivo, dotado de uma propensão a fazer negócios, e Deus sabe lá o que mais - que tudo isto e mais ainda é simplesmente o resultado de sua "natureza humana".

Afirmada a dimensão essencialmente cultural, portanto histórica, do ser humano nas suas inclinações, tendências e comportamentos, Mintz questiona sem piedade certos *a priori* de sua disciplina bem como da Sociologia. Ele utiliza a História, inclusive a dos observadores (os antropólogos são seus favoritos, mas por que não colocar os historiadores também), para evidenciar o peso de suas próprias culturas, personalidades, propósitos políticos etc., embutidos naquilo que eles apresentaram, por muito tempo, na tradição positivista, como sendo o fruto incólume da observação científica neutra. Continua Mintz, insistindo neste ponto: "*Podemos assumir que as tentativas de definir a natureza humana como algum inventário pré-cultural são influenciadas pelas premissas culturais dos seus intérpretes. Já que aqueles que optam por inventar uma 'natureza humana' não precisam sentir restrição alguma, suas descobertas pendem mais para revelar algo sobre a sociedade e a cultura do inventor que sobre a natureza humana. Com efeito, o que emerge como natureza humana muitas vezes parece, numa medida substancial, uma projeção distinta, mas, em certa medida, enviesada dos valores da sociedade do inventor - no entanto enunciada de forma a se conformar à teoria particular do seu inventor. Que a construção seja a do nobre selvagem, do selvagem obcecado pelo sexo, do selvagem supersticioso, do selvagem agressivo ou de qualquer outro, tais suposições sobre a natureza humana tornam-se exercícios de projeção, algo como uma interpretação dada por evidente a partir do teste de Rorschach.*"

O humor, a fina ironia com a qual Mintz traduz, às vezes, sua impaciência ou o seu repúdio a certas tendências acadêmicas tornam ainda mais marcantes as asserções oferecidas ou as idéias sugeridas. Aplicando os princípios acima evocados, o autor mostra que é preciso encontrar, na história da relação instaurada pela Europa com o resto do mundo, as razões do extraordinário crescimento do consumo de açúcar no Ocidente. Pois a tendência inata a gostar de doce foi

satisfeita por toda eternidade e em todo mundo - a não ser no Ocidente dos parcos últimos 500 anos - por outras fontes: vegetais e mel. O interesse do pesquisador se centra, então, nas razões que fizeram mudar os costumes dos europeus, para torná-los viciados em açúcar; "*O que determina a escolha de comidas, particularmente quando essas escolhas mudam, como a sociedade ela mesma muda rapidamente? Acho que decisões como essas, por mais triviais e prosaicas que possam parecer, não são tomadas livremente porque o elenco de possibilidades disponíveis é limitado pelas circunstâncias - tais como a falta real, ou suposta, de tempo - sobre as quais a pessoa que escolhe tem controle limitado. Nessas circunstâncias, o que é escolhido é influenciado até certo ponto por aqueles que tornam disponível o elenco de alimentos possíveis. Esses determinadores do elenco dos alimentos disponíveis exercem algum tipo de poder. O lugar de poder que afeta o comportamento social, inclusive o comportamento alimentar, é o que me interessa aqui*". Mintz lembra, então, os míseros meios de vida do povo britânico, na cidade e no campo, que tornavam seus membros mais propensos a acolher com boa vontade uma novidade aprazível: chá adoçado por melaço e, em seguida, por açúcar. Acompanhado de pão, ele substituía comidas mais nutritivas, mas de custo proibitivo, ao mesmo tempo em que fazia "*com que mais de um jantar frio parecesse uma refeição quente*". Além de prestigioso, esse novo alimento era de fácil e rápido preparo, encaixando-se no pesado horário de trabalho das mães de família, reféns das máquinas de fiar e tecer por, no mínimo, 12 ou 14 horas por dia. Essa tendência se acentuara, no decorrer dos anos, em razão direta da queda constante dos preços dos produtos como chá, café, melaço e açúcar. A universalização do uso do açúcar, tanto no âmbito doméstico quanto industrial (quando a indústria alimentar decola), manifesta-se atualmente em inúmeros produtos, inclusive os refrigerantes; eles também contêm substâncias estimulantes e são "*pesadamente adoçados*". Acompanhando uma comida pronta salgada, eles compõem as refeições rápidas de tantos dos nossos contemporâneos em todos os continentes.

Mintz evoca também as dimensões propriamente políticas e econômicas que passaram a envolver essa substância, o açúcar, na medida em que ela se transformava de raridade reservada às cortes

e/ou produto medicinal (as famosas "especiarias") em bem de primeira necessidade: os quilos de açúcar fazem parte da cesta básica, precisamente junto com o café, equivalente local do chá dos ingleses.

Desde a sua produção até a mesa das massas proletarizadas da Europa, a história do açúcar comporta também muitas facetas relacionadas com conflitos entre potências e confrontos entre classes sociais. Não é preciso lembrar os esforços de Napoleão para prover a França de autosuficiência energética (deste tipo) frente ao bloqueio continental inglês destinado a impedir os carregamentos de açúcar das Antilhas para a metrópole. Mintz abre perspectivas de pesquisa nas quais o diálogo entre a Antropologia e a História parece prometer ricos desdobramentos: "*sugerir um caminho - a história do mercado mundial de bens e a história dos povos que tiveram que aprender a produzi-los em massa - permitindo desenvolver uma Antropologia do cotidiano.*" Ele conclui numa frase que me parece constituir um lema alentador e tranqüilizador da ambição que as ciências humanas podem nutrir: "*Aprender a fazer melhores perguntas, sempre respeitando nossa peculiar complexidade humana.*"

Precisamente, o título do artigo seguinte é uma pergunta: "Era o escravo de plantação um proletário?" (Mintz 1978). Como nos demais trabalhos, Mintz combina resultados de pesquisa, explorações do campo social - histórico-antropológico - com inquietações teóricas decorrentes das interpretações, até então vigentes, sobre dado assunto, aspecto ou ator históricos. Como o título indica, o autor empreende uma comparação entre a situação concreta dos escravos e a de outras categorias de trabalhadores forçados nas plantações das Antilhas, até o fim do século XIX, e a definição de proletário proposta por Marx no primeiro livro do *Capital.* O proletário negocia sua força de trabalho como vendedor livre; além dela, ele não tem nada para vender, portanto depende dessa venda para sobreviver. Citando-o, Mintz lembra que esta situação resulta de um "*processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção*". Cuidadosamente, o autor expõe as afirmações de Marx quanto à estreita imbricação entre ambas as categorias de produtores submetidas ao capital e esboça alguns dos desafios teóricos mais interessantes, implícitos na articulação capitalismo/ escravidão.

Focalizando sua atenção sobre o seu campo predileto, Mintz mostra que, no Caribe, diversas formas de sujeição e exploração da mão-de-obra rural coabitaram e se sucederam: escravos ameríndios e africanos, "indentured servants" ou "engagés" europeus, ex-escravos sob tutela ou asiáticos "contratados". Ele distingue, em diversos âmbitos e épocas, cinco tipos de combinações diversas que "*não eram permutáveis, pois cada uma representava uma resposta diferente às necessidades de mão-de-obra*". Incansavelmente, o autor aponta para assuntos que ocupam e dividem historiadores, como a questão das sociedades "pré-capitalistas" e do rol daquelas que poderiam ser assim rotuladas. Ele recusa terminantemente essa etiqueta para o regime escravista de plantação do Novo Mundo. "*A sucessão de misturas variadas de diferentes formas de exploração da mão-de-obra, em dados casos, revela claramente como os sistemas de plantação de diversas sociedades do Caribe desenvolveram-se como partes do capitalismo mundial, cada caso específico indicando como meios diversos foram utilizados para fornecer uma mão-de-obra adequada, alguns com êxito, outros não, mas todos dentro de uma divisão internacional do trabalho transformada pelo capitalismo, e para satisfazer um mercado internacional criado pelo mesmo sistema capitalista*". Sempre modesto e cuidadoso, Mintz alerta para o caráter "*arbitrário e imperfeito*" dos recortes que podem ser feitos utilmente na realidade histórica para propósito de estudo. Jamais poderiam ser confundidos com realidades intrínsecas à sociedade contemplada. O autor lembra no fim do texto, numa atitude que Marx não repudiaria:[2] "*São as categorias que são abstratas.*"

Rastejando o percurso histórico das ilhas açucareiras do Caribe, Mintz ilustra seu propósito: sucessivas combinações de contingentes de mão-de-obra revelam que, embora juridicamente sujeitos a estatutos diversos, sua condição concreta podia não parecer tão distinta assim. Ao longo do texto, ele lança perguntas instigantes que obrigam a refletir, em termos muitas vezes diversos dos costumeiros, enfatizando ora as especificidades espaço-temporais de

[2] Ver, por exemplo, as famosas cartas a Annenkov, sobretudo a sobre Proudhon. "Lettre à Annenkov du 28 décembre 1846" (Marx & Engels 1982:244).

dados fenômenos, ora confrontando-os com as concepções teóricas do universo marxista: modos de produção, categorias de trabalhadores. Deste modo, o autor garante, ao mesmo tempo, a segurança descritiva do campo factual, o entendimento dos mecanismos mais gerais de funcionamento da "economia-mundo", bem como abre horizontes questionadores no âmbito das análises teóricas. Sua própria visão aparece, às vezes, sob a forma de pergunta, para incitar o leitor a enveredar por caminhos inovadores: "*A regra* [acima mencionada] *reza que as formas de exploração da mão-de-obra nas plantações de Caribe não eram permutáveis e que a escravidão raramente ocorria de maneira absolutamente pura. Defendo a opinião de que esse tipo de descoberta traz alguma luz sobre a questão geral de saber se as categorias de 'escravo' e 'proletário' podem ser vistas como parecidas, similares, ou melhor entendidas apenas por contraste.*" Os próprios termos sugeridos aqui encorajam a novas abordagens, associando palavras outrora consideradas antitéticas, agora suscitando muitas reflexões: fábrica no campo, para o engenho; escravo ou proletário, para o cortador de cana.

Da mesma forma, Mintz propõe outro desafio: considerar os escravos de plantação enquanto produtores de mercadorias que eles mesmo comercializavam, isto é, os alimentos para o mercado local. As descrições precisas de testemunhos permitem esboçar um retrato mais nuançado desta população, capaz de construir praticamente à margem da massacrante atividade econômica principal - a plantação canavieira - uma outra, na qual eles agem em outra capacidade. Uma nova conceituação é então possível, diz Mintz. Ciro Flamarion Cardoso estudou esse fenômeno de "*brecha camponesa*" (Cardoso 1987), perturbando, mas também enriquecendo, os conceitos clássicos.

Mintz detalha as novas facetas então acrescidas ao complexo interpretativo: "*O conceito de modo depende, como no caso do modo capitalista, da separação do trabalhador dos meios de produção. Quando o escravo produz alimentos para si e sua família, ele acrescenta uma produção, para uso direto, ao panorama econômico de sua posição estrutural. E quando ele acrescenta a venda de seu próprio produto, acrescenta ainda um outro – algo contrário – elemento à realidade da escravidão antilhana. Quando ele faz compras, com o dinheiro que ganha vendendo seus produtos, ele acrescenta mais um elemento de tipo contraditório. E quando – como era o caso nessas sociedades – ele abastece as classes livres dentro da sociedade escravista, isso acrescenta ainda outro tal elemento*". Embora nossa compreensão possa se tornar, desse modo, mais complexa, assegura Mintz, o novo entendimento da realidade então evidenciado, "*não afeta a natureza do modo de produção ou nossos meios para conceituá-lo*".

Modesto na sua postura, ele não procura limitar as perspectivas então alargadas pelos novos enfoques propostos ou elementos acrescidos à paisagem histórica. Essa abordagem é prudente e ousada ao mesmo tempo: prudente na exposição dos elementos, fartamente ilustrada com dados e documentos; ousada, pois permite evidenciar o rico potencial explicativo que se desdobra em diversas direções a partir de uma proposição inicial. Abordando a questão das resistências dos escravos nas suas diversas manifestações, ele afirma, a propósito da cultura de produtos alimentícios, praticada pelos escravos no seu tempo livre: "*primeiro, essa instituição coloca em dúvida qualquer formulação econômica que se baseie unicamente na produção de mercadorias para interpretar a sociedade escravista antilhana. Segundo, isso levanta questões sobre qualquer definição ou explicação monolítica daquilo que constitui resistência. (...) Terceiro, as instituições de produção agrícola e comercialização pelos escravos podem ajudar a jogar luz sobre as seqüências históricas que vão da escravidão a outras formas de exploração da mão-de-obra, embora acredito que nem a pesquisa, nem o esforço intelectual necessários para revelar a total significação dessas instituições tenham sido realizados até agora.*"

Com pequenos toques, quase pontilhistas, Mintz leva inelutavelmente o leitor para perguntas fundamentais; nada de uma visão impressionista da História, por mais colorida e evocativa que seja. Ele afirma, na sua prática narrativa, a exigência basilar de enfatizar a multiplicidade das percepções, dos pontos de vista dos diversos atores sociais em cena, sobretudo do lado dos "vencidos", como dizem certos historiadores. Não sem tomar partido, pois a sua postura é tudo, menos omissa. Ademais ela é solidária. Os

historiadores, neste sentido, podem ainda aprender muito com os antropólogos. Mintz nos mostra como a preocupação em entender o ponto de vista do seu interlocutor - enquanto antropólogo, especializado em trabalho de campo no Caribe açucareiro .- não ameaça, antes enriquece o estudo do historiador sobre os antepassados/antecessores destes canavieiros, como Tasso, seu interlocutor privilegiado em Porto Rico (Mintz 1960).

Tal enriquecimento não é apenas justo, no sentido de restabelecer a polifonia dos atores sociais, muitas vezes esquecida ou diminuída pela relativa mudez das fontes escritas sobre os "de baixo". Ele permite também aprimorar uma visão da História como um todo, cujo relevo desenha numa descrição minuciosa, abrindo caminho para um entendimento cada vez mais profundo de sua dinâmica. Mintz convida-nos para uma viagem intelectual perturbadora de antigas certezas, ao mesmo tempo em que novos horizontes muito mais esclarecedores se revelam. Apesar de sua constante humildade sobre a incompletude do seu estudo, a necessidade de pesquisar mais, estudar mais, reexaminar - marca dos maiores pensadores - ele avança com uma audácia frutífera. No presente artigo, por exemplo, "*ampliando*" como ele diz, "*o que poderia ser dito sobre os escravos*", ele aponta para dimensões de suas atividades "*produtivas não convencionalmente associadas à escravidão*". Desse modo, questiona, ou ao menos pede para qualificar, a estreiteza das definições habituais, no caso a de escravo enquanto oposta àquela de proletário: "*Se, de um lado, tentei indicar alguns modos de como as atividades econômicas dos escravos assemelhavam-se àquelas das pessoas livres, também é verdade que gostaria de ter mostrado como as atividades das pessoas livres, trabalhando lado a lado com os escravos, eram sujeitas à coerção e violência.*" Inúmeros exemplos surgem então à mente do leitor, ilustrando sua afirmação, inclusive sob outras latitudes, das crianças mencionadas explicitamente por Marx, leiloadas na Grã Bretanha junto com a maquinaria de um empresário falido (Marx 1979:694) até as moças enclausuradas nos conventos-fábricas na França do século XIX, ou as pequenas camponesas chinesas vendidas por traficantes às indústrias têxteis de Xangai, no começo do século passado, quando elas não

eram bonitas o suficiente para conseguir comprador como concubinas ou prostitutas (Leith 1973).

Mintz instiga assim o leitor a discernir novos parentescos, aproximações. Estremecendo os monólitos conceituais, perturbando os alinhamentos ditatoriais das categorias nas quais, por muito tempo, se tentou encaixar toda e qualquer realidade, ele conclui: "*não é de muita utilidade definir 'proletário' nem 'escravo' isoladamente, já que ambas essas vastas categorias de trabalhadores estavam, de fato, intimamente ligadas pela economia mundial que as tinha gerado na sua forma moderna. Não tentei aqui assimilar nenhuma dessas categorias à outra, mas sugerir por que uma abordagem puramente baseada em definições deixa alguma coisa a desejar. Não vou tentar encetar um tema correlato – as ligações econômicas específicas entre os proletários europeus e os escravos do Caribe através do produto do seu trabalho – que merece um tratamento próprio, separado e detalhado. Mas poderia ser apropriado concluir sugerindo que tanto as semelhanças quanto as diferenças entre essas categorias abstratas tornar-se-ão muito mais límpidas uma vez forem essas ligações completamente expostas*". Como foi mencionado acima, as categorias são abstratas, gosta de lembrar Mintz, e podem ser enriquecidas, questionadas pela experiência vivida que, afinal de contas, elas se propõem a consolidar e tornar inteligível, mas nunca a aprisionar e amputar.

Esta dialética constante entre preocupações teóricas, o nível geral, e o concreto, o particular, confere um relevo inédito a aspectos até então pouco focalizados; revelam-se seqüências e concomitâncias surpreendentes, associam-se utilmente atores, processos em articulações cheias de sentido. As escalas também se combinam. Nunca se perde a continuidade de encadeamentos e relações em âmbito planetário, mesmo quando são enfocados detalhes miúdos da vida cotidiana dos povos, como seus costumes alimentares, ou suas formas de resistência. A cada passo, Mintz usa fontes primárias com o carinho caprichoso de um colecionador frente a uma raridade: um clérigo atento aos orçamentos domésticos dos trabalhadores ingleses, um governador britânico preocupado com o sucesso econômico do

território sob sua vigilância, e perspicaz quanto às consequências das atitudes mentais de seus administrados sobre a prosperidade geral.

"Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas" (Mintz & Wolf 1957) é o grande artigo referência que conclui essa coletânea. É inevitavelmente citado ou ao menos aludido em qualquer escrito que trata de produção agrícola no Brasil como em outras terras de conquista, seja lá qual for a disciplina praticada: Antropologia, Sociologia, História, Geografia, Economia. Muitos daqueles que escrevem "*plantation*" podem desconhecer o texto fundador do conceito, publicado em 1957 por Sidney Mintz e Eric Wolf, seu amigo e parceiro intelectual desde as pesquisas de campo que ambos realizaram em 1948-49, em comunidades rurais de Porto Rico, até seu recente falecimento.

O objetivo deste trabalho é definir, de maneira extremamente precisa e multifacetada, dois tipos de "*organização social da produção*" na agricultura, identificáveis em Porto Rico, mas também em tanto outros territórios da América Latina: a fazenda e a plantação. Com extraordinário rigor na sistematização, os dois autores recenseiam os aspectos recorrentes em cada tipo, realçando a dimensão histórica embutida nos seus traços dominantes, mas também a geográfica: localização e escala, sobretudo em relação à sociedade maior, mundial. O exercício realizado é, portanto, altamente transdisciplinar, com outro destaque importante para os aspectos econômicos. Resulta deste trabalho um instrumento de análise, um guia para a sistematização de dados colhidos em pesquisa de campo e de arquivo, uma grade de leitura da realidade. Essa sistematização dos principais aspectos da organização da produção consegue articulá-los inteligivelmente entre si, corrigindo assim a dispersão à qual foram muitas vezes condenados pela própria distribuição das diversas características entre as disciplinas aqui estreitamente associadas. A contribuição da formação dos autores em Antropologia traz a atenção para aspectos geralmente marginalizados ou completamente negligenciados por autores de outra matriz disciplinar, como as questões de prestígio, parentesco cerimonial, ou até mesmo as formas não monetárias de remuneração etc.; eles são inseridos plausivelmente dentro do conjunto das demais

informações classificadas em condições gerais, condições iniciais, condições operacionais e condições culturais derivadas de cada tipo de organização social da produção.

Embora já antigo, o trabalho de Mintz e Wolf permanece uma ferramenta ideal para organizar a avalanche de informações que o estudioso colhe em diversas fontes, com ênfases distintas, de acordo com sua proveniência. Firmes no seu propósito, os autores não pretendem mais do que propor uma definição, a mais fina e rigorosa possível, de maneira a que emerjam conceitualmente "*dois sistemas sociais*" a partir das observações que realizaram em Cañamelar e San José "*na esperança que possam ser aplicados a outras áreas geográficas*". Tal expectativa se revelou, quarenta e cinco anos depois da primeira publicação, mais do que satisfeita. A perenidade de seu legado garante que os autores acertaram seu objetivo inscrito numa proposta transcultural.

Além de precisos e exigentes na lógica perfeita de organização das diversas variáveis analisadas, Mintz e Wolf se manifestam muito enfáticos quanto aos limites que seu estudo comporta. Fazenda e plantação não são os dois únicos tipos, há vários outros; existem também inúmeras combinações. Nada de um reducionismo fácil, tentador. Os dois modelos apresentados tampouco são polares, antitéticos, embora distintos em muitos aspectos; sobretudo eles não constituem "*estágios seqüenciais necessários*", mas eles são sim "*respostas a diferentes níveis de investimentos de capital e desenvolvimento de mercado*".

O leitor brasileiro encontrará, portanto, nas páginas a seguir, informações e reflexões essencialmente baseadas no mundo do Caribe, cuja diversidade pode, às vezes, parecer assaz distante da relativa homogeneidade cultural vigente na realidade nacional brasileira, ou sobretudo, regional nordestina. Essa exposição a ambientes diferentes só pode ser benéfica.

Contudo, os pontos comuns são também muito numerosos, particularmente no que diz respeito àqueles aspectos da sociedade que foram moldados pela cultura da cana-de-açúcar. A heterogeneidade

mesma das origens dos povos do Caribe, com sua resultante 'moderna' de mescla e criação cultural precocemente globalizada, devidamente realçada por Mintz, pode ser salutar para promover uma revisão da forma habitual de conceber nosso próprio passado.

A visão gilbertiana do Nordeste açucareiro, por exemplo, contribuiu para criar uma homogeneidade historiográfica, de sabor "casa grande", em detrimento da pluralidade real dos aportes humanos e sobretudo de sua articulação. Que essa exaltação específica da miscigenação genética, mas também cultural, tenha respondido adequadamente às tendências predominantemente eugênicas das elites acadêmicas e políticas dos anos 1930, é inegável. Mas, por sua vez, Gilberto Freyre criou uma versão da história monolítica e excludente. Mintz, então, nos oferece um exemplo brilhante e inspirado de como reconsiderar os relevos do nosso passado, induzindo a uma redistribuição das ênfases na história americana e, conseqüentemente, na história brasileira: Zumbi dos Palmares (com Toussaint Louverture e seus companheiros de Haiti em eco) em vez de Maurício de Nassau, no panteão da zona costeira de Pernambuco. Se a escolha dos ancestrais já teve alguma ligação com o devir de uma sociedade, então é muito importante para os jovens estudantes brasileiros serem introduzidos ao pensamento proposto por Mintz nos artigos a seguir.

Nota sobre a tradução

Como tradutora, gostaria de agradecer a sempre gentil e encorajadora acolhida do Professor Mintz, seu paciente empenho em ajudar-nos na compreensão dos textos para garantir uma melhor tradução. Ao longo de vários anos, respondeu, com generosa dedicação, a perguntas, às vezes, elementares, escolhendo entre redações alternativas, oferecendo explicações suplementares, identificando erros e imprecisões. Essa colaboração na produção da presente coletânea foi um privilégio enriquecedor em si.

Minha gratidão é também devida ao Professor Caio Maciel, co-tradutor do artigo "Fazendas e Plantações", bem como aos alunos da UFPE, Maciel Carneiro e Isabelle Rufino, revisores dos presentes artigos, pela sua preciosa ajuda na procura da forma mais fiel possível para transmitir um pensamento original. Os erros e imprecisões, que

possam permanecer no texto em português, são unicamente de minha responsabilidade. Certamente, no processo da tradução, algo da fina ironia, às vezes alusiva, e da elegância estilística do autor foi sacrificado. Optamos por uma rendição do texto a mais literal possível, embora às vezes inábil, para tentar escapar da maldição "*traduttore, traditore*". Nossa comum admiração pela obra do Professor Mintz nos convenceu de que era imperativo tornar esses textos imediatamente acessíveis aos leitores brasileiros, pois mostram novos rumos para pensar nossa história, além de nos ensinar como proceder nesse tipo de empreendimento intelectual.

Meus agradecimentos vão também ao artista José Costa Leite, que permitiu o uso de sua obra "O corte da cana" para a capa do presente livro, bem como ao pintor Giuseppe Baccaro, que cedeu a gravura; e aos colegas do Departamento de História da UFPE, Professora Bartira Barbosa e Professor Marc Jay Hoffnagel pela sua ajuda.

Referências

CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEITH, S. "Chinese Women in the Early Communist Movement". In: YOUNG, Marilyn B. Ed. *Women in China. Studies in Social Change and Feminism.* Ann Arbor: Univ. of Michigan, 1973.

MARX, K. e ENGELS, F. [1932] *L'déologie allemande.* Paris: Editions Sociales,1982.

MARX, K. [1867] *Le capital.* Livre 1. Paris: Garnier-Flammarion, 1969.

MINTZ S. W. e WOLF E. R. "Haciendas and Plantations in Middle America". In *Social and Economic Studies.* 6(3) Sept. p. 380-412. 1957. "Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas" In *Revista de Geografia.* Recife. UFPE. 9 No 1 p. 91-133, 1993.

MINTZ, S. W. *Worker in the cane: A Puerto Rican Life History.* Yale. Caribbean Series: II. New Haven: Yale UP, 1960.

MINTZ, S. W. "Was the Plantation Slave a Proletarian". In: *Review* II. l, Summer, p. 81-98. 1978. "Era o Escravo de Plantação um Proletário?". In: *Revista de Geografia*. Recife. UFPE.Vol. 8 Nº1/2, p. 97-120, 1992.

MINTZ, S. W. *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984.

MINTZ, S. W. *Sweetness and Power. The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking Penguin, 1985.

MINTZ, S. W. "The Power of Sweetness and the Sweetness of Power". In: *The Eighth Duijker Lecture*. Amsterdam. Van Loghum Slaterus. p. 3-20. 1988. "O Poder do Doce e a Doçura do Poder". In: *Clio Revista de História Série Nordeste*. UFPE. Recife. vol. nº 16, p.171-193, 1998.

MINTZ, S. W. "Tropical Production and mass consumption: A Historical Comment". In: *Bulletin of the Institue of Ethnology*. Academia Sínica. nº 70, pp. 1-12. 1990 (Autumn). Issued in March, 1991.

MINTZ, S. W. "Enduring substances, trying theories: The Caribbean Region as 'oikumenê'". In: *The Journal of the Royal Anthropological Institute*. London. vol. 2, nº2, p. 289-311, 1996.

Producão Tropical e Consumo de Massa: Um Comentário Histórico*

Sidney W. Mintz

Este ensaio procura mostrar as conexões entre produção e consumo na história de uma mercadoria: a sacarose (açúcar). Embora as plantações sejam instituições, ao mesmo tempo, políticas e agro-sociais, sua história está ligada, principalmente, às zonas tropicais porque seus produtos, tais como café, chá e açúcar, florescem nessas zonas.

Tais produtos entraram tardiamente na consciência e nas preferências gustativas dos europeus, embora suas histórias como alimentos, fora do Ocidente, fossem remotas. As plantações estabelecidas nas regiões tropicais conquistadas tinham como propósito satisfazer a crescente demanda por essas mercadorias nas cidades européias. Novos produtos de regiões longínquas tornaram-se necessidades diárias para os trabalhadores europeus nas primeiras ocorrências da transformação de produtos de luxo importados em bens de primeira necessidade.

Embora sua eventual distribuição, em escala mundial, fosse o resultado de forças complexas, a história desta criação agrícola e política, chamada plantação, nasceu e difundiu-se numa associação particular com a emergência de uma economia limitada apenas pelo próprio globo (Thompson 1932; Greaves 1935; Wallerstein 1974; Wolf 1982; Mintz 1985; Galloway 1989; Curtin 1990).

Minha intenção neste trabalho é ligar a história das plantações tropicais, criadas para produzir bens para os mercados consumidores europeus, com a gradual, mas rápida, emergência de massas de novos

* Título original: "Tropical Production and Mass Consumption: A Historical Comment" in *Bulletin of lhe Institue of Ethnology*, Academia Sínica, nº 70, pp. 1-12, 1990 (Autumn). Issued in March, 1991. Nota do editor na primeira edição: *"O Professor Mintz apresentou este artigo durante sua visita ao Instituto de Etnologia como participante do Programa de Distintos Visitantes da Fundação Nacional de Ciência da República da China."* Revisão do português: Isabelle Velay Rufino.

consumidores nos centros europeus. A primeira fase dessa história diz respeito à forma plantação.

Poderia argumentar-se que a plantação é apenas uma fazenda grande, cuja história remonta, ao menos, ao Império romano tardio. Mas se pretendermos definir sua natureza com maior precisão e mapear sua relação histórica com a produção e consumo de bens de primeira necessidade numa escala moderna, então, a plantação é certamente mais do que uma grande fazenda. Naturalmente, a forma como o termo é usado hoje em dia remete a um dispositivo agro-social inovador, um acompanhamento especial para a emergência da vida moderna, um elemento-chave deste sistema de comércio planetário que não surgiu antes do século XVII. Embora existissem certamente plantações antes desse tempo, aquelas que apareceram no crescimento do capitalismo mercantil diferiam de maneira significativa das suas antecessoras.

A diferença reside, não apenas na escala de tal comércio, mas também no que ele significava para a produção e para o consumo locais. Quando a população local, em qualquer âmbito, se tornou usuária regular de produtos oriundos de lugares distantes – quer esses produtos substituíssem os da manufatura local, ou novidades que pudessem ser acrescidas ao consumo já que o aumento da produtividade significava mais poder de compra – a natureza da vida local pode ter sido visivelmente afetada. A plantação era uma solução para problemas de produção em larga escala e um fator importante na mudança cultural, em razão daquilo que tornava acessível a novos consumidores que viviam e trabalhavam longe da área de produção em plantação.

Houve uma época em que era comum considerar a plantação como uma solução a problemas especificamente tropicais da produção agrícola. Estudiosos como A.G. Keller (1908), W. Roscher ou R. Jamasch (1885) e P. Leroy-Beaulieu (1902), associavam a plantação aos trópicos e consideravam-na uma instituição tropical. Edgar Thompson apontou na sua tese de doutorado (1932) que não havia associação inalterável entre a forma plantação e os trópicos. Thompson argumentava que a plantação era, antes de tudo, uma instituição *política*; a definição, na sua opinião, baseava-se no seu

papel de pioneira na "domesticação" de novas regiões. Desse modo, por exemplo, ele via as grandes fazendas cerealíferas das terras baixas da Prússia oriental, estabelecidas como plantações desde o século XIV (1932:13). Que se aceite ou não a perspectiva peculiar a Thompson, é útil considerar as plantações como determinadas de outro modo que não climaticamente, embora permaneça o fato histórico de que os produtos de plantação tiveram e ainda têm, na sua maioria, origem tropical.

Entre esses produtos, aquele mais antigamente associado à plantação é o açúcar (sacarose: $C_{12} H_{22} O_{11}$), extraído de uma gramínea chamada cana-de-açúcar (Saccharum spp.). Embora todas as plantas verdes produzam sacarose e embora essa possa ser extraída comercialmente de outras plantas além da cana-de-açúcar (tal como o bordo sacarino e a beterraba açucareira), por muito tempo, ela foi a única, dentre essas, a ser associada à produção comercial. Outras plantas que florescem em ambientes tropicais e subtropicais, incluindo o café, índigo, algodão, borracha, chá, bananas, coco, dendezeiro, sisal e cacau, são muitas vezes ligadas a plantações. Algumas delas constituíram safras de plantação há um século ou menos; a história da cana-de-açúcar, como safra comercial, e do açúcar como produto de exportação, é superior a um milênio. Antes de enveredar pelas direções que a história tomou no século XVII, pode ser útil olhar, rapidamente, para épocas anteriores.

Acredita-se que a cana-de-açúcar foi domesticada há uns dez mil anos na Nova Guiné, difundindo-se para o continente asiático em duas ou mais levas. No continente, particularmente no subcontinente indiano, seu sumo deve ter sido espremido e consumido durante muitos séculos antes que as primeiras tentativas sistemáticas fossem feitas para transformá-lo, pelo calor, da forma líquida à sólida. No entanto, e provavelmente por volta do século IV antes de Cristo, algum tipo de açúcar semicristalino havia sido produzido na Índia ou na área indo-iraniana do Kuzhestan (Deerr 1949, 1950; Galloway 1989). Eventualmente, o açúcar e, mais tarde, a própria cana-de-açúcar, suas técnicas de cultivo e processamento espalharam-se através da maior parte do mundo. Mas, por vários séculos, as classes privilegiadas da Europa, que haviam provado açúcar pela primeira vez

por volta do século VIII, aprenderam apenas a consumir e apreciar o produto, enquanto especiaria e medicamento, e nada sobre sua natureza. Foi o comércio que levou o açúcar até eles.[1] Durante o milênio subseqüente, muitos europeus aprenderam a gostar do açúcar e a usá-lo. Mas não foi antes do século XVIII que as massas européias conseguiram participar do consumo do açúcar.

A significação, para a história mundial, do fato de um artigo de luxo se tornar um bem de primeira necessidade proletária merece umas palavras a mais. O comércio – a troca de bens – é provavelmente tão antigo quanto nossa espécie, e o comércio de objetos de luxo é, pelo menos, tão velho quanto os primeiros grandes Estados dinásticos. Geralmente, em sociedades estratificadas, é comum encontrar bens especiais, oriundos de terras estrangeiras e Estados tributários, sendo transportados até estratos privilegiados, governantes e burocratas, bem como sendo produzidos localmente. Desde o fim do século XVII, bens que haviam sido raros, caros e novidades no Oeste, começaram a entrar – no início quase que imperceptivelmente – no consumo cotidiano da massa da população ocidental. Em meados do século XIX, contudo, alguns desses produtos já se tornaram bens de primeira necessidade para os trabalhadores.

Esses são fatos deveras especiais. Na Grã-Bretanha, um produto tal como o açúcar, que havia sido uma raridade custosa no século XIII e um luxo caro no século XVII, tornou-se uma coisa banal, de consumo diário no século XVIII. Junto com o chá e o fumo, o açúcar foi a primeira substância prometida, em troca de sua produtividade crescente, aos pobres que trabalhavam; de modo que se poderia afirmar que a sociedade tinha cumprido sua promessa. A classe trabalhadora britânica tomaria chá "como um rei", comeria açúcar "como um rei" e fumaria tabaco "como um rei", se esses

[1] Na discussão não incluirei o desdobramento da extração de sacarose da beterraba, eficiente comercialmente, que foi aperfeiçoada apenas nos anos 1830. As conseqüências, a longo prazo, foram tremendas; pela primeira vez, uma mercadoria tropical podia ser substituída totalmente por uma outra produzida nas zonas temperadas. Essa substituição não foi completa; mas, com o aperfeiçoamento da extração de sacarose da beterraba, o mercado mundial do açúcar nunca mais foi o mesmo.

fossem os luxos e elementos de conforto que ela aceitasse. As significações dessa transformação são múltiplas:

"*A primeira xícara de chá quente adoçado tomada por um trabalhador inglês foi um acontecimento histórico significativo, porque prefigurava a transformação de toda uma sociedade, uma remodelagem total de sua base econômica e social. Devemos nos esforçar em entender completamente as conseqüências desses acontecimentos e de outros do mesmo tipo, porque foi nessa base que se ergueu uma concepção inteiramente diferente das relações entre produtores e consumidores, da significação do trabalho, da definição de si próprio, da natureza das coisas. O que são as mercadorias, e o que elas significam seria, em seguida, para sempre diferente. Por essa mesma razão, o que as pessoas são e o que ser uma pessoa significa mudou em função disso. Ao compreender a relação entre mercadoria e pessoa, descobrimos novamente a nossa própria história.*" (Mintz 1985:214).

Pode ser interessante observar que as mercadorias que participaram dessa transformação eram substâncias de um tipo peculiar: podiam ser ingeridas. Chá, café e chocolate, todos se tornaram familiares das pessoas simples mais ou menos na mesma época, constituindo a base para bebidas quentes; todas contêm estimulantes poderosos; todas têm um gosto amargo. O fumo é uma substância que pode ser fumada ou comida em pequenas quantidades. Ele tem, também, uma natureza em certa medida farmacêutica especial. Sacarose, ou açúcar, é um alimento com elevado teor de calorias, que, quanto mais refinado é, menos elementos nutritivos fornece. Entre os mais importantes sub-produtos, há o melaço, um adoçante líquido, e o rum, que pode ser fabricado pela destilação do melaço.[2]

O leitor reconhecerá que a maioria dessas substâncias chegou a constituir uma parte importante do consumo mundial. Conseqüentemente, é tanto mais impressionante que, até os anos 1750, nenhum deles estava sendo consumido em quantidades significativas a longas distâncias de seu local de produção. Dito de outra maneira, o

[2] O rum pode, também, ser fabricado a partir de caldo de cana. No entanto, quase todo o rum é distilado a partir de melaço.

crescimento da produção e do consumo desses produtos foi uma ponta de lança da modernidade. Podemos nos perguntar o que é que tornava essas mercadorias, diferentemente de outras, tão atrativas para os consumidores, cujos horizontes de consumo expandiam-se e cujo poder aquisitivo aumentava. Mas, antes disso, pode ser útil voltar nosso olhar, novamente, às próprias plantações.

As plantações de cana-de-açúcar, que contribuíram para essa transformação, estavam localizadas em zonas tropicais e foram – como Thompson sugeriu – instituições pioneiras dotadas de um caráter político. Elas estavam localizadas em zonas tropicais porque a cana-de-açúcar se desenvolve melhor em condições térmicas que não se encontram nas zonas temperadas. As plantações de cana-de-açúcar, já instaladas no Mediterrâneo oriental no século VIII, difundiram-se na África do Norte durante a expansão islâmica. Elas foram estabelecidas na própria Espanha já no século X e levadas até as ilhas do Atlântico (Madeira, as Canárias etc.) por volta do século XV. Mas elas não alcançaram seu auge até o chamado Descobrimento do Novo Mundo.

Colombo levou, provavelmente, cana-de-açúcar consigo na sua segunda viagem até São Domingos, onde açúcar foi fabricado e expedido para a Espanha a partir de 1516. Mas foram os portugueses, na sua colônia do Brasil, mais do que os espanhóis, que providenciaram a maior parte do açúcar consumido nas primeiras épocas do crescimento do consumo europeu, que começou no final do século XVII. Rapidamente, os portugueses engajaram-se numa competição comercial com os ingleses e franceses, e, posteriormente, com os dinamarqueses, os holandeses e ainda outros rivais. Os mercados europeus cresceram tão rapidamente que os próprios ingleses, os quais puderam aumentar a produção de açúcar nas suas próprias colônias várias vezes durante o século seguinte, normalmente consumiam, eles mesmos, quase tudo aquilo que produziam fora do país. Deerr fornece números (1950 II:532) sugerindo que o consumo per capita dos britânicos cresceu da seguinte forma:

1700-1709 4 libras
1720-1729 8 libras
1780-1789 12 libras
1800-1809 18 libras.

Sheridan coloca essa progressão de forma ainda mais fragorosa. Se assumirmos que a metade das importações de açúcar em 1663 foram retidas – sem dúvida uma assunção plausível – então, o consumo da Inglaterra e do País de Gales, entre 1663 e 1775, aumentou mais ou menos vinte vezes (Sheridan 1974:19-11). Os números do consumo continuam a aumentar quase ininterruptamente até meados do século XX. Lord Boyd Orr, examinando a nutrição britânica durante o século XIX, concluiu que o fato mais importante em termos de alimentação foi que o consumo de açúcar quintuplicou durante esse século (Orr 1937:23) – um crescimento apoiado, obviamente, em outros movimentos ascendentes anteriores. Apenas após a Segunda Guerra Mundial é que o consumo de sacarose pelos britânicos conheceu alguma estabilização.

Podemos muito bem perguntar por que as nações européias que – até a invasão da Espanha pelos Mouros e, na parte norte, por muito mais tempo – obtinham todo seu açúcar do Oriente, então foram tão motivadas a produzirem o seu próprio açúcar. Podemos também perguntar como é que se tornaram produtores efetivos, já que a safra, a tecnologia e a organização da empresa lhes eram, no caso, amplamente desconhecidas. A razão não é tão misteriosa: aqui estava um produto cuja expectativa de procura estava visivelmente destinada a crescer. Como tal desdobramento foi empreendido e levado ao sucesso, no entanto, é uma saga longa e imensamente complexa, cuja narração não pode ser empreendida seriamente aqui (ver, por exemplo, Galloway 1989; Curtin 1990; Mintz 1985; Sheridan 1974; Williams 1944; Davies 1974; Greenfield 1979). No entanto, alguns traços desse desenvolvimento merecem nossa atenção.

Em primeiro lugar, as plantações do Novo Mundo utilizavam, quase que inteiramente, mão-de-obra coagida, geralmente trabalhadores africanos escravizados, no período que vai de seu estabelecimento, no começo do século XVI, até a abolição da escravidão, no século XIX. O nascimento do Haiti, que se desmembrou de São Domingos colonial, libertou os escravos. A Grã-Bretanha aboliu a escravidão em 1834; a França e a Dinamarca, em 1848; a Holanda, em 1863; os Estados Unidos, por meio de guerra,

em 1865; em Porto Rico acabou em 1873; em Cuba, em 1880 e no Brasil, em 1888.

Seria justo dizer que a grande maioria dos africanos escravizados e transportados até o Novo Mundo foi trazida por conta das plantações e, mesmo após a emancipação, muitas centenas de milhares – talvez milhões – de trabalhadores livres sob contrato foram submetidos a tamanha dureza (ver, por exemplo, *Chinese Emigration*, The Cuba Commission 1970 [1876]). Embora outras safras como o fumo, o algodão e o café, fossem, eventualmente, figurar de forma importante na paisagem de plantação, durante séculos as mais importantes de todas foram as plantações de cana-de-açúcar.

Haja vista que a importância da coerção na exploração da mão-de-obra da plantação, decorre de que as plantações, e talvez em particular as plantações de cana-de-açúcar, operariam com o uso da coação e ameaça constante de violência. A história da plantação é uma história de repetidas rebeliões, levantes e conspirações. Embora a vida cotidiana de seus habitantes continuasse, como devia, a ameaça de violência súbita nunca estava completamente ausente.

Compostas de dois grupos nitidamente separados – os senhores e seus prepostos de um lado, e os africanos escravizados e seus descendentes, do outro – essas estranhas empresas agrícolas eram também divididas tecnologicamente. A cana-de-açúcar deve ser cortada quando está madura; ela deve ser moída assim que for cortada; sua natureza perecível e a concentração variável de sacarose obrigam o agricultor a tanto. Conseqüentemente, essas plantações eram empresas onde imperava uma consciência aguda do tempo. A maquinaria utilizada para moer a cana, extrair o sumo e reduzir o caldo a um xarope semicristalino por meio de evaporação provocada pelo calor, era complicada e cara. Portanto, a fase de processamento na operação da plantação era de natureza industrial e moderna para seu tempo. Dessa forma, a plantação personificava, em si, a labuta agrária de massas coagidas a tarefas intensivas em mão-de-obra, de um lado; do outro, uma organização de poucos, intensiva em capitais, consciente da dimensão temporal, industrial e técnica. Qualquer que seja o ângulo de visão, essas organizações eram incomuns para sua época.

Mas devemos nos lembrar que tais empresas foram criadas com a expectativa de que os consumidores de seus produtos estivessem alhures. As plantações eram criações da Europa, e aqueles que consumiam seus produtos eram – pelo menos no início – europeus. O movimento de populações européias do campo para as cidades, que ocorreu boa parte em razão da pressão de monarcas e cavalheiros acompanhando o desmoronamento do feudalismo (Wallerstein 1974); a aceleração do ritmo de exploração e conquista; a luta por recursos vitais (inclusive terra) arrancados de povos nativos em todos os cantos do mundo, e a extorsão, sem limites legais, do trabalho desses povos – todos esses desdobramentos contribuíram para a transformação da sociedade européia. Eventualmente, aumentos na produtividade européia levariam a uma demanda incrementada no Velho Continente e estimulariam ainda mais a produção de novos bens nas colônias; o mundo estava se tornando uno (Wolf 1982).

A história das plantações nas colônias constitui um capítulo essencial dessa história. Mas o outro capítulo é o do consumo dos produtos da plantação nas metrópoles. Os itens aos quais me referi aqui – as bebidas estimulantes amargas, o açúcar e o fumo - condensam o crescimento de um sistema de comércio maciço em escala mundial. Embora não-familiares, no início, eles se tornaram desejáveis, particularmente para trabalhadores, cuja nutrição era geralmente inadequada, e que, obviamente, encontravam grande conforto no fumo, bem como no consumo de bebidas quentes e estimulantes (que transformavam um lanche frio de pão com queijo numa refeição quente) e na ingestão de açúcar que adoçava essas bebidas. Essas eram as comidas das primeiras verdadeiras pausas na indústria. As primeiras "pausas que refrescam". Ao consumir tais substâncias, os trabalhadores proletários das metrópoles européias encontraram-se ligados aos africanos escravizados e, mais tarde, aos trabalhadores migrantes coagidos e contratados nas plantações coloniais. Enquanto as fábricas e oficinas da Europa produziam tecido de baixa qualidade para vestir os escravos, moendas para os engenhos de açúcar e instrumentos de tortura necessários para manter os escravos sob coação, as plantações das Índias Ocidentais produziam o

açúcar, o café, o fumo e o rum, que ajudariam a fazer com que os trabalhadores das fábricas européias suportassem melhor sua sorte.

Esse retrato sugere, nos seus grandes traços, como um tipo de empresa, a plantação de cana-de-açúcar, emergiu como um produto de intenções européias, particularmente no período que vai até a emancipação geral dos escravos no Novo Mundo. Mas, quando a produção de sacarose a partir da beterraba tornou-se comercialmente rentável, nos anos 1830, a paisagem mundial do açúcar começou a mudar fortemente. A economia açucareira mundial estava em formação e o açúcar estava-se tornando um componente alimentício na dieta de milhões de pessoas. Após a metade do século XIX, as plantações de cana-de-açúcar das Américas seriam desafiadas pelo crescimento de plantações em outros lugares nos trópicos. Dessa maneira, parece que uma nova era na produção mundial de mercadorias estava começando a se moldar no início do século XX. No entanto, esse é um assunto amplo demais para ser tratado neste artigo.

A inclinação para ver a produção e o consumo como esferas separadas, quando examinamos as relações entre metrópoles e colônias, pode ter levado a manter na sombra alguns traços da evolução da economia mundial. É preciso observar como os produtos são utilizados, como são definidos culturalmente, bem como atentar para unidades constituídas de produtores e consumidores que esses produtos podem personificar ou simbolizar. Embora esses temas não possam ser desenvolvidos completamente em tão curto ensaio, talvez possa ter algum propósito ao sugeri-los deste modo. De uma perspectiva antropológica, ao menos, o estudo de mercadorias, tais como o açúcar, das empresas que o produzem, e dos trabalhadores que tornam essa produção possível é quase tão subdesenvolvido quanto o estudo daqueles que consumem esses produtos em países distantes.

Referências

COURTENAY, P. P. *Plantation Agriculture*. London: G. Bell & Sons, 1965.

CUBA MISSION. [1876]. *Chinese Emigration*. Report of the Commission sent by China to ascertain the Condition of Chinese coolies in Cuba. Taipei: Ch'eng Wen Publishing Co. 1970.

CURTIN, P. D. *The Rise and Fall of the Plantation Complex*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DAVIES, K. G. *The North Atlantic World in the Seventeenth Century. Europe and the World in the Age of Expansion*. Vol. 4 B.C. Shafer, ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1974.

DEERR, Noel. *The History of Sugar*. 2 Vols. London: Chapman and Hall, 1949/50.

GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GREAVES, I. C. *Modern Production among Backward Peoples*. London: George Allen & Unwin 1935.

GREENFIELD, S. "Plantations, sugar cane and slavery". In: *Roots and Branches*. Craton, M., ed. Toronto: Pergamon, 1979.

GRIGG, D. B. *The Agricultural Systems of the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

KELLER, A. G. *Colonization*. Boston: Ginn & Co. 1908.

LEROY-BEAULIEU, P. *De la colonisation chez les peuples modernes*. Paris, 1902.

MINTZ, S. *Sweetness and Power*. New York:Viking-Penguin, 1985.

ROSCHER, K. and JANNASCH, R. *Kolonien, Kolonialpolitik, und Auswanderung*. Leipzig, 1885.

SHERIDAN, R. *Sugar and Slavery*. Lodge Hill, Barbados: Caribbean Universities Press, 1974.

THOMPSON, E. T. *The Plantation*. Part of a dissertation submitted to the Faculty of the Division of Social Sciences in candidacy for the degree of Doctor of Philosophy. Private edition distributed by the University of Chicago Libraries. Chicago, Illinois. 41pp, 1932.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. New York: Academic Press, 1974.

WILLIAMS, E. *Capitalism and Slavery*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1944.

WOLF, E. R. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras: A Região do Caribe como Oikoumenê*

Sidney W. Mintz

A região do Caribe foi apenas tardiamente incorporada à pesquisa cultural e antropológica, pois suas culturas diferem consideravelmente das concepções reinantes a respeito do que seria o assunto correto da Antropologia. Sendo a primeira parte do mundo não-ocidental a sofrer uma era de atividade ocidentalizante intensiva, a *oikoumenê* do Caribe tornou-se "moderna", de certo modo, antes mesmo da própria Europa; enquanto isto, a história da região dava-lhe uma coerência não tanto cultural quanto sociológica. Os estudiosos atuais começaram a olhar para o Caribe à procura de conceitos que possam utilizar para descrever o processo de globalização. Mas seus resultados têm graus de sucesso variados, em parte porque eles continuam a tratar a história distintiva da região com certa desenvoltura.

Introdução

Enquanto estava preparando este artigo, descobri que Thomas Henry Huxley foi o orador convidado para falar no dia 12 setembro de 1876, na cerimônia que marcou a inauguração formal da Universidade Johns Hopkins, instituição à qual pertenço. Os tempos eram violentos e os Estados Unidos estavam imersos nas convulsões de mudanças profundas. A nação estava ainda vigorosa, mas profundamente dividida em virtude da vitória da União na Guerra de Secessão, que havia acabado apenas no decênio anterior. A visita de

* Título original: Mintz, Sidney W., "Enduring Substances, Trying Theories: The Caribbean Region as 'oikoumenê'" in *The Journal of lhe Royal Anthropological Institute*. London: vol. 2, nº 2, p. 289-311, 1996. O autor agradece a Talal Asad, Lanfranco Blanchetti, Raymond Firth, Jacqueline Mintz, Stephan Palmié e Rebecca Scott pela sua generosa assistência. Ele o único responsável pelos erros persistentes de interpretação ou fato. Revisão do português: Maciel Henrique Carneiro da Silva.

Huxley antecedeu por pouco o desmonte formal do movimento de Reconstrução no Sul dos Estados Unidos, e a consolidação de um controle de cunho terrorista sobre as pessoas negras libertas, em nível do Estado e em nível local na região. Após outro período similarmente breve, sua visita à América foi seguida pela derrota do G^{al}. George Armstrong Custer na batalha de Little Big Horn, a última tentativa dos povos indígenas da América do Norte de defender militarmente suas terras contra invasores europeus.[1] Deste modo, Huxley chegou numa época prolongada de turbulência nacional, que envolvia tanto os ameríndios quanto os africanos-americanos dos Estados Unidos.

Embora Thomas Jefferson tenha sugerido uma "História natural das raças de homens negros e vermelhos" quase um século anteriormente (Mark 1980:5), ainda não havia muita Antropologia sendo realizada na época da visita de Huxley. Os chamados 'primitivos' viviam figurativamente – em muitos casos literalmente – às nossas portas. Mas poucos americanos brancos tentavam entendê-los de forma sistemática, muito menos ainda contemplar a idéia de que, um dia, se tornariam cidadãos iguais numa única sociedade.[2]

[1] A religião da Dança dos Espíritos (Ghost Dance) é algumas vezes considerada como marcando o fim da resistência armada, com o chamado "Levante Sioux" de 1889. Mas, de fato, os massacres de Wounded Knee pelas tropas de cavalaria norte-americana, eram quase que inteiramente de índios, numa proporção de um a dez. Muitos, talvez a maioria, dos índios eram mulheres e crianças.

[2] A escravidão se revelou a realidade do século XVIII moralmente a mais indigesta – uma realidade sobre a qual qualquer economista que falasse em liberdade tinha que gaguejar. O marquês de Condorcet, escrevendo sob o *nom de plume* (pseudônimo) de Joachim J. Schwartz, achava a escravidão repreensível moralmente; seus contemporâneos também. Mas sua preocupação estava sempre moderada por muitas considerações, entre as quais suas estimativas das capacidades diferentes dos diversos "tipos" de homens.

Philip Mazzei, o amigo de Jefferson, notava que alguns americanos pensavam que vender escravos às plantações das ilhas – de forma a providenciar alguma indenização para aqueles que os possuíam no continente – constituía uma solução. Mas a maioria das pessoas, inclusive Mazzei, achava que isto seria crueldade em demasia: "*Os únicos homens enviados às ilhas deveriam ser criminosos condenados à morte. A sentença seria menos severa, mas na sua opinião, pior do que a morte*" (Mazzei 1975:346-7). Este ponto de vista pode, ao menos, ajudar-nos a entender melhor o que contemporâneos achavam da vida escrava nas ilhas do Caribe na época.

Resumindo o pensamento de Condorcet, Mazzei nos diz: "*É um crime tolerar uma lei injusta; mas há tempos em que medidas de precaução precisam de prazos. É um crime despojar um homem de seus direitos naturais, mas o negro, como a criança ou o idiota,*

Os estudos dedicados aos americanos nativos, cujos pioneiros foram Albert Gallatin e Lewis Henry Morgan, tornaram-se mais organizados quando a Agência de Etnologia Americana formou-se sob a direção do Major John Wesley Powell, três anos após a visita de Huxley, em 1879. Mas o estudo antropológico dos africanos-americanos permaneceria muito pouco atraente, ao menos para estudiosos brancos, durante mais meio século.[3] Ainda, uma profunda diferença entre a história da nossa disciplina na Europa, de um lado, e no hemisfério ocidental do outro, é inerente ao fato simples de que o nosso objeto de estudo, nossos povos "primitivos" eram nossos vizinhos – nossos vizinhos maltratados e, de fato, muitas vezes perseguidos. Neste contexto, como em outros, a Antropologia que temos e fizemos está condicionada pela história das feições sociais da sociedade da qual somos oriundos.[4]

deve ser protegido pela sociedade até que seja capaz de exercitá-los sem causar danos aos outros ou a si próprio". (1975: 346-7).

[3] Talvez foi pouco notado o papel crucial de Boas em trazer estudos científicos de antropólogos ao tema dos povos afro-americanos. DuBois contou quanto profundamente Boas o afetou; quando jovem instrutor de História, ele o ouviu pela primeira vez: "*Franz Boas veio à Universidade de Atlanta, onde estava ensinando História em 1906, e disse a uma turma de formandos: vocês não devem se envergonhar do seu passado africano; e depois ele contou a história dos reinos negros ao sul do Saara durante um milênio. Estava surpreso demais para falar. Nunca tinha ouvido falar de nada disto e cheguei então a realizar o quanto o silêncio e a negligência da ciência podem deixar a verdade desaparecer por completo ou mesmo ser inconscientemente deturpada*".(DuBois 1939:7; ver também Hyatt 1985).

Boas tentou, em vão, obter o apoio da Carnegie Corporation para criar um museu e um instituto dedicados aos povos afro-americanos. Sua esperança era de estabelecer um centro que poderia, entre outras atividades, providenciar assessoria prática científica ao governo, em questões que tinham a ver com afro-americanos. Mas seu projeto foi julgado radical demais pela Carnegie Corporation (Beardsley 1973:61).

O desprezo estudado da obra de W.E.B. DuBois "Black Folk then and now" pela comunidade acadêmica é outro sinal que os estudiosos brancos não tinham o menor interesse na história e cultura afro-americanas.

[4] Num relato muito divertido, Bourguignon descreveu recentemente seu primeiro trabalho de campo: "*Minha primeira experiência pessoal em trabalho de campo antropológico, como estudante graduada da Northwestern University, foi com índios. Um grupo nosso passou o verão numa reserva no Wisconsin. Era também uma região turística, onde muitas pessoas da cidade vinham passar suas férias, para pescar, passear de barco, ou, no outono, para caçar. Alugamos uma casa e nos instalamos. Não precisávamos de permissões para desenvolver a pesquisa, seja de órgãos do governo, seja do conselho da*

Começo desta forma apenas para chamar a atenção novamente para o fato amplamente conhecido de que nossa ciência foi sempre moldada por contextos peculiares do ponto de vista histórico, social e político. Na medida em que estes contextos mudam, também muda nossa compreensão do que a Antropologia é; e muda igualmente a sua *raison d'être*.[5] Uma maneira de encarar a história desta área de conhecimento é em termos de seu desenvolvimento, através de uma série de passos ou estágios relacionados a acontecimentos mundiais, que afetaram a consciência de nossos antecessores de um modo especial, redefinindo assim, ao menos, os componentes etnológicos de nossos horizontes disciplinares. Durante seu primeiro século, a Antropologia começou a elaborar distinções nítidas entre o que se tornaria suas diversas partes: Arqueologia, Antropologia Física, Lingüística e Etnologia (mais tarde a Antropologia Social na Grã Bretanha e a Antropologia Cultural nos Estados Unidos). Tais divisões foram criadas e desenvolvidas de formas diferentes no Novo Mundo e no Velho, mas elas permanecem reconhecíveis, pelo menos, até depois da Segunda Guerra Mundial.

Para aqueles antropólogos preocupados com povos vivos, a disciplina decidiu (embora de forma não inteiramente confortável) a respeito da definição de seu assunto, melhor descrito, acho, por exclusão do que de outra maneira. Ou seja, os povos que possuíam uma escrita, máquinas para fazer máquinas, ou eram europeus, por exemplo, não constituíam objetos adequados. Entre as várias bases tomadas para incluir ou excluir uma sociedade do estudo propriamente antropológico, o critério das realizações tecnológicas parece ter sido o mais importante. Caçadores e coletores, povos que não tinham animais domésticos nem horticultura eram provavelmente os 'primitivos' mais satisfatórios. Numa ampla medida, suas sociedades eram pequenas, sua cultura material modesta, suas estruturas de parentesco a base mais ampla para suas relações sociais;

tribo. Ficamos conhecendo as pessoas e elas falaram conosco. Era mais ou menos tão simples assim... Isto foi em 1946."(1992:30).

Antropólogos americanos têm feito isto por mais de cem anos, mas os europeus nunca tiveram realmente oportunidades similares.

[5] Razão de ser; em francês no texto. N. d. t.

faltavam-lhes máquinas ou instituições políticas elaboradas; e eles eram sociedades sem escrita.[6] Parecia não haver razão para duvidar que eles eram nosso tipo de povo – eu quero dizer, o tipo de povo que poderíamos tomar como objeto de estudo. Em certa medida, era mais difícil traçar a linha de separação, ao tratar de sociedades mais complexas, particularmente aquelas que tinham uma agricultura sofisticada, como é o caso das sociedades em quase toda a África ocidental. Mas, neste caso também, a falta da escrita e de uma tecnologia de máquinas era suficiente para que nós as percebêssemos como "nossas".

O fato de que esses dois critérios, tecnologia e escrita, figurem de forma tão importante tinha uma significação algo brutal; subjacente a todas as outras distinções, encontrava-se a aceitação da dominação política e econômica do Ocidente, alicerçada na sua superioridade militar. Numa passagem famosa, Lévi-Strauss expressa estas idéias da seguinte maneira.

"*A Antropologia não é uma ciência desprovida de paixão como a Astronomia, que surge da contemplação de coisas distantes. É o resultado de um processo histórico, que sujeitou a maior parte da humanidade à outra e, no seu decorrer, milhões de seres humanos inocentes tiveram seus recursos roubados e suas instituições e suas crenças destruídas, enquanto que eles mesmos eram mortos sem piedade, ou escravizados e contaminados por doenças às quais eles não podiam resistir. A Antropologia é filha desta era de violência; sua capacidade em avaliar mais objetivamente os fatos relacionados à condição humana reflete, no nível epistemológico, um estado de coisas em que uma parte da humanidade tratava a outra como objeto*". (Lévi-Strauss 1966:124).

As visões evolucionistas da história social da espécie, como exemplificado (embora de forma bastante diferente) nas obras de Tylor e Morgan, utilizaram alguns traços técnicos, como a cerâmica e a escrita, como marcos de progresso em termos de realizações. Mas

[6] Daí, por exemplo, a declaração concisa de Aberle (1951): "*Em conformidade com os usos atuais da Antropologia, "sociedade sem escrita" será utilizado para designar qualquer sociedade à qual faltava um sistema de escrita antes de seu contato com a cultura ocidental. O termo "sociedade primitiva", que é mais comum, tem conotações infelizes de "antigo", "atrasado" e, muitas vezes, "pré-lógica".*"

havia também falhas de coerência; ninguém sabia o que fazer com aqueles povos cujas sociedades possuíam reconhecidos milênios de 'civilização' – particularmente quando expressa na forma escrita. No entanto, eram consideradas de outras formas como sendo indignas de receber um estatuto igual ao das sociedades das quais os próprios antropólogos eram oriundos.

Parece-me, a esse respeito, que surgiram realmente três categorias construídas de sociedade. Aí estava nosso assunto definido: 'verdadeiros' sem escrita ou primitivos. Havia também a categoria na qual nós mesmos éramos o elemento central, às vezes chamada de 'civilização', e à qual se faz referência até hoje como o 'Ocidente'. Finalmente, havia aquelas grandes sociedades antigas, cuja experiência com coisas como a escrita, os estados e outros traços diagnósticos que compõem o arsenal da civilização, era longa – sendo mesmo, em vários casos embaraçosos, tão ou mais longa que a nossa própria.

Estou relacionando estes tópicos familiares no que não passa de um prefácio ao meu assunto, de maneira a chamar novamente a atenção para as formas como tendemos a conceber e classificar o mundo nas suas numerosas divisões. As seqüências evolucionárias implícitas nessas categorias possuíam um aspecto histórico, na medida em que elas eram consideradas como refletindo um movimento do pequeno ao grande, do tecnicamente limitado ao tecnicamente avançado, da *communitas* à *societas*, da não-escrita à escrita, da *Gemeinschaft* à *Gesellschaft*, e assim por diante. Em alguns aspectos importantes, essa concepção evolucionária me parece irrefutável. Mas essas seqüências não eram as histórias de certas sociedades particulares, reais; eram os estágios que eram tratados como reais. Com efeito, é precisamente para a não-historicidade de tais categorias antropológicas que quero chamar a atenção.

Antes da Segunda Guerra Mundial, poucos estudiosos levantaram seriamente a questão de saber se a pesquisa antropológica, centrada nas sociedades chamadas de 'simples', poderia estender-se de forma fecunda a outras sociedades de diversos tipos.[7] Um dos primeiros empreendimentos do gênero, que tomou a forma de cooperação em larga escala, foi o chamado "Projeto Porto Rico", lançado pelo finado Julian H. Steward, então da Universidade de Colúmbia.

Embora a Antropologia Física, a Arqueologia, a Lingüística e o folclore gozem de longa e respeitável história na região do Caribe, o projeto lançado por Steward era o primeiro do gênero (Steward *et al.* 1956). Começou apenas alguns anos antes que Raymond T. Smith, aluno de Fortes, e Michael G. Smith, aluno de Forde, iniciassem suas pesquisas, respectivamente na Guiana, então britânica (R. Smith 1956), e na Jamaica, Granada e Carriacou (M. Smith 1956, 1962, 1965). Esses estudos, empreendidos por alunos de três estudiosos de prestígio representavam extensões diversas de interesse social e antropológico-cultural a respeito daquilo que era, na época, do ponto de vista etnográfico, uma região ambígua. Que cada um fosse apoiado por uma autoridade máxima no campo da Antropologia na época tem provavelmente muito a ver com a maneira relativamente favorável (embora às vezes relutante) com que tais iniciativas foram recebidas e avaliadas. Através desses estudos, a região do Caribe tornou-se parte do mundo antropológico, em termos diferentes daqueles definidos por seu passado aborígine. Vou voltar a este assunto.

Área de cultura e oikoumenê

"*O alicerce adequado para todos os estudos amplos, tanto em Etnologia quanto em História*", escreveu Alfred Kroeber, na sua palestra para o Huxley Memorial de 1945, "*é o exame preciso, íntimo, continuado durante longo período, da cultura de uma área ou período.*"(Kroeber 1946:9). Considerando, como defendo, que a visão que Kroeber tinha da Etnologia oferecia à Antropologia uma missão, ainda coerente com o passado da disciplina e o futuro da humanidade, vou tentar aplicá-la aqui a uma pequena parte da superfície da terra.

[7] Não pretendo implicar aqui que antropólogos desistiram de se interessar por povos "não primitivos". Estudiosos como Kroeber e Malinowski certamente olhavam para a humanidade em geral como assuntos adequados para a Antropologia. Um manual como "Human Types", de Firth (1938), comportava debates acerca de discriminação racial americana e sul-africana; e a pesquisa de Boas, em boa parte baseada em trabalho com populações recém-imigrantes nos Estados Unidos, era diretamente ligada a questões contemporâneas, próprias da sociedade moderna.

Para tanto, devo expor o ponto de vista de Kroeber quanto às maneiras como lugar e cultura são conjugados.

A partir do momento em que a linha divisória entre *"primitivo"* e *"civilizado"* foi questionada, tornou-se lugar-comum que populações, culturas e regiões devem ser examinadas novamente em termos de suas histórias particulares, e não em termos de dispositivos teóricos esquemáticos empregados para dividi-las em categorias ambíguas (tais como *"primitivos"* e *"civilizados"*, ou *"folk and urban"*[8]). O ponto aqui debatido não é, absolutamente, que a teoria seja ruim. Mas que os modos de viver de todos os povos que estudamos são, para sempre, sujeitos a influências vindas de outras partes, e são, para sempre, em fluxo; isto é, que são produtos históricos, produtos de processos, de forma que a maioria das categorias e dos *continua* corre o risco de imobilizá-los e representá-los erradamente. Kroeber escreve: *"Um fato cultural é sempre um fato histórico; e sua compreensão mais imediata, e geralmente a compreensão mais plena que podemos atingir, é uma compreensão histórica".* (Kroeber 1948:253-5).[9] Defendo aqui a mesma posição. A questão então é de saber que tipos de categorias podem servir a úteis objetivos antropológicos de cunho classificatório. Para tratar dessa questão, quero abordar o conceito de área de cultura,

[8] Segundo os conceitos desenvolvidos por R. Redfield, particularmente em "Folk Culture of Yucatan".

[9] Lesser é eloqüente quanto a este argumento: "*Vemos tal e qual eventos ocorrendo. Muitas coisas, no entanto, estão sempre acontecendo ao mesmo tempo. Como podemos determinar se estas coisas que ocorrem ao mesmo tempo são relacionadas umas às outras? Pois é óbvio que podem ser acontecimentos contemporâneos ou mesmo em série, não porque eles são relacionados uns aos outros, mas porque seus determinantes, desconhecidos e não observados, os fizeram acontecer ao mesmo tempo, ou um após o outro. Em resumo, eventos contemporâneos ou associados podem ser simples coexistências. Cultura, em qualquer dada época, é antes e sobretudo uma massa de eventos coexistentes. Se tentarmos definir relações entre tais eventos, é impossível assumir, visto a historicidade desconhecida das coisas, que as relações aparecem na superfície contemporânea dos eventos. Qualquer coisa que ocorra é determinada por acontecimentos anteriores à ocasião em questão, mais do que pelo que pode ser observado de forma contemporânea a eles. Assim que nos virarmos para eventos anteriores, para entender os acontecimentos que observamos, apelamos para a História. A História é apenas isto. É a utilização do fato condicionante da historicidade para a elucidação de eventos vistos.*" (Lesser 1935:392).

sobre o qual boa parte das primeiras descrições e análises etnológicas se baseavam.

Boas argumenta que a idéia de área de cultura surgiu inicialmente em conexão com necessidades museológicas, quando conceitos de unidade geográfica ultrapassaram noções evolucionistas antiquadas de como melhor mostrar a cultura material. Nos Estados Unidos, foi provavelmente Mason que utilizou primeiro a área de cultura na sua obra escrita, referindo-se indiferentemente a ambos *"área de cultura"* e *"meio étnico"* (1895; 1907; ver também Farrand 1904). Sapir considerava a área de cultura como um dispositivo geralmente aceito para classificar a vida dos índios americanos, quando escreveu seu trabalho famoso sobre a perspectiva do tempo na América do Norte aborígine (Sapir 1916). Um ano mais tarde, Wissler utilizou a mesma idéia, embora houvesse falado primeiro de *"áreas de alimentação"*, sobre as quais suas áreas de cultura foram superpostas (Wissler 1917; 1923-26). Nessas construções, uma superfície ligada geograficamente foi definida de acordo com fatos fisiográficos e de subsistência; em seguida, pela distribuição, no seu seio, de grupos distinguíveis que, embora politicamente distintos, exibiam a maior parte das instituições culturais e dos acompanhamentos materiais que podiam ser utilizados para defini-los coletivamente. Então, por exemplo, a área de cultura das planícies da América do Norte cobria grupos que caçavam o bisão a cavalo, utilizavam tendas e *travois,*[10] possuíam uma cerimônia de dança do sol, careciam de agricultura, fabricação de cestos e cerâmica, e assim por diante; enquanto a região da costa noroeste era habitada por povos que subsistiam da vida marinha, moravam em casas de madeira, eram governados por chefes hereditários, organizavam *potlatches* etc.

Mais ou menos explicitamente, a área de cultura era, às vezes, acompanhada pelo conceito-irmão de *"age-area"*, que expressa a idéia de um centro onde as formas culturais típicas eram mais fortemente representadas. Havia muito interesse na idéia – e ampla comprovação era arranjada para tanto – segundo a qual a amplitude da difusão

[10] Veículo utilizado pelos índios das planícies norte-americanas, composto de duas varras suportando uma rede que são arrastadas no chão.

estaria correlacionada com a antigüidade do padrão; e de que a difusão, em vez de invenção independente, explicava a maior parte da distribuição destes traços. A área de cultura não era apenas uma utilidade para explicar e mostrar. Sob a forma de "*age-area*", era muitas vezes empregada para inferir ou implicar processos históricos.

Todos nós sabemos bem, de maneira geral, o que não nos agrada nesses conceitos. Mas um dos melhores críticos da formulação da área de cultura (Kroeber 1931) também tentou melhorá-la em várias publicações (Kroeber 1925; 1939; 1944; 1946). Na sua obra enciclopédica *Configurations of Culture Growth* (1944), um livro que praticamente ninguém mais lê, Kroeber fez um esforço brilhante para insuflar vida no conceito. Aí, ele estava tratando da padronização, no tempo e no espaço, do conteúdo cultural da civilização. Ele avançou além da contagem de traços, tão típica dos estudos de área de cultura, de forma a elaborar com maior sofisticação a idéia de "*age-area*". Pode-se remeter este conceito pelo menos ao mestre de Boas, Ratzel (1891), e ao arqueólogo dinamarquês Müller (1907).[11] Na sua palestra de 1945, acima citada, Kroeber foi além, ao mudar a área de cultura em *oikoumenê*.

Este termo está sendo agora ressuscitado.[12] Na sua forma original, *oikoumenê* foi utilizado para designar o mundo inabitado, como os gregos o definiam. Kroeber provavelmente tomou o termo emprestado de Ratzel (1891) para aplicá-lo a certas regiões do mundo que ele via como sendo diferentes das demais pelo crescimento de sínteses culturais distintivas. Nas suas próprias palavras, a *oikoumenê* constituía: "*uma grande unidade histórica... um quadro dentro do qual uma combinação particular de processos alcançava dados resultados singulares... um conjunto de eventos e produtos entremeados que são significativos igualmente para o historiador da cultura e para o antropólogo teórico*". (Kroeber 1946:9).

[11] Ver particularmente Kroeber 1931.

[12] Ver, por exemplo, Hannerz 1992a; 1992b; e Kopytoff 1981. Não há consenso sobre os usuários modernos quanto à significação de "ecumene". O uso que Ratzel fazia deste termo, originalmente, era muito claro: "Das Verbreitungsgebiet der Menschheit nennen wir *ökumene*" (1921, I:150). ["A área de difusão do gênero humano chamamos de *ökumene*" N.d.t.].

A Palestra "Huxley" de Kroeber aplicou novamente este antigo conceito, inventado pelos gregos para seu mundo, para aquilo que ele considerava o "*mundo civilizado*" no sentido amplo. Sua intenção foi de sugerir como as forças culturais tornavam esse mundo uno, na medida em que certas realizações estéticas e técnicas se divulgavam sucessivamente através de uma série de zonas geográficas limítrofes, ligando-as culturalmente. Em outro escrito, ele diz que estava pensando na "*história de toda a civilização vista como um todo único conectado de forma complexa, que passava gradualmente a cobrir todo nosso planeta.*" (1953:331). É principalmente neste uso, quase profético, que o termo (hoje geralmente escrito "*ecumene*") voltou a ser empregado, testemunho de um interesse crescente para concepções dos processos culturais globalizantes. Aqui pretendo empregar o termo no seu sentido antigo de "*uma grande unidade histórica,... um quadro dentro do qual uma combinação particular de processos conseguiu alcançar alguns resultados singulares*"; estou particularmente atento ao trecho de Kroeber "*um conjunto de eventos e produtos entremeados*".

A *oikoumenê* do Caribe

Preciso estabelecer meu modo de usar o termo *oikoumenê*, distinto do de Kroeber. Qualquer uniformidade ou comunidade cultural da região do Caribe, do tipo que estudiosos como Mason, Wissler e Kroeber associaram ao conceito de área de cultura quando este foi desenvolvido pela primeira vez, teria sido demolida já por volta de 1550 e teria desaparecido quase que totalmente por volta de 1650. Não obstante considerável publicidade em torno do quinto centenário, a resistência indígena aos espanhóis foi de fato dividida e esporádica. Fora a área das terras baixas dos Maias, abandonada desde muito tempo no fim do século XV, e o platô central de México, longe do mar do Caribe, não havia sociedades de grande porte ou densamente povoadas na região.[13] A circunavegação, exploração e

[13] O nível de agricultura aborígine nas grandes ilhas levou muitos estudiosos a atribuir-lhes populações importantes. Mas uma grande controvérsia continua quanto à população aborígine das Antilhas. Apenas para a ilha de Hispaniola, a maioria das estimativas

conquista das ilhas foi essencialmente obra dos espanhóis. Tão cedo quanto a metade do século XVI, um declínio vertiginoso ocorreu na população insular aborígine. Desta feita, quando a Europa do Norte desafiou pela primeira vez a hegemonia espanhola no Caribe, no segundo quarto do século XVII, ela lutou essencialmente por terras, inclusive ilhas que já haviam sido conquistadas, despovoadas por doenças, guerra e trabalho forçado, e parcialmente reocupadas por pessoas de outras origens.[14]

As intenções imperiais iniciais da Espanha visavam ao extrativismo metálico e ao proselitismo religioso. Embora trouxesse às Antilhas africanos escravizados, a forma da plantação e os engenhos de açúcar, relativamente pouco resultou dos primeiros 125 anos de domínio praticamente apenas espanhol. Mas a Europa do Norte, a partir de mais ou menos 1625, chegou à região para produzir bens para mercados europeus em rápida expansão. Eram usados como mão-de-obra, ao mesmo tempo, compatriotas "contratados"[15] e roubados, bem como índios escravizados, coagidos pelos colonos norte europeus; mas sua *fons gentium* para a escravidão de plantação no Novo Mundo seria a África. Desde a primeira metade do século XVI até a segunda metade do século XIX, a região do Caribe, composta por estas

modernas escala-se entre 60.000 e vários milhões. Henige (1978:217-37) defende de forma convincente, que não poderemos nunca alcançar estimativas cifradas úteis.

[14] Aqui está o que Kroeber tinha para dizer a respeito da região do Caribe (as "Índias ocidentais") na época anterior ao contato. Esta opinião é conforme a base de conteúdo cultural para o conceito de área de cultura:

"*Nas Índias Ocidentais, existia uma população aborígine atrasada, pré-agrícola, que sobreviveu na parte ocidental de Cuba até os tempos históricos. Ela foi vencida pelos Tainos, provenientes de seus parentes Arawaks do continente sul-americano... que se espalharam tão longe quanto as Bahamas com seus arrecifes de coral... O zênite da cultura Taino foi atingido nas ilhas de Porto Rico e Haiti, como pode ser visto em esculturas de pedra e conchas que são modeladas de forma agradável, embora apenas constituindo uma arte distinta. Na época do descobrimento, os doces Tainos estavam sendo aos poucos conquistados pelos Caribs... chegados mais recentemente do continente sul-americano. Os Índios ocidentais foram os primeiros Americanos nativos a suportar o choque do impacto espanhol e a escravização. Eles desapareceram muito rapidamente, e sua cultura é conhecida apenas superficialmente, por meio de relatos de testemunhas.*" (Kroeber 1948:835).

Alguns estudiosos mais jovens descartaram a classificação tripartite dos aborígines caribenhos; outros, como Rouse (1992), ainda a mantêm.

[15] "Indentured servants".

colônias mais antigas do Ocidente,[16] recebeu talvez um terço de todos os africanos escravizados que chegaram ao Novo Mundo com vida. O aporte de europeus na região nunca aproximou-se, em quantidade, da maré colossal de africanos algemados, um fluxo irregular mas incessante, que se estendeu por quase quatro séculos. A significação desses eventos que começaram há meio milênio é, às vezes, considerada sem a devida ponderação, mesmo por modernos especialistas em colonialismo. Após a metade do século XIX e adentrando o século XX, ainda outra onda de imigrantes, desta vez asiáticos forçados ou semiforçados, chegou às costas do Caribe, marcando um novo estágio no desenvolvimento – para tomar emprestada a expressão de Frank (1966) – do subdesenvolvimento. Já evoquei essas marés humanas como contando entre os fenômenos demográficos e aculturacionais mais maciços na história do mundo. A escala de tempo importa; esses fenômenos já estavam terminados quando a rainha Vitória foi coroada imperatriz da Índia, e praticamente concluídos antes da África ocidental tornar-se colonial. Em outros termos, eles foram precoces na história do imperialismo europeu.

A mão-de-obra era importada sobretudo para trabalhar nas plantações que, com o tempo, produziram açúcar, melaço, rum, fumo, algodão, índigo, café e outros bens para os mercados consumidores europeus. Após o fim do tráfico negreiro e, em seguida, da escravidão, essas empresas foram em parte convertidas para produzir banana, coco, abacaxi, noz moscada e, atualmente, (embora não exatamente na escala das plantações) maconha. O fluxo desses produtos em

[16] Especialistas em literatura, dedicados ao ataque pós-moderno contra o colonialismo, nem sempre lembram que a batalha de Plassey aconteceu 250 anos após o descobrimento do Novo Mundo. O colonialismo moderno pode ser considerado como tendo começado em São Domingos em 1492. Antes, portanto, podemos nos referir às ilhas do Atlântico, como as Canárias e Madeira, mas pouco além destas – a não ser que se escolha voltar até as colônias de Amalfi e Veneza no Mediterrâneo oriental. Com o Novo Mundo, a era daquilo que Konetzke chamou adequadamente de "impérios planetários" (1946) pôde começar.

A idade relativa da colônia tampouco é o ponto principal. A época colonial, que começou com a conquista espanhola de São Domingos, evoluiu num mundo que estava consideravelmente diferente daquilo que se tornaria mais tarde, como, por exemplo, no século XVIII.

direção ao Leste, que já estava em andamento no segundo decênio do século XVI, nunca cessou completamente. Os diversos produtos agrícolas, essas substâncias duradouras, sintetizavam o que era inicialmente uma maneira recém-modelada no ultramar de fusionar produção e processamento, campo e fábrica, e de combinar em pares colônia e metrópole, produtor e consumidor, europeu e Outro, escravo e proletário, trabalhador rural e operário de fábrica, súdito colonial e cidadão.

Tal exploração serial da terra dos nativos americanos, mão-de-obra africana e asiática não foi obra de um único poder colonial. Muitos estados europeus competindo militarmente por territórios e economicamente por mercados, estavam profundamente envolvidos no estabelecimento de colônias, na criação de plantações e na construção das necessárias instituições coloniais, administrativas e comerciais que dariam vida às novas dependências. Na região do Caribe, e após os espanhóis, os pioneiros incluíam os holandeses, ingleses, franceses, suecos, dinamarqueses e, últimos na ordem mas não os menos importantes, os norte-americanos.[17] Todos eles acharam as Antilhas de grande interesse, embora não todos ao mesmo tempo, nem sempre exatamente pelas mesmas razões.

As plantações, empresas agro-industriais vitais para a remodelagem de ambos os costumes alimentares e formas de lazer de maciças populações urbanas na Europa, eram experiências-balizas em modernidade. A mão-de-obra da plantação era predominantemente organizada na base de turmas, e não muito do talento pessoal. Os trabalhadores eram submetidos à disciplina de trabalhar de forma permutável e cronometrada. A indústria caribenha era considerada simples, pois a maior parte de sua mão-de-obra, no decorrer do tempo, era escravizada, e era caracterizada como tendo poucas

[17] Ambos, o Ducado de Courland e os Cavaleiros de Malta, estavam interessados nas possibilidades caribenhas, mas não puderam desenvolvê-las; isto vale também para os Welser, que atuavam na Venezuela, mas não nas ilhas. O papel variável do mercado nos desígnios imperiais dos Estados europeus era um traço distintivo importante entre eles. Fora o Caribe hispânico, todavia, os europeus, na sua maioria, continuaram a pensar seu lar na Europa, e consideravam pelo menos com ambivalência sua identificação com as ilhas.

categorias especializadas, um magro artesanato e processos industriais aparentemente sem complicações. No entanto, era complexa na medida em que a unidade entre campo e fábrica era um aspecto invariável e essencial da eficácia da mão-de-obra. O sistema requeria uma supervisão abrangente para garantir que as escalas de tempo fossem respeitadas[18] e, no caso da cana-de-açúcar, a safra mais importante, esses tempos eram ditados pelas características da própria planta. A cana-de-açúcar deve ser colhida rapidamente, quando seu conteúdo de sacarose está ao nível máximo; ela deve ser moída assim que é cortada, de maneira a não perder este açúcar; seu caldo deve ser esquentado rapidamente, preparado para a cristalização e batido – colocado nas formas exatamente no momento certo. As moendas, movidas a água e vento, eram enormes maquinarias para seu tempo, e vários homens eram indispensáveis para fazer funcionar até mesmo as primeiras moendas, que utilizavam a tração animal, empregadas pelos pioneiros do fabrico de açúcar em São Domingos, no começo do século XVI. O uso em grande escala de fornalhas e tachos era típico. Até mesmo o vapor foi utilizado muito cedo na evolução da indústria do açúcar, antes do fim da escravidão, no caso de várias sociedades caribenhas (Hagelberg 1983; Mintz 1985). Estes traços técnicos, muitos dos quais estavam ligados a um cuidadoso controle do tempo, introduziram mais do que apenas uma aura de modernidade industrial em operações que antecederam, em muitos casos por séculos inteiros, a Revolução Industrial.

[18] A organização do processamento que as características naturais da cana-de-açúcar impunham à indústria não era, contudo, tão rigorosa assim. Ambas as formas de tecnologia e posse da terra podem modificar os próprios arranjos produtivos, o que se tornou mais claro a partir do século XIX.

Scott (1985) mostrou que, pelo menos nos últimos estágios da evolução da plantação canavieira, o controle centralizado da gestão podia ser dispensado em certos casos. Quando a cana era fornecida à fábrica de açúcar por pequenos produtores, os setores de abastecimento eram organizados de outra forma. Na região do Caribe, tais fábricas eram chamadas de engenhos centrais (em espanhol 'Central'). Mas tais estabelecimentos, compreendendo terra e instalações industriais, são um desdobramento relativamente tardio no ramo (Mintz 1956).

Mudanças diferentes, mas análogas, ocorreram na indústria açucareira de Taiwan sob governo japonês; cf Ka 1995.

A modernidade tinha a ver não apenas com a organização da indústria, mas também com os efeitos de tal organização sobre a força de trabalho. Basta lembrar de onde, quanto amplamente e sob que condições a maior parte desta mão-de-obra de plantação havia sido 'recrutada'. Deste modo, a 'modernidade' reporta aqui a uma abertura adquirida à variedade cultural; uma abertura não tanto relativista quanto não-valorativa; uma abertura que inclui a expectativa de diferenças culturais, e não se choca com sua presença. Dito na linguagem atormentada atual, a modernização dos povos do Caribe ocorreu na presença constante de Outros que eram multiculturais. Pessoas que vêm de lugares distintos, que não estão *na* sua própria cultura podem tornar-se modernos, em parte porque o recurso institucional a uma tradição comum não está imediatamente disponível. Pouco depois da Conquista, os povos do Caribe começaram a chegar de outros lugares. A maior parte dentre eles havia chegado com instituições imperfeitas, e na companhia de outros que eram diferentes deles do ponto de vista cultural. A maioria veio sem parentes. Isto era também modernizador porque as menores células da perpetuação da tradição são familiares.

Do século XVI ao XIX, os trabalhadores agrícolas nas plantações do Caribe tornaram-se adeptos da formação rápida de relações, particularmente em díades. Já que a base para operar em termos de categorias de estatuto conhecidas encontrava-se sob a pressão constante de migração e coação externa, eles haviam de aprender a lidar socialmente com outros, muitas vezes num vazio de preconceitos especificados pela cultura, quanto à significação de diferenças individuais de idade, gênero ou diversidades físicas. Deste modo, a 'modernidade', no sentido adotado aqui, refere-se, não apenas aos apetrechos tecnológicos da indústria, mas também a suas seqüelas do ponto de vista da organização social: às circunstâncias de encontro e do estabelecimento da relação; aos modos de conviver sem o recurso de maneiras aprendidas anteriormente; a uma atitude prosaica quanto às diferenças culturais e diferenças de estilo social ou boas maneiras; e a um desprendimento social que pode provir do fato de ser submetido – reconhecendo, ao mesmo tempo, sua própria relativa impotência – a mudanças rápidas, radicais, sem controle e contínuas.

Os processos colocados em andamento pela criação das plantações do Novo Mundo nunca pararam. Mas nas suas primeiras fases ultramarinas, elas se concentravam dentro de uma área que pode ser definida, da qual faziam parte as colônias do Caribe, relativamente pequenas.[19] Foi o que estas empreitadas renascidas[20] realizaram ao mobilizar recursos, adaptando uma mão-de-obra roubada, produzindo as primeiras verdadeiras mercadorias do capitalismo, alimentando os primeiros proletários e mudando as perspectivas de tanta gente em ambos os lados do Atlântico, que personificavam uma modernidade emergente.

Na metade do século XIX, no entanto, quando a modernidade industrial do mundo europeu fora completamente estabelecida, a região do Caribe entrara num longo eclipse econômico, ao mesmo tempo que foram impostas a outras áreas, particularmente na Ásia e África, relações similares com a Europa. Enquanto o poder norte-americano ocupava os espaços criados pelo declínio do engajamento da Europa no Caribe, a relação da região com o mundo externo mudou radicalmente.[21] A 'modernização' parou; enquanto a definição do Caribe como uma área econômica chave declinava, o que havia sido moderno tornou-se rapidamente arcaico. O povo do Caribe, uma vez adotadas identidades radicalmente diferentes daquelas que tinha como pessoas recém-coagidas, recém-escravizadas ou recém-

[19] As Guianas são habitualmente incluídas dentro da definição do Caribe, e eram vastas em superfície. Mas seu papel no desenvolvimento da indústria açucareira em geral foi pequeno. As ilhas hispânicas só se tornaram importantes da segunda metade do século XVIII em diante. O desenvolvimento "clássico" das plantações de açúcar caribenhas ocorreu nas colônias insulares francesas e inglesas, por volta de 1650-1800.

[20] O açúcar foi produzido nas ilhas do Atlântico de Portugal e Espanha durante a primeira metade do século XV, e em outras regiões (São Tomé, ao largo da costa da África) na segunda metade deste século. As plantações do Novo Mundo, no entanto, representaram um tipo de empresas numa escala nova e incrivelmente ampla, maiores do que qualquer outra que as antecedeu.

[21] Não posso aqui tratar adequadamente as implicações geopolíticas do século XIX, durante o qual o Caribe pode ser descrito como tendo-se transformado de um lago norte-europeu em um lago norte-americano. "Atraso" e "modernidade", na região, foram naturalmente sempre relacionados a forças econômicas e políticas mais amplas. Mas o centro vivo destas forças externas mudou de maneira significativa com o começo do imperialismo norte-americano (fora do seu próprio território), que iniciou antes da Guerra Civil, quando o Sul apoiou ativamente a idéia de um Caribe americano.

transportadas, havia criado maneiras de viver propriamente suas. Defendo que eles incluíram nessas novas maneiras de viver, atitudes a respeito da individualidade, da natureza das relações humanas e da significação das diferenças culturais que os distinguiam, e ainda os distinguem, dos seus contemporâneos em outras regiões. Uma "*combinação peculiar de processos*", um "*conjunto entrelaçado de eventos e produtos*", para usar as palavras de Kroeber que citei acima, alcançavam de fato resultados singulares.

Hoje, o Caribe é geralmente visto como uma região na qual formas culturais européias generalizadas se acotovelaram, umas às outras, no decorrer do tempo, misturando-se com materiais provenientes de outras áreas do Velho Mundo e com aqueles deixados como resquícios das culturas indígenas do Novo Mundo. Mas não se pode, com toda segurança, tratar estes europeus como representando uma tradição 'ocidental' não-diferenciada. Pensando em linguagem, leis ou culinária (ou então segmentos da cultura menos palpáveis como os valores expressos ao cortejar, em atitudes sexuais, casamento ou comportamento parental), as sociedades do Caribe são diferenciadas não apenas internamente em termos de classe, etnicidade ou outros critérios, mas também interculturalmente. Haiti e Cuba são igualmente sociedades caribenhas, como o são Barbados e Suriname. Mas as similaridades entre duas delas, ou entre as quatro, não são, propriamente dito, culturais na sua natureza. Qual a língua (ou línguas) falada(s) pelo seu povo; onde os filhos da classe média são mandados para estudar; se eles mandam ou não suas filhas também; como lidam com a questão de raça do ponto de vista legal e social; como eles vêem seus antigos senhores imperiais, em termos de sua disposição a adotar formas culturais relevantes – nenhuma das respostas a tais perguntas é exatamente a mesma para todas essas sociedades. Em outras palavras, o Caribe não é uma área de cultura.

E, no entanto, acredito que a *oikoumenê* caribenha é real. Sua realidade é inerente a sua história como sujeita às intenções fundadoras das potências européias: o ponto de vista daqueles que criaram as colônias de plantação ultramarinas, bem como os regimes coloniais e sistemas de mão-de-obra coagida que inventaram,

instalaram, lutaram para manter e, quando necessário, readaptaram de maneira a alcançar seus objetivos. Ou seja, a *oikoumenê* adquiriu sua integridade em parte como uma conseqüência das intenções imperiais de seus governantes, embora esses governantes, como um todo, representassem diferentes culturas com diferentes ideologias. Este empreendimento europeu, altamente diferenciado, envolvia ao mesmo tempo os sistemas coercitivos que governavam a iniciativa local em toda a região, e as origens culturais dos povos caribenhos, cuja maioria não tinha origens européias.

A base para construir uma *oikoumenê* caribenha encontra-se, portanto, nos quadros sociais criados para povos migrantes, culturalmente diversos, que foram submetidos durante séculos a processos de mudança cultural essencialmente imposta pelos governantes europeus; e com os efeitos, a longo prazo, destes processos sobre a vida no Caribe. Não tem nada a ver com linguagem, ou comida, ou vestimenta, ou índices culturais deste tipo *enquanto tais*, mas com uma visão transformada do próprio mundo, enxertada sobre inúmeros estrangeiros, que vieram ou foram levados à região no decorrer dos séculos, substituindo aqueles que morriam ou haviam sido mortos por doença, guerra e a empresa imperial européia.

Literalmente milhões de pessoas, retiradas de muitas sociedades diversas, foram jogadas em situações onde sua força de trabalho constituía o único aspecto considerado relevante a seu respeito, do ponto de vista daqueles que contratavam essa mão-de-obra ou a compravam. Essas pessoas foram obrigadas a criar sistemas culturais completamente remodelados, pelos quais pudessem viver; e a fazê-lo ao mesmo tempo em que labutavam longos dias, empregados em trabalhos extenuantes em empresas agro-industriais de grande porte e tecnicamente eficientes o bastante para serem extraordinárias para sua época. Qualquer coisa que fosse julgada "primitiva" – conforme a medida antropológica das coisas – a respeito destes recém-chegados, tornou-se rapidamente outra. Quaisquer que tenham sido suas culturas, eles tornaram-se, em alguns aspectos, muito mais parecidos entre si, em virtude dos próprios processos de coação e mudança cultural forçada. Os povos transplantados do Caribe deviam

ser homogeneizados de alguma forma para poder atender às exigências econômicas que lhes eram impostas, ao mesmo tempo que eles estavam sendo individualizados pelo apagamento dos substratos institucionais de seus passados (Mintz 1974). Estas foram as realizações – se escolhermos chamá-las assim – do colonialismo caribenho.

Os movimentos de pessoas que permitiram tais mudanças de grande alcance, foram maciços, geralmente coercitivos e se estenderam por séculos. Não acho que existam fenômenos com os quais eles possam ser comparados na história mundial, anterior ou posterior. Aqueles que chegaram acorrentados podiam trazer pouca coisa consigo. As condições sob as quais eles tiveram então de criar e recriar instituições para seu próprio uso constituíam provações difíceis de imaginar. Naturalmente isto era, em particular, o caso daqueles que chegaram como escravos. A situação era diferente e um pouco melhor para os europeus coagidos ou contratados. Mas não se pode dizer que os irlandeses deportados por Cromwell, os condenados e *engagés*, os serventes por dívida e os *indentured* da Grã Bretanha e da França estavam em situação verdadeiramente muito melhor, no que diz respeito ao transporte de grupos de parentesco, normas comunitárias ou cultura material. Tampouco, em todo caso, os chineses que foram enviados a Cuba, os indianos que foram às Guianas e Trindade ou os javaneses que rumaram para Suriname nos séculos posteriores.[22] Quando os sistemas legais escravocratas foram relutantemente desmontados, sua trama institucional foi preservada com carinho. O fim da escravidão não acabou com seus habituais acompanhamentos sociais e econômicos. Dadas estas permanências, acho provável que as comunidades humanas criadas na paisagem caribenha, entre o século XVI e a época moderna, foram – pelo menos na escala na qual se formaram – as únicas do seu tipo na história mundial.

[22] A literatura sobre estes movimentos tornou-se bastante volumosa. Nos anos recentes, pode-se mencionar obras como a de Look Lai (1995), sobre chineses e indianos nas antigas Índias ocidentais britânicas, e a Comissão Cuba (1993) sobre os chineses em Cuba.

As empresas, para as quais essas pessoas foram transportadas através dos oceanos, eram intimamente associadas à Europa e ao seu crescimento. O desenvolvimento destas empresas constitui uma instância de modernidade precoce, uma modernidade não esperada (e de fato não percebida); não percebida, talvez, particularmente porque estava acontecendo nas colônias antes que acontecesse nas metrópoles, e acontecia a pessoas cuja maioria havia sido roubada à força de mundos fora do Ocidente. Ninguém imaginava que tais pessoas se tornariam 'modernas', já que não existia isto; ninguém reconhecia que as sociedades brutas, fronteiriças nas quais essas pessoas estavam sendo jogadas poderiam tornar-se as primeiras de seu tipo.

Tais processos de despojamento e reconstrução culturais nos impressionam menos no mundo atual. Mas, parece provável que poucos europeus – se algum – no Caribe dos séculos XVII e XVIII, compreendiam, nesses termos, o que estava acontecendo aos escravos. Eles estavam interessados no fracasso dos escravos em se europeizarem, o que eles entendiam simplesmente como fracasso; eles não se interessavam por muita coisa além disto, exceto como trabalhavam e de que outra forma poderiam tornar-se fontes de lucro.

Enfatizei que a conquista européia não fez da região do Caribe algo remotamente parecido com uma área de cultura convencional, no velho sentido adotado por Wissler, já que meia dúzia de nações culturalmente diferentes estavam engajadas na empresa colonial, instalando e perpetuando tradições distintas em matéria de língua, leis e tudo o mais. Elas o faziam, em boa medida, usando as duas instituições às quais me refiro aqui: o sistema de plantação e a escravidão. Com efeito, meios de produção tecnicamente modernos, resumidos em maquinaria pesada e a combinação de fábrica e campo, estavam sendo operados usando de formas arcaicas e coercitivas de emprego da força de trabalho, nas primeiras grandes colônias de ultramar que a Europa criaria.[23] Com o tempo, esse conjunto

[23] Está agora mais amplamente aceito que Marx nunca ficou inteiramente satisfeito com a maneira como considerou a escravidão do Novo Mundo, quando tratava das plantações. Como integrar a escravidão no esquema marxista era um assunto problemático, que se torna ainda mais complexo pela asserção que a economia de plantação era, em certos

altamente institucional, combinando propriedade fundiária e coerção, dotou as pessoas importadas *pêle-mêle* para operá-lo, de experiências e compreensões fundamentais comuns; e os efeitos humanos dessas experiências transcenderam claramente as diferenças culturais que chegaram a distinguir uma colônia da outra. Os escravos da Jamaica podem não ter conversado com os escravos de São Domingos na mesma língua; no entanto, suas experiências separadas eram suficientemente similares para garantir-lhes uma visão do mundo comum em certos aspectos, que nunca foi inteiramente obliterada.

A falta de êxito dos escravos em se tornarem inteiramente europeizados, que muitos europeus viam apenas como um fracasso, estava também ligada a suas origens culturais diferentes. Embora práticas culturais de proveniência originalmente africana não assumam em todo lugar a mesma forma ou ocupem o mesmo papel, algumas orientações amplamente compartilhadas que provêm do passado africano, são comuns na região. Mas esta asserção tem a ver com diferenças em origem cultural, não com processos de construção cultural. No decorrer dos séculos, a destruição quase total, pelos governantes coloniais, de antigos mecanismos de reprodução social na região do Caribe teve como conseqüência o estabelecimento de tradições autônomas pelas pessoas do local.[24] Essa autonomia cultural emergente não se revelou num vácuo. Isto é, a história do Caribe foi quase inteiramente uma história *colonial*; não há meio de abordar os passados europeu, africano e asiático dos povos caribenhos contemporâneos sem tentar entender sua experiência histórica. Esta experiência, embora rica de materiais de origem africana, sobrevive apenas em formas transmutadas, que variam localmente na sua importância, distribuição e conteúdo real. As associações cerimoniais ligadas à morte e o papel dos mortos; concepções formais e estéticas básicas nas áreas gráficas, na música e no folclore; e o papel do conflito social em explicar doenças e infortúnio são exemplos de materiais culturais nos quais o passado africano se faz presente (Mintz e Price

aspectos, moderna para seu tempo. As implicações mais amplas destas questões não podem ser tratadas aqui. Ver Mintz 1978.

[24] Estou particularmente agradecido a Stephan Palmié por ter me ajudado a esclarecer este ponto.

1992). Tais materiais devem levar-nos às experiências passadas das pessoas que as vivem hoje; não há outro meio para entender verdadeiramente como eles chegaram a adotar sua forma contemporânea.[25] Através desta história, conseguimos entender por que os cortadores de cana de Porto Rico e da Jamaica, por exemplo, não teriam dificuldades em achar um terreno comum no que se refere a muitos temas, embora lhes falte um idioma comum.[26] Este conhecimento compartilhado tem sua origem na experiência histórica do passado colonial.

O pensamento recente sobre a história da cultura afro-americana não avançou o suficiente para tratar daquilo que é compartilhado e daquilo que é distinto a este respeito. Gilroy (1993), por exemplo, escreveu em termos de Atlântico negro, instalando, desta forma, a história das vítimas onde convém – dentro da evolução do capitalismo europeu (bem como dentro da evolução do pensamento ocidental). Mas o "sistema atlântico", afinal de contas, figurou no pensamento dos historiadores norte-americanos por mais de dois decênios.[27] O que era novo – e começou com C.L.R. James – foi mostrar o quanto este sistema era negro. Além da dimensão mais ampla, o próprio Gilroy não apreendeu essas distinções que

[25] A história da perpetuação e difusão de elementos da cultura africana na região difere não apenas de uma ilha à outra, mas também dentro das populações, e um ensaio deste tipo não pode tratar desta variabilidade. Algumas tentativas foram feitas para descrever estas diferenças em referência ao papel predominante de um ou outro grupo "tribal" africano (por exemplo ashanti, dahomey, ioruba). Um problema considerável reside no tratamento de tais materiais para os séculos XVII e XVIII. A presença africana é provavelmente melhor estudada ao reconhecer inicialmente que tudo que era africano nas Antilhas devia passar por uma experiência americana. Tentativas refletidas, informadas e imaginativas de explorar alguns destes temas incluem Palmié (1998), Price (1983) e Thornton (1992).

[26] Poder-se-ia perguntar se tais compreensões caracterizariam também eventualmente sua relação a – digamos – cortadores de cana das ilhas Filipinas ou Fidji. Acho que a resposta seria ao mesmo tempo sim e não. Parece-me muito provável que exista alguma consciência rural proletária. Mas procurar regularidades sociológicas sem primeiro compreender historicamente as diferenças específicas equivale a ignorar o meio analiticamente o mais valioso de estabelecer comparações.

[27] Por exemplo, no Programa sobre História e Cultura Atlânticas na Universidade de Johns Hopkins, que formou estudantes de pós-graduação em História e Antropologia por mais de vinte anos.

modularam, do ponto de vista histórico e geográfico, uma Afro-América ocupando um hemisfério. Quando escreve que as experiências da diáspora negra "*criaram um corpus único de reflexões sobre a modernidade e seus descontentamentos*" (1993:45), ele ignora as diferenças modeladas pela história dentro daquele *corpus*, que fazem com que o pensamento dos brasileiros, jamaicanos, haitianos, cubanos e norte-americanos negros, por exemplo, seja diferente o suficiente de um grupo ao outro para levantar a pergunta sobre se existe um só *corpus* para essa unicidade.

As diferenças internas à Afro-América compondo um hemisfério são realmente amplas. Os apelos afro-centrados de Garvey foram ouvidos pelas massas urbanas negras da América do Norte, não por DuBois e Washington; a cultura rastafari não ganhou adeptos entre os intelectuais negros em parte alguma. O afrocentrismo norte-americano exercita, hoje em dia, um apelo de massa, mas toca poucos intelectuais. Pouco daquilo que precede tem significação alguma para haitianos, cubanos ou brasileiros. Tais diferenças, em resposta, refletem diferenças fundamentais do ponto de vista histórico e cultural, e quanto a referências próprias, que complicam qualquer visão integral de um Atlântico negro.[28] As culturas caribenhas nascidas destas experiências européias precoces com a sorte e o futuro de milhões de Outros, foram forjadas mais pelas vítimas do que pelos senhores, e revestiram-se de seu cunho distintivo antes que a maior parte do mundo não-europeu fosse colonial.

[28] Não é surpreendente que um estudioso oriundo das Índias ocidentais proponha uma concepção de tão grande alcance; C.L.R. James o fez antes. A própria existência do Caribe – e obviamente da Negritude do continente – significa menos para os afro-norte-americanos, exatamente porque eles são tão norte-americanos do ponto de vista cultural; os povos do Caribe têm uma percepção totalmente diferente da África. Afro-norte-americanos (como diriam os afro-sulamericanos) encontram mais dificuldades que os povos do Caribe em trocar a mágica da África nas suas formulações políticas pelas realidades de quatro séculos de escravidão e resistência.

Os usos da *oikoumenê* caribenha

O último decênio assistiu à emergência de uma onda surpreendente de interesse na Antropologia, a respeito daquilo que pode ser chamado de teoria da globalização. Tal teoria explora como os movimentos internacionais de capital, bens, informação e pessoas ultrapassaram crescentemente o controle do Estado ou o evitaram; os desafios cada vez mais preocupantes colocados aos funcionários da alfândega, autoridades dos serviços de imigração, sistemas bancários, censores, guardiões das patentes e outras sentinelas do Estado por novas pressões maciças às fronteiras; a imigração crescente de empregados domésticos, sacoleiros, prostitutas e operários de fábrica, que acompanhou o crescimento das passagens aéreas baratas; as concepções e realidades flutuantes concernentes ao poder do Estado; e as significações contemporâneas de lugar, região, nação em mutação. O que Clifford chamou de "*antigas estratégias de localização – através de comunidade unida, cultura orgânica, região, centro e periferia*" – *ele hoje argumenta que estes podem "ofuscar tanto quanto revelar*" (Clifford 1994:303). Palavras como diáspora, transnacional, ecumene (*oikoumenê*) e caráter híbrido são usadas cada vez mais num léxico criado, em boa medida, para lidar com aquilo que é considerado uma época qualitativamente nova na história cultural mundial.

Concepções de cultura enquanto não mais ligadas a um grupo particular de pessoas, ou a um local particular – de cultura por uma questão de grau, tanto quanto de tipo – tornaram-se mais comuns em resposta a novas condições. Ao mesmo tempo, alguns estudiosos resgataram termos antigos, que eles consideram aptos a serem aplicados nestas circunstâncias transmutadas. Para um especialista do Caribe, é tocante descobrir quão freqüentemente tais termos foram associados à região caribenha e a sua história, ou são dela oriundos. O termo "transculturação", para tomar um exemplo, foi primeiro empregado pelo estudioso cubano Ortiz (1947), e abençoado por ninguém menos que Malinowski, em 1939. Uma outra palavra, "crioulização", um termo verdadeiramente antigo do Caribe, está sendo aplicado em outros contextos e é, com certeza, tratado como emblemático do que se diz acontecer com o mundo como um todo.

Mesmo o termo "marronnage", fuga de escravos, que não é tão freqüente no Caribe (embora o que ele designa seja amplamente reconhecido aí), está agora sendo aplicado a outros contextos. O próprio termo "caribenho" goza de uma grande popularidade metafórica.[29] Daí a região caribenha, embora tardiamente chegada à atenção dos antropólogos enquanto *locus* de pesquisa etnográfica, tornar-se cada vez mais uma fonte de terminologia e em certos casos até de idéias teóricas, nos últimos decênios.

O termo "crioulização" pode servir de ilustração. No seu esplêndido *Amerikanisches Wörterbuch*, Friederici nota o quanto a definição do termo *criollo* (crioulo) variou no tempo e no espaço; inicialmente, ele se restringe a três significações:

"*1) tudo o que nasceu no Novo Mundo de pais oriundos do Velho Mundo é crioulo; daí haver crioulos brancos e negros, animais crioulos; mas não existem índios crioulos;*

2) filhos de pais de sangue puro,[30] *nascidos na América; crioula é aquela pessoa, filha de pais espanhóis, nascida na América ou, como diz Arona: "a palavra 'criollo' designa o americano, mas de origem puramente européia"; e*

3) *na primeira fase da colonização portuguesa no Brasil, aqueles homens de cor [Farbigen] africanos, sejam eles importados ou nascidos localmente, eram chamados de crioulos indistintamente, em contraste com os portugueses, brasileiros e mamelucos [este termo designando mestiços de origem não-africana]*" (Friederici 1960:219-20; tradução do autor).

Entre estes significados (e outros), o primeiro é o mais útil para nós. O próprio termo vem de uma raiz verbal neolatina que significa "criar"; hoje em dia, o nome "crioulo" significa normalmente algo do Velho Mundo nascido no Novo. Ele foi usado recentemente a propósito de processos ocorrendo em outras partes do mundo, como na África contemporânea, e, mais geralmente, da própria

[29] A origem da palavra *Carib* (da língua Caribe *Callinago*) é, naturalmente a mesma que a de canibal e Caliban. Ver Henríquez Ureña 1938.

[30] Em alemão, no texto: *reinblütiger* significa 'de sangue puro'. N.d.t.

modernização (Clifford 1988; Hannerz 1992a; 1992 b). A variedade dos sentidos que ele havia suscitado antes de ser redescoberto pelos especialistas em globalização não é surpreendente, já que na sua aplicação às Antilhas, é um termo descritivo que tem ao menos 400 anos de existência *em material impresso*. José de Acosta, na sua *História Natural* (1590) o utiliza uma vez; "*crioulos, como são chamados aqueles nascidos nas Índias de pais espanhóis*" (Friederici 1960:200). Garcilaso de la Vega escreve em 1602: "*Assim, os espanhóis tanto quanto os guineanos [africanos] nascidos aí [no Novo Mundo] são chamados crioulos e crioulas*" (Friederici 1960:219). Inúmeras outras citações poderiam ser acrescidas.

Será imediatamente aparente que a crioulização caribenha começou há cinco séculos, com imigração e reassentamento, desterro forçado, o despojar de parentesco e comunidade, o crescimento da individualidade numa nova base, e o aparecimento dos primeiros verdadeiros crioulos – seres do Velho Mundo nascidos no Novo. Contudo, precisamente porque faltavam termos para descrever processos novos e complexos de intercasamento e união informal, a mistura de culturas e povos e as estruturas sociais diversificadas do Novo Mundo tais como evoluíram, esses termos adquiriram numerosos sentidos diversos. Arrom (1954) debateu o problema da crioulização num trabalho inicial; existe uma enorme literatura antes de 1990 sobre crioulização, que é simplesmente ignorada por muitos estudiosos que usam este termo agora.

Hoje, o termo 'crioulização' é geralmente usado em algum sentido lingüístico. Embora tenha criado alguns problemas subsidiários, a analogia lingüística para a crioulização é particularmente sedutora. Sua popularidade pode ser devida, em parte, à suposição que a Lingüística é uma ciência exata quando comparada à Antropologia Cultural. Em todos os casos, a maneira como os lingüistas trataram as variedades de misturas e interpretações lingüísticas que caraterizam a evolução das línguas crioulas é atrativa. Mas linguagem não é cultura, apenas parte da cultura; não está organizada "exatamente como a cultura", senão de forma diferente; e o modelo lingüístico da crioulização é um modelo para línguas, não

uma homologia com a própria cultura.[31] As línguas crioulas constituem um objeto sério de estudo lingüístico há pouco mais de meio século (pode-se datá-lo talvez de Reinecke 1938). Em contraste, a observação séria da crioulização como processo de mudança cultural, compreendendo massas multiculturais de pessoas, remonta a séculos na região do Caribe. A crioulização cultural foi tema de estudos no Caribe exatamente porque tinha estas características sociológicas distintivas, próprias.

Hoje, alguns traços processuais do mundo moderno parecem imitar ou ressoar com o passado caribenho; deste modo, o termo crioulização está evocado novamente.[32] Estes processos culturais envolvem movimento, mudanças e novos enraizamentos. Seu estudo é considerado como capaz de jorrar bastante luz sobre o mundo moderno. Embora muitas das pessoas que foram submetidas ao processo original de crioulização fossem – entre outras coisas, e com seus filhos – algemadas à vida, os modos como materiais culturais foram perdidos, recuperados e remendados ou inventados são vistos como compartilhando muito daquilo que os observadores acreditam ver nos eventos contemporâneos.

Mas, como o deixam claro as definições de Friederici, crioulização como processo original não trata apenas de perda de cultura, mas também de algum tipo de *indigenização*, já que os descendentes de pessoas de outros lugares tornaram-se culturalmente diferentes daqueles que os antecederam – ou seja, dos seus pais e avós. Culturalmente, eles estavam ocupados a tornarem-se suas próprias pessoas. Isto incluía a remodelagem de materiais culturais a partir de várias fontes, estes materiais sendo transmutados em *tertium quid*

---

[31] Um dos empréstimos mais populares vem de Drummond 1980. Aí a cultura guianesa é concebida como um *continuum* ao longo do qual formas sociais, que evoluem mais ou menos livremente, podem ser explicadas especificando quais são sociologicamente seus usuários.

Hannerz se mostra menos preocupado: "*Como as linguas têm dimensões diferentes como a gramática, a fonologia e o léxico, e como as línguas crioulas são formadas por combinações e criações singulares oriundas da interação entre linguagens nessas diversas dimensões, então as culturas crioulas provêm de encontros culturais multidimensionais e podem combinar os elementos de forma original*". (1992a:265).

[32] Ver, por exemplo, Hannerz 1987a; 1987b; 1992a; 1992b; Miller 1994.

notável, nem africano, nem eurasiano, mas americano. A crioulização não fazia a média ou casava bonitinho as culturas dos pais europeus, africanos, asiáticos e ameríndios, senhores e escravos; tampouco implicava o desaparecimento ou negação de formas culturais. Crioulos eram gente que iam além dos limites culturais e conceituais de seus pais migrantes e tornavam-se, pelo melhor ou pior, homens do hemisfério americano de um novo tipo.

Deste modo, o novo conceito de crioulização havia sido tomado emprestado de um cenário geográfica e cronologicamente específico do Novo Mundo, sem muita atenção para o que o termo significava ou para que processos historicamente específicos ele designava. O que tipificava a crioulização não era a fragmentação da cultura ou a destruição do próprio conceito, mas a criação e construção de cultura a partir de passados fragmentados, violentos e disjuntos. Se o que se acredita acontece agora é o fim da cultura (como o fim da História), então desconfio que os globalistas possam estar trabalhando no lugar errado.

O mesmo pode-se verificar provavelmente a respeito dos usos do termo *marronnage*, uma palavra francesa tomada emprestada do espanhol *cimarrón*. Sua origem é debatida, mas não o que o nome *marron* ou *cimarrón* designava originalmente: um fugitivo, particularmente um escravo fugitivo. Mesmo uma revisão tão breve quanto a de crioulo acima, não pode ser feita para *marronnage*; mas um comentário rápido pode ser útil. Em 1616, Pedro Ordóñez de Ceballos colocou *cimarrón* e *caribe* juntos em virtude de boas razões políticas: nesta época, no Caribe, os "fugitivos" se juntavam com os "selvagens", na medida em que ambos os grupos tentavam permanecer vivos e livres. Mas *marronnage* referia-se geralmente aos poucos semi-selvagens, os fugitivos, os indomáveis, *hombres e animales indómitos* – ou, mais simplesmente, àqueles que o Estado não podia controlar. Deste termo vem a palavra inglesa *maroon*; e os *maroons* das Guianas, dos Palmares, da Jamaica ou de São Domingos são familiares ao leitor da história afro-americana. Não é surpreendente que mate sem açúcar fosse chamado *maté cimarrón* e o fumo selvagem *tobacco cimarrón*, – da mesma forma que o peixe piranha se tornou *pez caribe*, e a pimenta

vermelha mais forte *ají caribe* (Henriquez Ureña 1938). As palavras têm e revelam histórias *peculiares*. Embora elas possam ser semanticamente evacuadas para criar abstrações no domínio das Ciências Sociais, elas perdem habitualmente seu sentido original no processo.

Num estudo sobre o poeta martiniquês Aimé Césaire, Clifford debate como Césaire brinca com a palavra *marron* para formar o verbo *marronner*. Clifford defende a universalidade da poesia de Césaire, e a aproxima daquilo que aprendeu sobre o Caribe. Ele escreve: "*A História do Caribe da qual Césaire faz derivar uma "négritude" inventiva e tática, é uma história de degradação, imitação, violência e possibilidades bloqueadas. É também rebelde, sincrética e criativa. Este tipo de ambigüidade mantém os futuros locais do planeta incertos e abertos. Não há narrativa mestre que possa reconciliar os enredos trágicos e cômicos da história cultural global.*" (Clifford 1988:15).

Aqui, um termo historicamente específico, ligado à resistência secular daquelas pessoas que se tornariam logo cultural e demograficamente os povos do Caribe, é transformado em "história cultural global". Estudantes de Haiti saberão, no entanto, o que *nég mawón* (em francês *nègre marron*) quer dizer em termos muito mais específicos: o soldado desconhecido de Haiti, emblemático não da história cultural global contemporânea, mas de como os escravos destruíram pelas armas a colônia mais lucrativa que o imperialismo ocidental havia criado até então. Há um interesse tópico, talvez, no fato de que, no idioma crioulo haitiano, *mawónaj* foi utilizado muito recentemente para descrever aqueles que conseguiram escapar dos capangas de Cedra.

Os estudiosos da teoria da globalização acham conceitos como crioulização e marronnage úteis porque eles parecem se adequar tão bem às condições modernas de migração e adaptação. Mas a modernidade caribenha do século XVI era única. Em primeiro lugar, tentei estabelecer que era industrialmente moderna, antecedendo a Europa a este respeito. Mas a Europa tornou-se rapidamente moderna da mesma forma; seus avanços técnicos rápidos e irrevogáveis tornaram nanico e obscureceram o caso caribenho. Em segundo lugar,

no entanto, propus que o Caribe do século XVI tornou-se moderno em razão das experiências dos seus povos. De maneira bastante inesperada, *eles* se tornaram modernos também.

Mas enquanto a modernidade industrial européia surgia com uma velocidade surpreendente, os processos pelos quais os povos do Caribe tornaram-se modernos nos séculos passados, provavelmente não começaram a se manifestar maciçamente na Europa até os últimos decênios. Que conceitos caribenhos como crioulização e marronnage apareçam em boa hora para os estudiosos da globalização pode ser imediatamente associado ao fato de que as colônias do Caribe foram as primeiras colônias planetárias na história mundial (Konetzke 1946:9). É como se os processos *sociais* globais precisassem de séculos para alcançar no mundo como um todo o que o colonialismo caribenho tinha feito a seus povos muito tempo antes. Como é interessante, então, pensar naquela época recente, quando a Antropologia caribenha era considerada teoricamente improdutiva, precisamente porque seus povos careciam supostamente de cultura, ou eram culturalmente abastardados. *Horribile dictu*, a Antropologia foi pega de surpresa, mais uma vez.[33]

Conclusões

Defendi que a Antropologia se interessou por um estudo distinto dos chamados povos "primitivos" somente na sua fase de crescimento mais recente, depois da Segunda Guerra Mundial. Durante este período, a região do Caribe tornou-se etnograficamente interessante. Mas o estudo de sociedades e povos do tipo caribenho nunca fora definido como ficando fora do interesse antropológico, a não ser por razões românticas ou esnobes. Aqui está Kroeber novamente:

---

[33] Um dos principais estudiosos atuais da região do Caribe veio me ver em 1964, quando eu era professor visitante no M.I.T., para que lhe desse um curso avançado sobre o Caribe, pois seus próprios professores na época não pensavam que a região fosse digna de um estudo antropológico sério.

"Afinal de contas, o assunto da Antropologia é limitado apenas pelo homem. Não está restrito no tempo – ele entra na Geologia, tão longe quanto o homem pode ser encontrado. Não está restrito por região, pois é situado na escala mundial. Ele se especializou nos primitivos por que nenhuma outra ciência queria se ocupar seriamente deles, mas nunca renunciou ao seu propósito de entender as altas civilizações também. A Antropologia está interessada naquilo que é mais exótico na humanidade, mas também em nós mesmos, aqui, agora, em casa." (Kroeber 1953: xiii).

Obviamente, o mundo mudou rapidamente desde que estas palavras foram escritas. Não apenas a região do Caribe está hoje incluída no espectro de interesse antropológico, mas qualquer cidade européia ou norte-americana de certo porte tem agora sua população caribenha também. A teoria da globalização se desenvolveu na busca de instrumentos conceituais com os quais pudesse compreender e explicar esta nova etapa da história mundial, quando o movimento das idéias, dos bens, do capital e das pessoas, através do espaço e das fronteiras, ameaça mudar todas as regras pelas quais os jogos internacionais eram jogados.

A esta nova condição do mundo, os povos do Caribe trazem uma modernidade toda sua, nascida em outra era. Certa vez, Hobsbawm chamou a região *"uma curiosa estação espacial na terra a partir da qual fragmentos de várias raças, arrancadas dos mundos dos seus ancestrais e cônscios de suas origens e da impossibilidade de retornar a elas, podem observar o resto do mundo com um desprendimento estranho."* (Hobsbawm 1973:8).

Este estranho desprendimento não é, contudo, por falta de interesse ou desinteressado. Ajudou a produzir alguns dos líderes políticos mais raros dos tempos modernos, inclusive (quando estas linhas são escritas) o único chefe de Estado socialista do mundo; o antigo chefe de estado-maior dos Estados Unidos; alguns dos melhores poetas e romancistas do mundo, escrevendo em inglês, francês e espanhol; e dois laureados do Prêmio Nobel, ambos da pequenina ilha de Sta Lucia.

Tais resultados adquirem um brilho especial quando são vistos na perspectiva da história da região e das condições realmente horríveis, tanto materiais quanto espirituais, que esses povos lutaram para superar ao longo dos séculos. A Antropologia nos deveria ajudar a entender essa região contraditória e decididamente não-primitiva – não tanto como uma parte do chamado Terceiro Mundo, mas como a primeira parte do mundo fora do Ocidente, que foi anexada pelo "Primeiro" Mundo, ou mundo europeu.

No começo do seu notável livro *Patterns of Culture,* ainda provavelmente o mais lido entre os manuais de Antropologia, minha professora Ruth Fulton Benedict cita demoradamente um chefe dos índios Digger chamado Ramon. Ramon era interessante para ela porque ele percebia a cultura de seu próprio povo quase como um objeto: intato, impossível de ser repetido e único; e tendo uma forma então irrevogavelmente destruída pelas mudanças. *"Aquelas coisas que davam significação à vida do seu povo"*, escreve Benedict, *"... haviam desaparecido, e com elas a forma e significação de suas vidas."* (1934:19). As próprias palavras de Ramon, que ela cita, corroboram sua interpretação. *"No começo"*, disse-lhe, *"Deus deu a cada povo um copo, um copo de barro, e deste copo eles bebiam sua vida. Todos eles colhiam água, mas seus copos eram diferentes. Nosso copo está quebrado agora. Ele morreu"*. (Benedict 1934:19).[34] Consistente com as visões antropológicas de seu tempo, que as culturas variam em integridade e coerência – e com a crença habitualmente não expressa de que, dentro da Antropologia, coerência e integridade são inerentemente boas[35] – Benedict utilizava a história de Ramon para tratar de padrões culturais, de culturas inteiras e culturas coerentes. Sua própria preferência era clara, e ela conseguiu mesmo purgar sua própria visão de certa qualidade contraditória presente na de Ramon.

[34] Após ter escrito este trecho, descobri que Carrithers (1992) citou o mesmo material da obra de Benedict para apoiar uma afirmação ligada a este assunto.

[35] A este respeito, penso particularmente num trabalho do amigo de Benedict, e também poeta, Sapir (1924). Sem dúvida, Sapir teria tido a mesma opinião que Benedict a respeito de Ramon.

O que é tocante a propósito das culturas caribenhas, à luz da história de Ramon contada por Benedict, não é quanto afastadas são de uma cultura satisfatória para seus cidadãos, segundo ela; antes é que elas foram afastadas nesses precisos aspectos desde séculos. É por esta razão exatamente que a Antropologia dos anos 1930 só pouco podia se interessar pelas Antilhas. Os ancestrais dos povos que vivem lá, vieram de toda parte e pouca coisa trouxeram consigo. Eles não tinham nada: nenhuma cerâmica policroma, nenhuma zarabatana, nenhum caçoá, nenhum parentesco complexo. Suas línguas eram, na nomenclatura da época, dificilmente classificadas como línguas – *Sklavensprachen, petit-nègre, Kauderwelsch* –, jargões, nem indo-europeus nem outra coisa qualquer. Com certeza, isto não era civilização; mas, o que aparecia mais deprimente ainda, tampouco havia um primitivismo convincente: nenhum sistema de parentesco complexo, nenhum ritual elaborado, nenhum conceito primitivo de divindade. Ao lado de tais criações mestiças do império, impostas pela força, a cultura Zuñi, ou a cultura de Samoa, ou a cultura de Dobu devem certamente ter parecido puras, internamente consistentes, dignificadas e românticas. Na época, as culturas caribenhas devem ter sido percebidas como representando uma quarta categoria, ao lado das civilizações verdadeiramente 'primitivas', das 'ocidentais' e das arcaicas: eles eram povos sem cultura.

Recentemente, fui obrigado a refletir novamente sobre o copo quebrado de Ramon, o amigo índio Digger, de Benedict, enquanto estava lendo a palestra de Derek Walcott como laureado do Prêmio Nobel em 1992. O distinto poeta e teatrólogo caribenho procura evocar para seus ouvintes, esta qualidade distintiva de sua região de origem. Seu uso de imagens ecoa o de Ramon. Aqui há também um recipiente; mas ele é quebrado. "*Quebre um copo*" começa o autor:

"*e o amor que junta os fragmentos é mais forte que o amor que tomou sua simetria como dada, quando ele estava inteiro. A cola que junta as peças é o selo colocado na sua forma original. É tal amor que reúne nossos fragmentos africano e asiático, as heranças rachadas cuja restauração mostra suas cicatrizes brancas. Este agrupamento de pedaços quebrados é o cuidado e o sofrimento das Antilhas, e se as peças são diversas, não se ajustam bem, elas contêm mais dor que a escultura original, estes ícones, estes vasos sagrados que são tomadas por evidentes nos seus lugares ancestrais. A arte antilhana está na restauração de nossas histórias despedaçadas, nos nossos cacos de vocabulário, nosso arquipélago se torna sinônimo de pedaços quebrados arrancados do continente original.*" (Walcott, 1992:27)

Pode-se ler facilmente, nessas palavras, a tragédia e a glória da história caribenha. Em resumo, é a tragédia e a glória do encontro de todo o mundo não-ocidental com o Ocidente. Mas no caso do Caribe, aconteceu muito antes que ocorresse em outra parte, e sob condições que impediram que sua horrorosa novidade fosse reconhecida pelo que era: uma modernidade que antecedeu o moderno. Se este é, de fato, o que o mundo está se tornando, então os povos do Caribe já estão a par. No seu espírito irreprimível, os povos do Caribe podem simplesmente nos dizer que há esperança para a modernidade de hoje também.

Referências

ABERLE, D. *The psychosocial analysis of a Hopi life-history.* Berkeley: Univ. of California Press, 1951.

ARROM, J.J. "Criollo: definición y matices de un concepto". *Hispania* 34, 172-6, 1954.

BEARDSLEY, E.H. "The American scientist as social activist: Franz Boas, Burt G. Wheeler, and the fight for racial justice, 1900-1915". *Isis* 64 (221), 50-66, 1973.

BENEDICT, R.F. *Patterns of culture.* New York: Houghton Mifflin, 1934.

BOURGUIGNON, E. "American anthropology today: a personal view". *Mitt. Antrop. Ges.* Wien 122, 27-38, 1992.

CARRITHERS, M. *Why humans have culture.* Oxford: Univ. Press, 1992.

CLIFFORD, J. "A politics of neologism". In: *The predicament of culture*. Cambidge, MA: Harvard Univ. Press, 1988.

CLIFFORD, J. "Diasporas". *Cult. Anthrop.* 9, 302-38, 1994.

CUBA COMMISSION. The. *The Cuba Commission Report*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1993.

DRUMMOND, L. "The cultural continuum: a theory of intersystems". *Man* (N.S.) 15, 352-74, 1980.

DU BOIS, W.E.B. *Black folk then and now*. New York: Henry Holt, 1939.

FARRAND, L. *Basis of American history: 1500-1900*. New York: Ungar, 1904.

FIRTH, R. *Human types*. Edinburgh: Thomas Edison, 1938.

FRANCK, A.G. "The development of underdevelopment". *Monthly Rev.* 18, 17-31, 1966.

FRIEDERICI, G. *Amerikanistisches Wörterbuch und Hilfswörterbuch für den Amerikanisten*. Hamburg: Cram, De Gruyter, 1960.

GILROY, P. *The black Atlantic*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press, 1993.

HAGELBERG, G.B. Personal Correspondence, July, 1983.

HANNERZ, U. "The world in creolisation". *Africa* 57,546-59, 1987a.

HANNERZ, U. "American culture: creolized, creolizing". In: *American culture: creolized, creolizing and other lectures from the NAAS Biennial Conference in Uppsala, May 28-31, 1987* (ed) E. Asard, 1987b.

HANNERZ, U. *Cultural Complexity*. New York: Columbia Univ. Press, 1992a.

HANNERZ, U. "The global ecumene as a network of networks". In: *Conceptualizing society* (ed) A. Kuper. London: Routledge, 1992b.

HENIGE, D. "On the contact population of Hispaniola: history as higher mathematics". *Hisp. Am. Hist. Rev.* 58, 217-37, 1978.

HENRÍQUEZ UREÑA, P. "Para la historia de los indigenismos". *Bibl. Dialectol. Hispanoam.*, Añejo 3, 1-147, 1938.

HOBSBAWM, E. Review of Frantz Fanon, by Irene L. Gendzier. *New York Review of Books*, Feb.22, 1973,8.

HYATT, M. "Franz Boas and the struggle for black equality: the dynamics of ethnicity". *Persp. Am. Hist.* (N.S.) 2, 269-95, 1985.

KA, Chih-ming. *Japanese colonialism in Taiwan*. Boulder: Westview Press, 1995.

KONETZKE, R. *El imperio español: orígenes y fundamentos*. Madrid: Ediciones Nueva Epoca, 1946.

KOPYTOFF, I. "Aghem ethnogenesis and the grassfields ecumene". In: *Contributions de la recherche ethnologique à l'histoire des civilisations du Cameroun* (ed.) C. Tardies. Colloques Internationaux du C.N.R.S. 551, 371-81, 1981.

KROEBER, A. L. *Handbook of the Indians of California*. Bur. Am. Ethnol. Bull. 78. Washington: The Smithonian Institution, 1925.

KROEBER, A. L. "The culture-area and age-area concepts of Clark Wissler". In: *Methods in social science* (ed.) S.A. Rice. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1931.

KROEBER, A. L. *Cultural and natural areas of native North America*. Berkley: Univ. of California Press, 1939.

KROEBER, A. L. *Configurations of culture growth*. Berkeley: Univ. of California Press, 1944.

KROEBER, A. L. "The ancient oikoumenê as a historic culture aggregate (Huxley Memorial Lecture for 1945)". *J. R. anthrop. Inst.* 75, 9-20, 1946.

KROEBER, A. L. *Anthropology*. New York:Harcourt Brace, 1948.

KROEBER, A. L. *The nature of culture.* Chicago: Univ. of Chicago Press, 1952.

KROEBER, A. L. "Introduction". In: *Anthropology today* (ed.) A. L. Kroeber. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1953.

LESSER, A. "Functionalism in social anthropology". *Am. Anthrop.* 37, 112-3, 1935.

LÉVI-STRAUSS, C. "The scope of anthropology". *Curr. Anthrop.* 7, 112-23, 1966.

LOOK LAI, W. *Indentured labour, Caribbean sugar.* Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1993.

MARK, J. *Four anthropologists.* New York: Science History Publications, 1980.

MASON, O.T. "Influence of environment upon human industries or arts". *Smithson. Institn. ann. Rep.*, 639-65, 1885.

MASON, O.T. "Environment". In: *Handbook of American Indians north of Mexico* (ed) F.W.Hodge. *Bur. Am. Ethnol. Bull.* 30, part I. Washington, D.C.: The Smithonian Institution, 1907.

MAZZEI, P. *Researches on the United States.* Charlottesville: Univ. of Virginia Press, 1975.

MILLER, D. *Modernity: an ethnographic approach.* Oxford:Berg, 1994.

MINTZ, S. W. "Cañamelar". In: *The people of Puerto Rico* (ed) J.H.Steward. Urbana: Univ. of Illinois Press, 1956.

MINTZ, S. W. "The Caribbean Region". *Daedalus.* 103 (2), 45-71, 1974.

MINTZ, S. W. "Was the plantation slave a proletarian?". *Review* 2, (1), 81-98, 1978.

MINTZ, S. W. *Sweetness and power.* New York: Viking-Penguin, 1985.

MINTZ, S. W. and PRICE, R. *The birth of African American culture.* Boston: Beacon Press, 1992.

MÜLLER, S. *L'Europe préhistorique.* Paris: J.Lamarre, 1907.

ORTIZ, F. *Cuban counterpoint.* New York: Knopf, 1947.

PALMIÉ, S. "Conventionalization, distortion and plagiarism in the historiography of Afro-Caribbean religion in New Orleans". In Binder Wolfgang, (ed.) *Creoles and Cajuns*, Frankfurt: Peter Lang, 315-344, 1998.

PRICE, R. *First-time.* Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1983.

RATZEL, F. [1891] *Anthropogeographie.* 2 vols. Stuttgart: Verlag von J. Engelhorns Nachf, 1921.

REINECKE, J. "Trade jargons and creole dialects as marginal languages". *Social Forces* 17, 107-18, 1938.

ROUSE, I. B. *The Tainos.* New Haven: Yale Univ. Press, 1992.

SAPIR, E. "Time perspective in aboriginal American culture, a study in method". (Canada Geol. Surv. Mem. 90, anthrop. Ser.13), 1916.

SAPIR, E. "Culture, genuine and spurious". *Am. J. Sociol.* 29, 401-29, 1924.

SCOTT, R. J. *Slave emancipation in Cuba: the transition to free labour, 1860-1899.* Princeton: Univ. Press, 1985.

SMITH, M.G. *The labour supply in Jamaica.* Kingston:Institute of Social & Economic Research, 1956.

SMITH, M.G. *Kinship and community in Carriacou.* New Haven: Yale Univ. Press, 1962.

SMITH, M.G. *Stratification in Grenada.* Berkeley: Univ. of California Press, 1965.

SMITH, R.T. *The Negro family in British Guiana.* London: Routledge & Kegan Paul, 1956.

STEWARD, J. H. *et al.*. *The people of Puerto Rico.* Urbana: Univ. of Illinois Press, 1956.

THORNTON, J. *Africa and Africans in the making of the Atlantic World, 1400-1680.* Cambridge: Univ. Press, 1992.

WALCOTT, D. *The Antilles.* New York: Farrar, Straus & Giroux, 1992.

WISSLER, C. *The American Indian*: (1st edn.). New York: Oxford Univ. Press, 1917.

WISSLER, C. *Man and culture.* New York: Thos. Y. Crowell, 1923.

WISSLER, C. *The relation of nature to man in aboriginal America.* New York: Oxford Univ. Press, 1926.

O Poder do Doce e a Doçura do Poder*

Sidney W. Mintz

É preciso colocar ao eterno crédito do Professor H.C.J. Duijker o fato de nunca ter menosprezado a importância do conceito de cultura, na sua visão teórica do comportamento humano. Ao insistir sobre a relevância do contexto social e cultural para nossa compreensão de como o comportamento humano se manifesta na sua forma característica, uma forma inseparável da natureza concreta de certo ambiente cultural que pode ser especificado, o Professor Duijker situou decididamente seu próprio campo, a Psicologia, entre as ciências sociais. Sua visão da relação entre cultura e personalidade está claramente revelada no ensaio intitulado "De problematische psychologie" (Duijker 1979:191-220). Nele, Duijker debate as múltiplas interpretações que caracterizam tipicamente nossas tentativas de explicação em todos os domínios, inclusive o científico; parece uma advertência velada, mas inequivocamente dirigida àqueles impacientes estudiosos do comportamento entre nós que insistem em atribuir explicações monocausais, desprovidas de ambigüidade e, sobretudo, simples ao comportamento humano. Espero poder apoiar as opiniões do Professor Duijker. Nas páginas a seguir, tentarei fazê-lo a partir do ponto de vista da história da Antropologia Cultural americana. Se conseguir mostrar a relação entre essa história e o ponto de vista de Duijker, espero então aproveitar algo do meu trabalho para acrescentar fundamentação adicional de outra proveniência. Pode-se dizer que a Antropologia tornou-se uma ciência consciente de si mesma no momento em que aqueles que a praticavam propuseram,

* O autor, titular da cátedra "William L. Straus Jr" de Antropologia na Johns Hopkins University, Baltimore (Maryland, 21218 USA), agradece aos Professores Rebecca J. Scott e Harmannus Hoetink pela sua ajuda crítica inestimável na preparação deste artigo. Naturalmente, a responsabilidade pelos argumentos permanece apenas sua. Esse trabalho foi publicado sob o título "The Power of Sweetness and the Sweetness of Power", em 1988, como VIII *Duijker Lecture* [ISBN 90 368 0089 7] por Van Lohum Slaterus, Amsterdam. A presente versão foi revisada pelo autor em 1995. Revisão do Português: Maciel Henrique Carneiro da Silva.

pela primeira vez, a idéia de que os comportamentos dos povos não-europeus deveriam ser julgados segundo seus próprios termos, em vez de parâmetros externos impostos por observadores alheios. No caso da Antropologia americana, tal momento pode ser facilmente identificado. Em 1883, Franz Boas, um físico alemão que se havia tornado antropólogo, estava efetuando um trabalho de pesquisa geográfica entre os esquimós no Grande Norte. Boas, seu criado Wilhelm e o esquimó chamado Signa, que os acompanhava e guiava, haviam viajado em condições invernais extremas até Anarnitung, na região noroeste do Cumberland Sound. Avançando no gelo por vinte e seis horas, durante muitas das quais estavam perdidos, andando no gelo sob temperaturas de 45 °C. negativos, sua horrível provação terminou somente quando alcançaram um acampamento esquimó, onde puderam finalmente descansar. Conseguiram, enfim, aquecer-se, comer e dormir. Sempre dedicado a tomar notas, Boas registrou suas observações no decorrer dos dois dias seguintes; algumas das mais interessantes podem ser encontradas nas cartas a sua noiva, Marie Krackowizer. Ao escrever, Boas estava provavelmente vivenciando um alívio verdadeiro por ter sido salvo de morte iminente pela hospitalidade de seus anfitriões esquimós:

"*É um costume admirável que estes 'selvagens' sofram privações em comum, mas em tempos felizes, quando alguém traz presas da caça, todos bebem e comem em conjunto. Muitas vezes me pergunto quais as vantagens da nossa 'boa sociedade' em relação à desses 'selvagens'. Quanto mais observo seus costumes, mais entendo que não temos nenhum direito de olhá-los de cima para baixo. Onde, entre os nossos, poder-se-ia encontrar uma hospitalidade tão verdadeira? Aqui, sem a menor queixa, as pessoas concordam em efetuar qualquer tarefa que lhes é pedida. Não temos direito algum em censurá-los em razão de sua maneira de viver e superstições que possam nos parecer ridículas. Nós, pessoas 'altamente educadas', somos muito piores, relativamente falando. O medo de tradições e velhos costumes está implantado profundamente na humanidade e, da mesma forma que regula a vida aqui, ele pára todo progresso para nós. Acredito que é uma luta difícil para cada indivíduo e cada povo abandonar a tradição e seguir caminho em direção à verdade. Os esquimós estão sentados ao meu redor, suas bocas cheias de fígado de foca cru (a mancha de sangue no avesso deste papel mostra-lhe como eu os acompanho). Enquanto pessoa que pensa, para mim o resultado mais importante desta viagem está no fortalecimento de meu ponto de vista, segundo o qual a noção de indivíduo "enculturado" é apenas relativa e o valor de uma pessoa deveria ser julgado pela sua "Herzensbildung".*[1] *Esta qualidade está presente ou ausente tanto entre os esquimós, quanto entre nós.*" (Cole 1993:31).

Numerosos autores invocaram essa passagem da correspondência de Boas porque ela revela muito claramente sua percepção de que comparações entre culturas inteiras, segundo critérios tecnológicos, ignoram, a seus riscos, medidas muito mais fundamentais da nossa humanidade comum; essas comparações tendem assim a gerar julgamentos morais errôneos a partir da presença ou ausência de dados níveis de realizações técnicas, como a escrita, a metalurgia do ferro ou o motor a combustão interna. Ao longo de sua carreira subseqüente, enquanto pai e pioneiro da Antropologia americana, Franz Boas ressaltou constantemente que os atributos universais do *Homo sapiens* transcendem diferenças em proezas técnicas, mesmo quando concentrava sua própria pesquisa no estudo intensivo não comparativo de grupos humanos específicos. Abjurando comparações entre tais grupos, ele lançou apelos para a realização de pesquisas cada vez mais específicas sobre suas maneiras de viver. Fundamentalmente oposto aos esquemas evolucionistas unilineares, bem como à correlação, nestes esquemas, de traços sociais com traços técnicos, Boas foi levado a considerar cada sociedade como uma experiência distinta, única, não suscetível de repetição, visando a solução dos problemas da vida humana. Se ele via uma destas soluções como moralmente superior a qualquer outra, ele nunca deixou nenhum dos seus discípulos perceber esta inclinação.

Talvez mais do que qualquer um dos seus contemporâneos, europeus ou americanos, Boas desenvolveu e fortaleceu o conceito de

[1] Esse termo alemão, composto das palavras "coração" e "formação", significa algo como "o caráter interno, íntimo". Acredito que Boas estava sugerindo que, em todas as sociedades, independentemente de suas realizações técnicas, os seres humanos são semelhantes nas suas características mais fundamentais – que esses traços transcedem realizações materiais. (Nota de Sidney W. Mintz).

cultura enquanto dispositivo explicativo para a variabilidade do comportamento humano, ao mesmo tempo em que trabalhava cientificamente contra a tendência então comum, de fundamentar tais explicações em variações físicas entre grupos humanos. Ele levou a cabo vários estudos de Antropologia Física. Mas o efeito agregado destas pesquisas cuidadosas e volumosas foi a firme conclusão de que diferenças físicas entre grupos não tinham significação em matéria de diferenças no comportamento dos grupos. Em vez disto, Boas baseava-se cada vez mais nas diferenças que derivam da tradição social coletiva de um povo, como fundamento para explicar sua variabilidade comportamental; ao mesmo tempo, tomava em cuidadosa consideração sua história e as condições físicas com as quais se deparavam. O meio no qual um povo desenvolvia sua maneira distinta de viver era claramente visto como afetando os detalhes deste modo de viver; as sociedades vizinhas, das quais e para as quais elementos particulares de práticas cotidianas - crenças, preconceitos, capacidades técnicas e praticamente tudo o mais - podiam difundir-se, eram também reconhecidas como imensamente importantes para a forma característica adotada por cada cultura. Obviamente, as sociedades poderiam também inventar ou improvisar individualmente soluções particulares, tanto do ponto de vista ideológico quanto técnico, para os problemas que enfrentavam. Mas crenças, hábitos e costumes chegaram a ser vistos não como herdados geneticamente, no sentido em que a cor da pele ou o jeito do cabelo eram herdados, nem como virtualmente imutáveis - apesar da sua persistência –, como o são os componentes genéticos da dotação física humana. Em vez disto, as crenças, hábitos e costumes típicos de um povo foram vistos como compondo uma tradição coletiva, ou cultura. Enunciada deste modo, a teoria da cultura iniciava-se com a assunção de que a própria cultura é uma qualidade ou capacidade humana genérica; cada "selvagem nu" é tão 'enculturado'[2] quanto qualquer outro ser humano, em virtude da universal dotação da nossa espécie e da sua habilidade própria em manipular simbolicamente os mundos que habitamos, tanto o real quanto o "irreal".

[2] O autor utiliza a palavra "cultured" e "enculturated", neologismos designando alguém imbuído de cultura. N.d.t.

Após Boas, bem como antes dele, a Antropologia enfrentava o desafio de distinguir, nas suas observações, ao menos três tipos diferentes de comportamento humano. Havia aqueles comportamentos que podiam ser designados como pan-humanos - típicos da espécie. Havia aqueles comportamentos que pareciam ser normativos para grupos humanos particulares, sejam estes grupos definidos de acordo com critérios físicos ou sociais. E, finalmente, havia comportamentos que variavam de indivíduo para indivíduo. No nível de atributo universal, por exemplo, havia a forma mais característica de comunicação humana, a fala. Nunca existiu grupo humano algum, conhecido da ciência, ao qual faltasse o poder de comunicação simbólica sistemática, nem ser humano normal o qual carecesse do poder de falar; e a fala é a mais elevada forma sistemática de comunicação. Ainda mais, parece que não há absolutamente base científica convincente sobre a qual se possa defender que qualquer linguagem é mais evoluída, mais complexa do que outra qualquer. No nível de atributo de grupo, existem os idiomas particulares falados pelas comunidades de linguagem e os dialetos particulares, regionais ou outros, dentro dos idiomas. (Idiomas nacionais são invenções políticas, no sentido de que eles são apenas dialetos consagrados). No nível da variação individual, há idioletos ou padrões de expressão verbal pertencendo a locutores individuais usando de linguagens particulares, cuja fala é singular. Não parece provável que as respostas a perguntas num dado nível - individual, cultural ou na dimensão da espécie - possam ser úteis e adequadas a perguntas em outro nível. Tampouco está claro que o mesmo argumento teórico explique muita coisa em níveis diferentes. No entanto, há de se esperar que argumentos teóricos em dado nível possam eventualmente provar sua consistência com outros em qualquer outro nível. Os seres humanos formam uma só espécie. A capacidade para a cultura e, naturalmente, a maneira como somos definidos como humanos tornam a cultura uma propriedade genérica da nossa espécie.

Embora tais níveis de distinção possam parecer mais fáceis de serem esboçados no caso da linguagem do que no caso de fenômenos sociais, o problema para a Antropologia Social é o mesmo. Como Kluckhohn e Murray colocaram, cada um de nós é, de certa maneira,

igual a qualquer outra pessoa, em certos aspectos parecido com algumas outras pessoas e, ainda de outros modos, diferente de qualquer outra pessoa (Kluckhohn e Murray 1948:35). Mas desta afirmação decorre a pergunta indispensável de saber se os atributos universais de nossa espécie, as diferenças entre os grupos humanos e as diferenças entre os indivíduos podem ser todas explicadas nos mesmos termos. Parece certo de que a resposta é negativa; espero sugerir aqui algumas das razões de por que isto é assim. Ao fazer isto, chamo a atenção para aqueles comportamentos que chegaram a ser vistos como caracterizando dados grupos de seres humanos, e debato a natureza de tais grupos, bem como os tipos de comportamento para os quais foram notadas variações previsíveis de grupo a grupo. Para tanto, pode ser útil dedicar alguma atenção ao desenvolvimento do conceito antropológico de cultura.

Alfred Kroeber, o primeiro aluno de Boas, estava mais interessado no desenvolvimento de uma teoria geral da cultura que seu professor. Num artigo famoso (Kroeber 1917) - do qual ele repudiou, mais tarde, uma pequena parte - Kroeber tomou emprestado um termo de Herbert Spencer e o utilizou de forma nova. "*Quando consideramos a cultura, estamos lidando como uma coisa orgânica [ou seja, produzida por organismos humanos], mas que deve também ser vista como algo que é mais do que orgânico, se queremos que ele esteja totalmente inteligível para nós.*" (Kroeber 1948:253). Para esta qualidade da cultura que transcende o orgânico, Kroeber aplicou o termo cunhado por Spencer de "superorgânico".[3] Mas a cultura não era apenas superorgânica, era também superindividual: "*existem algumas propriedades da cultura - tal a transmissibilidade, alta variabilidade, cumulatividade, padrões de valor, influência sobre os indivíduos - que são difíceis de serem explicadas, ou a sua significância avaliada estritamente em termos da composição orgânica de personalidades ou indivíduos. Estas propriedades ou qualidades da cultura não participam evidentemente do homem orgânico individual enquanto tal, mas das ações e produtos de comportamentos das sociedades humanas - ou seja, da cultura.*" (Kroeber 1948:254).

Esta passagem pode parecer enigmática para alguns. Eu a leio como significando que o comportamento humano não pode ser completamente entendido por (ou reduzido a) um exame de indivíduos em situação isolada. O que são, bem como o que eles pensam e fazem, seus atos e as conseqüências desses atos são sempre sociais. E por ser este o caso, o comportamento social não pode ser reduzido a uma análise do comportamento individual.[4]

Certamente, isto não significa que análises de comportamento individual não possam ser levadas a cabo, ou que careçam de sentido. Mas propomos a idéia de que as análises de fenômenos ocorrem com resultados diferentes, em níveis diferentes. O químico e o biológico, por exemplo, não lutam para ser a melhor das duas análises; mas seus métodos e seus resultados revelam coisas diferentes. Neste sentido devo confessar que nunca entendi ao certo por que as asserções de Kroeber provocaram não apenas cepticismo como calorosos debates.

Ao insistir na idéia que a cultura tinha propriedades extra-somáticas, transmitidas socialmente, portanto coletivas e cumulativas, Kroeber foi acusado de postular algum tipo de influência externa, impalpável mas poderosa, à qual os seres humanos seriam inconsciente ou inelutavelmente sujeitos. Mas penso que Kroeber queria dizer, de

[3] A escolha, feita por Kroeber, do termo "superorgânico" em lugar do de "cultura" pode ter algum interesse histórico. Em 1917, na época em que "The Superorganic" foi publicado, a Europa estava no meio de uma guerra terrível, na qual os Estados Unidos não tinham entrado ainda. O termo alemão de "Kultur" havia adquirido conotações pejorativas nos Estados Unidos, onde o sentimento anti-germânico estava forte. Kroeber - junto com Boas, Lowie e diversos outros eminentes antropólogos americanos - era de origem alemã. Isto pode ajudar a explicar que ele escolhesse este neologismo, em vez do cognato inglês da palavra alemã "Kultur".

[4] Utilizei citações referentes à maneira como Kroeber formulava seus argumentos em 1948, embora estejam já presentes no seu artigo de 1917.

Os dados antropológicos devem ser, obviamente, coletados de indivíduos; embora observações de indivíduos em grupos sejam efetuadas o tempo todo, a maior parte do trabalho de campo é conduzido em diálogo com informantes individuais.

Mas a ponte entre o material coletado de indivíduos e, em seguida, generalizado para ser aplicado a grupos, é um caminho difícil de percorrer, seja para antropólogos, psicólogos ou outros cientistas sociais. Não resta dúvida que esta ponte existe e não pode ser ignorada. Que seja possível "curar" um fanático do preconceito racial através da psicanálise, não significa que a explicação do fanatismo possa a ser reduzida a um fenômeno psicológico individual, da mesma forma que o fato de certos indivíduos cometerem atos de agressão não explica inteiramente a guerra.

fato, algo de muito mais simples. Se os humanos são por natureza, ao mesmo tempo sociais e extremamente dependentes, durante uma longa infância característica dos primatas; se amplas quantidades de saber social são exigidas para ser "enculturado" na sua própria sociedade, independentemente do quanto "primitiva" esta sociedade supostamente seja; se, em resumo, "ser humano" deva significar absorver o bastante das formas culturais da sua própria sociedade, de maneira a ser considerado humano nos termos específicos da cultura; então acredito que as asserções de Kroeber são ao mesmo tempo excepcionais e não excepcionais. A analogia mais fácil e, talvez, a mais persuasiva é provavelmente a linguagem, e Kroeber a usa:

"*Novamente, o idioma inglês é um elemento de cultura. A faculdade de falar e entender um idioma qualquer é orgânica: é uma faculdade da espécie humana. Os sons das palavras são obviamente emitidos por indivíduos, não pela espécie. Mas a agregação total das palavras, formas, gramática e significados que constituem o idioma inglês, são o produto conjunto cumulativo de milhões de indivíduos durante muitos séculos. Nenhum de nós cria ou inventa por si só o inglês que fala. Falamos como o idioma nos foi transmitido, todo pronto, por milhões de predecessores, pelos mais velhos e pelos indivíduos da mesma faixa etária. Obviamente, o inglês é super-individual no sentido de que é muito maior e mais significante do que a fala de qualquer indivíduo, e também influencia sua fala muito mais do que sua fala pode esperar contribuir para ou influenciar o idioma inglês. E o inglês é super-orgânico no sentido de que suas palavras e significados não são conseqüência direta do fato dos homens terem organismos humanos - porque neste caso todos os homens falariam espontaneamente de forma tão similar quanto eles andam. Em vez disto, a forma como eles falam depende preponderantemente de como as sociedades nas quais eles foram criados falavam antes.*" (Kroeber 1948:255).[5]

[5] Embora não possa ser tratada aqui, uma questão interessante, na história da teoria antropológica nos Estados Unidos, está relacionada a essa linha de argumentação. Um dos primeiros e mais elegantes críticos do conceito de Kroeber de super-orgânico foi o grande lingüista americano Edward Sapir (1884-1939). Sapir achou o conceito algo enganoso, em pelo menos dois aspectos, embora apoie a visão anti-reducionista de Kroeber da relação entre Antropologia, Psicologia e as Ciências Físicas (Sapir 1917). No entanto, no seu próprio trabalho sobre a história da linguagem, Sapir propõe a idéia de "orientação lingüística" (Sapir 1939 [1921]:163-67), que manifesta uma semelhança surpreendente com o superorgânico. Não está inteiramente claro se se trata de uma autêntica falta de coerência ou de uma mudança de opinião.

Ao colocar este exemplo, Kroeber afirma que "*um fato cultural é sempre um fato histórico; e sua compreensão mais imediata e geralmente a mais completa que se possa atingir, é uma compreensão histórica. Em ampla medida, chamar a cultura de super-orgânica e super-individual significa inclinar para uma interpretação histórica mais do que para as explicações orgânicas ou psicossomáticas.*" (Kroeber, loc. cit.). Esta afirmação comedida (na minha opinião) não foi julgada assim nos anos 1940, quando os líderes da Antropologia Social britânica defendiam com auto-satisfação a idéia de que a História ou era irrelevante à nossa compreensão das sociedades sem escrita, ou então constituía apenas o último recurso do antropólogo desprovido de imaginação. Hoje, a asserção de Kroeber parece menos controversa, na medida em que a História está sendo reabilitada pelos antropólogos americanos - ou melhor dito talvez, na medida em que os antropólogos americanos se mostram mais preparados a serem reabilitados pela História.

Dos três "níveis" de organização do comportamento aos quais me referi, a Antropologia Cultural sempre se interessou mais pelo nível intermediário, ou de grupo, isto é, o nível de "culturas" distintas. Praticamente todos os chamados "clássicos" em Antropologia estão ancorados neste nível: Malinowski, sobre os habitantes das ilhas Trobriand (1950); Radcliffe-Brown, sobre os da ilha Andaman (1922); Evans-Pritchard, sobre os Nuer (1940); Boas, sobre os esquimós centrais (1888); Firth, sobre os Tikopia (1936); e assim por diante. No trabalho de Benedict e Mead, embora a comparação domine para evidenciar fortes contrastes, a idéia de culturas individuais amplamente diferenciadas impõe-se. Todavia, Boas e seus alunos também consideravam a cultura como sendo um atributo unicamente humano e defendiam uma democracia fundamental da espécie, como tentei sugerir. Cada cultura, então, é um caso que exemplifica as asserções gerais sobre a cultura como dotação humana universal.

Este contraste é útil para minha demonstração: devo agora deixar a Antropologia dos anos 1920 e 1930 para concentrar-me nos seus desenvolvimentos no período do pós-guerra. Durante a Segunda Guerra Mundial, antropólogos americanos, de fato pela primeira vez, começaram a olhar para sociedades e culturas além das suas fronteiras nacionais. Esta mudança básica de perspectiva aconteceu, na minha opinião, ao mesmo tempo porque a guerra havia colocado tantos americanos em contato estreito com o mundo lá fora, e porque os antropólogos haviam descoberto que seus 'insights' e métodos interessavam a outros. Ruth Benedict, por exemplo, foi encarregada pelo *Office of Strategic Services*, durante a Segunda Guerra Mundial, entre outros projetos similares, de estudar o caráter nacional japonês. Margaret Mead dirigiu equipes pesquisando hábitos alimentares, com propósitos que tinham a ver com a política do tempo de guerra e pós-guerra. Alexander Lesser trabalhou para o *Strategic Index of the Americas*, bem como Alfred Metraux. Todos estes estudiosos haviam realizado seu primeiro trabalho de campo - e com a exceção de Mead, a maior parte de seu trabalho etnográfico - com índios americanos. A guerra, então, abriu novos horizontes aos olhos dos americanos. Pela primeira vez na história da Antropologia americana, a América indígena não ocupava mais o primeiro lugar entre as preocupações dos seus estudiosos.

Estas mudanças significavam uma ampliação da consciência do mundo; mas elas significavam também um alargamento de interesse ao incluir sociedades "não primitivas" assim como o estudo de processos de mudança social e cultural. Pouco depois da guerra, por exemplo, Julian Steward mandou um time de estudantes para efetuar um estudo coordenado de Porto Rico, uma sociedade vasta, complexa e moderna, e uma colônia norte-americana. Embora as aspirações teóricas deste projeto fossem repletas de inovações e mesmo ousadias, ele foi construído sobre outros trabalhos pioneiros, inclusive aquele de Robert e Helen Lynd, sociólogos, a respeito das experiências da população de Muncie, Indiana, num contexto de expansão e depressão (Lynd e Lynd 1929; 1937); o primeiro estudo de Redfield sobre camponeses mexicanos (1930); a análise de Embree de um *buraku* japonês (1939); o trabalho maravilhosamente conciso de Fei

sobre uma aldeia chinesa, sofrendo mudanças econômicas de origem externa (1939); e o trabalho de Arensberg e Kimball sobre populações na Irlanda (1940).

Desde então, e embora a invisível escala de prestígio da profissão ainda privilegie o estudo de povos sem escrita (de preferência com costumes estranhos e mesmo perigosos), conseguiu-se relutantemente abrir espaço para outros tipos de pesquisa. Em 1948, quando comecei o trabalho de campo num povoado de plantação em Porto Rico, meu objetivo era de etnografia descritiva, mais ou menos nos termos cunhados por Franz Boas. Mas as pessoas, cujas vidas tentei descrever e evocar, eram proletários rurais assalariados desprovidos de propriedade, nitidamente não "primitivos" em nenhum sentido, e sua sociedade havia passado por profundas e rápidas mudanças durante o meio-século anterior. Enquanto colônia norte-americana, Porto Rico havia-se revelado um lugar ideal para "desenvolvimento econômico", sob a forma de vastas e modernas plantações canavieiras estabelecidas por empresas norte-americanas nos anos seguintes à tomada da ilha da Espanha. Caso tentasse descrever a aldeia que estava estudando, como se fosse alguma comunidade de camponeses isolada, teria violentado, não apenas sua história, mas também o caráter fundamental de sua economia, que estava intimamente ligada ao mercado mundial por seu único produto: o açúcar. No meu trabalho, descrevi as pessoas de "Cañamelar" (Bairro Jauca, Sta Isabel) como formando uma comunidade quase exclusivamente de assalariados rurais, estreitamente ligados ao mundo lá fora, em termos do que eles produziam e do que eles consumiam, bem como psicológica e politicamente dependentes.

Mas não me detive a pensar sobre a natureza e história do mercado para seu produto, o açúcar. Talvez não seja surpreendente, já que estava cercado pelos produtores, e era a sua vida que estava tentando entender. Mas do ponto de vista do presente, parece-me que era deveras obtuso não se ter perguntado aonde ia todo este açúcar - e o que seus consumidores faziam antes que ele se tornasse disponível para eles. Olhar antropologicamente a cultura de uma comunidade do mundo "menos desenvolvido", uma comunidade inserida nos desígnios políticos e econômicos do Ocidente, através da produção

pioneira de uma mercadoria agrícola básica para os mercados consumidores europeus em expansão, é não apenas inconsistente com a Antropologia tradicional, mas, na época, poderia mesmo ser julgado como anti-antropológico por natureza. Em vez de examinar ou imaginar povos "primitivos" isolados das correntes do mundo moderno, esta abordagem escolhe deliberadamente como seu assunto pessoas cuja própria comunidade foi definida em termos de sua integração em campos de força maiores. Açúcar, chá, algodão e bananas são expressões materiais daquilo que os trópicos significavam para o Ocidente; sua produção sintetiza a forma como os povos tropicais foram ajustados às intenções ocidentais. Mas é imediatamente aparente que isto não está muito longe, afinal de contas, do mundo "primitivo", quando reconhecemos as marchas forçadas em direção à produção de bens comercializáveis para a exportação, impostas pelos europeus aos chamados "primitivos" desde a época do descobrimento, nos séculos XV e XVI, até o presente. Nessa paisagem, uma mercadoria como o açúcar encaixa-se com mais naturalidade que muitas outras.

A história do açúcar é longa e complexa demais para tentar resumi-la aqui. Mas é bom sublinhar *en passant*, que o uso da sacarose é relativamente recente na Europa como um todo - talvez um milênio, mas não mais - enquanto que seu uso comum e popular é muito mais recente ainda. Foi somente com o desenvolvimento das plantações no Novo Mundo, e particularmente na segunda metade do século XVII, que o açúcar começou a baixar de preço na Europa, tornando-se, assim, acessível a outros além de um pequeno segmento da sociedade européia, e mudando de produto medicinal e especiaria para conservante, meio de ostentação, adoçante e, finalmente, alimento. Tentei tratar da transformação de uma raridade reservada aos príncipes em um prosaico bem de primeira necessidade (Mintz 1985), mas quero me ater aqui a uma parte de meu argumento que, ao meu ver, leva-nos de volta ao antireducionismo de Kroeber e, deste modo, aos ensinamentos do Professor H.C.J. Duijker.

Não iniciamos com o lugar do açúcar na vida moderna, mas com o que parece ser uma propensão estruturalmente determinada de nossa espécie a favor do doce, um gosto privilegiado, entre todos os outros, pela natureza humana. Estudos da sensação de doce mostram

claramente que conhecemos ainda muito pouco a respeito, embora seja um assunto de grande interesse prático assim como científico. Mas a maioria dos estudiosos concorda que nossa espécie é tipificada por alguma predisposição subjacente a favor do gosto doce, talvez relacionado com os hábitos alimentares dos primeiros primatas. Se, como se supõe, o doce foi um sinal de comestibilidade para nossos ancestrais primatas, então nosso gosto por coisas doces tem fundamentos antigos e genéticos. A dificuldade nesta afirmação, no entanto, é a especificação daquilo que explica. De algum modo, em volta do começo da era cristã, o homem encontrou os meios de processar a sacarose líquida, que se encontrava na natureza, num sólido cristalino. Embora isto ocorresse, sem dúvida, pela primeira vez com a cana-de-açúcar, outras plantas comportando sacarose (e fabricando sacarose), assim como a palmeira, o bordo sacarino, a beterraba sacarina, e o sorgo chinês, todos produzem um sumo conversível em xarope que pode ser processado e tornado cristalino. Na natureza, o único doce comparável em intensidade é o mel; este pode ser considerado como processado apenas na medida em que as abelhas o concentram. Sua produção sempre foi relativamente modesta. Em contraste, a produção de açucares granulados a partir da sacarose líquida continuou e cresceu de forma mais ou menos ininterrupta por milênios. Em torno de 250.000 toneladas foram postas no mercado mundial em 1800; por volta de 1880, este número alcançava 3.8 milhões de toneladas; na época da Primeira Guerra Mundial, talvez 16.000.000 de toneladas; no fim da Segunda Guerra Mundial, 30.000.000 de toneladas; e em 1985, perto de cem milhões de toneladas - e isto, embora outros adoçantes, como o xarope de milho com alto teor de frutose, e os adoçantes sem calorias tal a fenilalinina, estivessem nitidamente minando a supremacia da sacarose. Em 1970, quase dez por cento de todas as calorias alimentícias no mundo eram oriundas de sacarose; a percentagem de calorias dos açúcares processados continuou a aumentar em relação às calorias provenientes de outros alimentos.

Deste modo, o açúcar processado na sua forma de sacarose cristalina constitui um produto especial, facilmente distinguido da sacarose que se encontra naturalmente em legumes, frutas e plantas

tais como a cana-de-açúcar. O açúcar refinado é quimicamente a mais pura substância que comemos, com a possível exceção do sal; com efeito, um dos seus mais antigos nomes era "sal da Arábia", provavelmente por conta das similitudes de aparência e estrutura com o sal. Além da predisposição a favor do doce, aparentemente inata na nossa espécie, o doce nas suas formas de açúcar líquido e granular é de combinação particularmente fácil com outros alimentos, já que não tem gosto próprio; isso o torna diferente do doce de bordo ou açúcar parcialmente refinado. Ele pode servir a diversos propósitos na cozinha, inclusive disfarçar outros gostos, como na combinação com o vinagre; realçar outros gostos, como na combinação com mostarda ou *ketchup*; o simples adoçar, como no caso de estimulantes amargos líquidos tais como chá, café, chocolate e refrigerantes como o "clássico" Coca Cola; a conservação, como na combinação com frutas cozidas para fazer doces, geléias e gelatinas; na cozinha e no fabrico de bolos e bolinhos, para aumentar o que os especialistas chamam de "desmanchar";[6] em refrigerantes para fornecer o que os técnicos da alimentação chamam de sensação na boca;[7] no pão e noutros produtos, para prolongar o tempo de validade; e assim por diante. Com certeza, a utilidade dos açúcares processados não pode ser melhor ressaltada: o primeiro nutriente que o bebê recebe nos hospitais norte-americanos, além do leite, é uma solução a 5% de glicose com água, empregada para avaliar o estado pós parto do recém-nascido, porque "*ele tolera glicose melhor do que água*" (Jerome 1977:236).

Atualmente, a sacarose continua sendo uma das maiores fontes de doce para nossa espécie, embora nos últimos decênios sua posição tenha sido ameaçada por outras substâncias, particularmente os xaropes de milho com alto teor de frutose. A maior parte da sacarose é extraída da cana-de-açúcar e da beterraba sacarina, com contribuições menores da palmeira, do bordo sacarino etc. Padrões de consumo mudaram radicalmente durante os cinqüenta últimos anos; uma das principais mudanças foi a passagem do uso doméstico direto do açúcar

[6] "Go away" no texto original. N.d. t.
[7] "Mouth feel" no texto original. N. d. t.

para o uso chamado indireto ou industrial. Para dizê-lo de modo um pouco diferente, uma quantidade cada vez maior do açúcar processado que comemos, no Ocidente, está presente na comida que compramos ou encomendamos, enquanto que acrescentamos cada vez menos açúcar por escolha deliberada. Nos Estados Unidos, as proporções de 1980 eram de 36% para uso direto e 64% para o industrial; na Holanda, as percentagens eram respectivamente de 25% de uso direto e 75% de uso industrial. Estas estatísticas têm alguma importância na medida em que está evidente que nossa capacidade em influenciar diretamente nosso consumo de açúcar diminui, pois comemos cada vez mais comida pronta.

Uma pergunta importante levantada por estes dados é a natureza da propensão para o gosto doce. Pode parecer que esta inclinação se explica por si mesma, por assim dizer:

"*... ambientes os menos naturais, às vezes, podem produzir o melhor testemunho sobre a natureza humana... Os povos ocidentais consomem, per capita, enormes quantidades de açúcar refinado porque, para a maioria das pessoas, alimentos muito doces são muito gostosos. A existência de uma inclinação humana para o doce pode ser explicada, em última instância, como uma adaptação das populações ancestrais no sentido de preferir os frutos mais maduros, portanto, mais doces. Em outras palavras, as pressões seletivas do tempo antigo são reveladas de forma fortemente marcada pelo estímulo artificial e supernormal do açúcar refinado, a despeito do fato comprovado de que comer açúcar refinado é contrário à adaptação.*" (Symons 1979:73).

Mas esta explicação "final" não nos leva muito longe. Ela divide seu poder explicativo com um certo número de outras explicações "finais" segundo as quais: as guerras são feitas porque os humanos são inerentemente agressivos; o capitalismo deve ser explicado em última instância por nossa tendência inata para o comércio (e, mais tarde na nossa história, por nosso amor à liberdade); que o racismo e o chauvinismo étnico são resultados de algum tipo de sentimentos "naturais" de pertencer a um grupo; e assim por diante. O que estas explicações compartilham, é seu movimento bastante escorregadio a partir do que pode ser descrito como um traço abarcando toda a

espécie - algo posto como genético ou aparentemente inerente ou instintivo, supostamente comum a todos os indivíduos - em direção ao comportamento de grupos ou culturas particulares onde a expressão de um dado traço é normalmente vista como adotando formas algo exageradas. Nesta perspectiva, nossos traços "naturais", próprios à espécie, são bons - eles têm valor para a sobrevivência. Mas eles são "desviados", por assim dizer, por forças sobre as quais não temos controle. O que falta a essas formulações são indicações instrutivas sobre por que grupos humanos variam na sua condução de guerras, maneira de comer açúcar ou a amplitude de seu chauvinismo; ou ainda, como se passa da suposta constante estrutural ao comportamento concreto.

A dificuldade, em termos de lógica, deveria ser clara. Algum traço estruturalmente determinado do comportamento da espécie é identificado ou postulado. Ele pode então ser utilizado para "explicar" um grande elenco de comportamentos variáveis que ele suscita supostamente; e este comportamento pode, por sua vez, ser projetado sobre um continuum (como normal/anormal, masculino/feminino, branco/negro), de acordo com os critérios escolhidos pelo explanador. A presença supostamente universal de um traço é subjacente ao comportamento universal - mesmo quando o comportamento varia de quase zero a muito exagerado. Mas se esta abordagem for rejeitada, o que é que acontece com esta construção cômoda, "a natureza humana"?

No decorrer dos séculos, autoridades diversas nos disseram que o homem é inerentemente ávido, inerentemente agressivo, dotado de uma propensão a fazer negócios, e Deus sabe lá o que mais - que tudo isto e mais ainda é simplesmente o resultado de sua "natureza humana". O problema está na assunção escondida de que o homem, assim dotado, venha a possuir e criar cultura, quer queira quer não, a partir de sua substância interior. No entanto, a Antropologia chegou cada vez mais firmemente à visão de que a própria cultura é constitutiva daquilo que o homem é, em vez do contrário. "*Homens sem cultura*", diz Clifford Geertz, "*não seriam os selvagens inteligentes de "Lord of the Flies", de Golding, atirados à sabedoria cruel de seus instintos animais; nem seriam eles os bons selvagens do primitivismo iluminista; ou até mesmo, como a teoria antropológica insinua, os macacos intrinsecamente talentosos que, por algum motivo, deixaram de se encontrar. Eles seriam monstruosidades incontroláveis, com muito poucos instintos úteis, menos sentimentos reconhecíveis ainda e nenhum intelecto: verdadeiros casos psiquiátricos. Como nosso sistema nervoso central (...) cresceu, em sua maior parte, em interação com a cultura, ele é incapaz de dirigir nosso comportamento ou organizar nossa experiência sem a orientação fornecida por sistemas de símbolos significantes (...) Tais símbolos são, portanto, não apenas simples expressões, instrumentalidades ou correlatos de nossa existência biológica, psicológica e social: eles são seus pré-requisitos. Sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens.*" (Geertz 1989:61).

Quando este ponto de vista não é entendido ou é rejeitado, então pode-se dar campo livre à descrição da "natureza humana". Mas o que a natureza humana é, não está claro. Duijker defendeu com sucesso a idéia de que interpretações da realidade social dependem da cultura; que as interpretações dessa realidade que não levam a cultura em consideração, são difíceis de serem imaginadas. Nesta medida, ao menos, podemos assumir que as tentativas de definir a natureza humana como algum inventário pré-cultural são influenciadas pelas premissas culturais dos seus intérpretes. Já que aqueles que optam por inventar uma "natureza humana" não precisam sentir restrição alguma, suas descobertas pendem mais para revelar algo sobre a sociedade e a cultura do inventor, de que sobre a natureza humana. Com efeito, o que emerge como natureza humana muitas vezes parece, numa medida substancial, uma projeção distinta, mas, em certa medida, enviesada dos valores da sociedade do inventor - no entanto enunciada de forma a se conformar à teoria particular do seu inventor. Que a construção seja a do nobre selvagem, do selvagem obcecado pelo sexo, do selvagem supersticioso, do selvagem agressivo ou de qualquer outro, tais suposições sobre a natureza humana se tornam exercícios de projeção, algo como uma interpretação dada como evidente a partir do teste de Rorschach. O que carece de reconhecimento é o seguinte: não é nossa natureza humana que é

universal, mas nossa capacidade de criar realidades culturais e depois agir nos termos que elas colocam. Reconhecer isto torna possível ver que o que nos dizem ser a natureza humana cairá provavelmente dentro de um campo determinado pela idéia louca que cada sociedade formula sobre o que nossa natureza humana intrínseca deva ser. Por certo, estas numerosas versões de nossa "real natureza" corresponderão, de algum modo, ao que nós somos em dada cultura particular. Mas o que somos é tanto um produto de nossa cultura quanto qualquer coisa que inventemos para descrever como supomos que tenhamos sido "antes da cultura".

Mas o que isto tem a ver com o consumo de açúcar refinado? De fato, muita coisa, na minha opinião, pois o consumo de açúcar refinado não é um velho costume para a maior parte do mundo; e nem mesmo um costume muito antigo para os mais antigos consumidores de açúcar. O fabrico de açúcar cristalino, ou ao menos não-líquido, a partir do caldo espremido da cana-de-açúcar, não tem mais do que dois mil anos. A maioria dos europeus não havia provado açúcar (sacarose) antes do ano 1.000 da nossa era. No Ocidente, como já mencionei, a realeza consumiu a maior parte do açúcar até o século XVII - principalmente como especiaria e remédio, em seguida como decoração e conservante. O açúcar não se tornou um adoçante comum ou alimento corriqueiro antes do século XIX. Até o presente momento, o mundo não-ocidental come relativamente pouco açúcar refinado. Daí o gosto inato pelo doce não ter sido satisfeito por muito tempo, em qualquer lugar, a não ser por frutas e mel; e ainda não está sendo muito desfrutado pela maioria dos povos do mundo. De qualquer modo, como vimos, o consumo mundial de adoçantes processados aumentou com uma velocidade assombrosa e pode continuar a crescer. Uma vez dito isto, o que explica a ampla expansão do consumo de sacarose no mundo moderno, e o espaço cada vez maior ocupado pelos adoçantes, inclusive agora o xarope de milho com alto teor de frutose, adoçantes químicos sem calorias e outras fontes industrializadas de doce, ocupam na vida cotidiana?

É precisamente a este ponto que meus comentários se deslocam de uma discussão a respeito do inquestionável poder do doce, para uma discussão sobre a controvertida doçura do poder. Mas para justificar o que segue, devo me assegurar que coloquei claramente meu ponto de vista segundo o qual existe uma base biológica, abrangendo toda a espécie, que aponta para o gosto pelo doce. Sua presença parece inegável, embora não consigamos explicar de forma inteiramente satisfatória que efeito esta base tem. O que me interesse muito mais, todavia, é o espaço entre esta "explicação" biológica da nossa natureza e nosso comportamento variável enquanto espécie - uma variabilidade que não se consegue classificar inteiramente, a meu ver, em termos de orientações culturais diferentes.

A amplitude da variabilidade humana, ao que poderia ser chamado de nível biológico é, obviamente, vasta. Por muito tempo foi lugar comum dizer que tal variabilidade é realçada entre os animais domésticos, nos traços tais como o tamanho, a forma do corpo, a cor da pele e do cabelo, a aparência do cabelo, a forma e o tamanho da face, e assim por diante, isto, em relação aos seus parentes não domesticados. Os seres humanos são, neste sentido, eles mesmos domesticados e, é claro, foram chamados de auto-domesticados.[8] O traço crítico que define a domesticação é o controle do processo reprodutivo; o controle humano da reprodução animal é o traço-chave de sua domesticação. Em nosso próprio caso, o controle dos processos reprodutivos ocorre através de mecanismos sociais, não biológicos; no longo prazo, suas conseqüências para nossa natureza física, expressas na nossa variabilidade física, equivalem àquelas observadas no caso de outros animais domesticados. Mas à nossa variabilidade genética, enquanto espécie, devem ser acrescidas as conseqüências da cultura

[8] A idéia de que os seres humanos são domesticados por si próprios e que as chamadas "raças" são produtos de nossa auto-domesticação, não é nova. Franz Boas debate esta idéia na sua obra (cf. por exemplo, Boas 1938:84) e cita os trabalhos anteriores de Johannes Rank, Eduard Hahn e Eugen Fischer, entre outros.

A domesticação é geralmente definida em termos de controle da reprodução. Mas melanismo, leucismo, mudanças radicais na forma facial, variabilidade de cor e forma do pelo e cabelo, bem como grandes variações em tamanho são todas conseqüências características da domesticação nos animais, contudo raras nos seus parentes selvagens. Os paralelos com a variação física humana são inevitáveis.

sobre o elenco de comportamentos humanos. Num artigo pouco notado mas provocativo, publicado há quase meio século, o antropólogo norte-americano John Gillin (Gillin 1944) oferece provas etnográficas impressionantes de tal variabilidade, inclusive alguns exercícios de yoga e costumes alimentares em muitas outras sociedades. Entre vários assuntos, Gillin debate o consumo de madeira, barro, poeira, alimentos podres, insetos, vérmina e répteis; o canibalismo; e a natureza das dietas compostas por apenas carne ou leite de cavalo. O jejum e o uso de drogas para aumentar a resistência física estão também incluídas neste relatório. Esses são todos comportamentos aprendidos socialmente; ou seja, eles fazem parte da cultura, entram no elenco das respostas humanas normais. Aqueles que consistem na ingestão ou não-ingestão estão igualmente dentro do elenco normal do uso humano dos alimentos, na medida em que eles são comportamentos culturalmente condicionados, e não associados a alguma patologia individual. O uso de greve de fome, por exemplo, não é considerado geralmente como patológico se o propósito político da greve goza da simpatia da maioria entre nós. É um artefato ou invenção cultural evidente. Terence McSwiney, o prefeito de Cork, morreu em 1920 após 74 dias de jejum; ele foi considerado um mártir - e não um psicopata - por todos aqueles que concordavam politicamente com ele, e até mesmo por alguns que discordavam.

Nosso comportamento enquanto seres humanos é, portanto, cultural por definição. Quando Kroeber escreveu que a cultura era "*todas as atividades e produtos não-fisiológicos das personalidades humanas que não são automaticamente reflexos ou instintivos*" (1948:253), ele apontava para o espaço mal definido entre elementos que são vistos como "determinantes" biológicos de um lado, e a força da cultura do outro. Mas falar da "força da cultura" é por demais difuso. Quais os motivos para comer certos alimentos, em vez de outros; ou para comer uma grande quantidade de um alimento, em vez de outro qualquer? O que determina a escolha de comidas, particularmente quando estas escolhas mudam, como muda rapidamente a própria sociedade? Acho que decisões como essas, por mais triviais e prosaicas que possam parecer, não são tomadas livremente, porque o elenco de possibilidades disponíveis é limitado

pelas circunstâncias - tais como a falta real ou suposta de tempo - sobre as quais a pessoa que escolhe tem controle limitado. Nestas circunstâncias, o que é escolhido é influenciado até certo ponto por aqueles que tornam disponível o elenco de alimentos possíveis. Esses determinadores do elenco dos alimentos disponíveis exercem algum tipo de poder. O lugar de poder que afeta o comportamento social, inclusive o comportamento alimentar, é o que me interessa aqui.

Em *Sweetness and Power* (1985), tentei tratar este assunto ao fazer a crônica - de forma reconhecidamente esboçada e talvez, às vezes, inexata - de como o povo britânico tornou-se grande comedor de açúcar entre 1650 e 1850. No início, o costume de consumir açúcar foi aprendido em conexão com o chá. O chá chegou à Grã Bretanha primeiro através de Catarina de Bragança, a noiva portuguesa de Carlos II, que reinou de 1649 a 1685. Mas ele não permaneceu um luxo para a realeza por muito tempo. Em 1700, a Inglaterra recebeu 20.000 libras de chá importado legalmente; em 1760, os impostos foram coletados sobre a quantidade de cinco milhões de libras. Em 1800, o total do chá importado legalmente ultrapassava os vinte milhões de libras. C.R. Fay, que não é o comentador mais gentil sobre a culinária de seu próprio país, escreve: "*O chá, que refresca e acalma, é a bebida natural de um povo taciturno, e, sendo de preparo fácil, tornou-se um presente de Deus para os piores cozinheiros do mundo.*" (Fay 1948:147). Uma comida pouco atraente ou monótona, todavia, não explica o suficiente. O chá, ao que parece, pode ser adulterado mais facilmente do que o café ou chocolate. O chá é um estimulante amargo; ele era preparado e tomado quente; podia levar consigo uma carga agradável de calorias doces, saborosas na forma de açúcar, e essas calorias se tornaram cada vez mais baratas no decorrer do século XVIII. Jonas Hanway, o reformador do século XVIII, opunha-se ao consumo de chá pelos pobres e vituperava contra ele. Mas John Burnett, o maior estudioso da nutrição no século XVIII, discorda de Hanway: "*Os autores contemporâneos são unânimes ao criticar o trabalhador por causa de seu extravagante cardápio e nunca cansam de demonstrar que, com uma melhor gestão, ele poderia ter mais carne e refeições com mais variedade. Nenhum deles parece .... ter notado que o pão branco e chá não eram mais objetos de luxo, mas o mínimo*

irredutível abaixo do qual só tinha fome... Duas onças de chá por semana, que custam 8d. ou 9d., faziam com que mais de um jantar frio parecesse uma refeição quente." (Burnett 1966:37-38). O clérigo David Davies, um observador da vida rural no final do século XVIII, identificava as circunstâncias combinadas que levavam a uma preferência crescente por chá e açúcar, em lugar de outros produtos do cardápio da época. Davies insistia no fato de que pobres rurais produziriam e tomariam leite em vez de chá, caso pudessem manter uma vaca, mas eles não tinham os meios para tanto; e ele acrescenta relatos sobre orçamentos, cuidadosamente colecionados, para prová-lo. Ademais, já que o malte era taxado, ele se tornava caro demais para que os pobres pudessem usá-lo para fabricarem cerveja fraca: "*Nestas duras circunstâncias, com a carestia do malte e a dificuldade em se conseguir leite, a única coisa que lhes sobrava para amolecer seu pão era o chá. Isto era seu último recurso. O chá (com pão) fornece uma refeição para toda a família a cada dia, e não custa mais do que um shilling por semana, em média. Se alguém puder me apontar um artigo que seja mais barato e melhor, arriscar-me-ei a responder pelos pobres em geral, que ficarão agradecidos pela descoberta.*" (Davies 1795:37)

Muito poderia ser acrescido a essas notas, mas antes de continuar, pode ser útil formular uma pergunta que colocaremos novamente. Por que os ingleses se tornaram grandes consumidores de açúcar neste ponto da sua história? Os ingleses pobres, que se tornaram rapidamente grande consumidores de chá, podem ter agido assim por não terem condições de comprar leite nem malte para fazer cerveja fraca; além disto, o chá fazia com que uma refeição fria parecesse quente; ainda, sua dieta era monótona ou mal preparada; também, a substância estimulante do chá os fazia sentirem-se melhor; ou ainda eles gostavam do gosto doce. Talvez se tornaram grandes consumidores de açúcar, como o creio, por causa de todas essas coisas - e, sem dúvida, de outros fatores ainda. O que me parece assegurado é, no entanto, que eles não se tornaram grandes consumidores de açúcar porque nós descendemos de primatas arbóreos e comedores de frutas.

A história da sacarose na Inglaterra entre 1650 e 1850, pode ser dividida arbitrariamente em dois períodos iguais de um século cada. Dito de forma mais simples, em 1650, apenas a realeza

consumia muito açúcar; em 1750, cada inglês já havia provado açúcar (no chá); em 1850, o açúcar estava se tornando um alimento, em vez de um adoçante, na medida de sua contribuição rapidamente crescente ao total de calorias consumidas. A carreira do açúcar durante este período de duzentos anos pode ser explicada observando que o preço caiu quase constantemente; e já que os seres humanos têm uma predisposição para os gostos doces, seu consumo crescente é simplesmente relacionado à queda do preço. Esta interpretação, embora comporte muito de recomendável, não é, a meu ver, satisfatória - talvez porque eu goste de pensar que, para os seres humanos, as coisas são mais complicadas. Tentei sugeri-lo, olhando rapidamente para a rivalidade do leite e da cerveja com o chá - rivalidade ganha, obviamente, pelo chá. No mundo moderno, os refrigerantes, frios, pesadamente adoçados, gaseificados e comportando cafeína estão vencendo uma longa batalha internacional contra o chá. Ambas as bebidas (chá e refrigerantes) podem ser igualmente doces; de fato, o chá pode ser adoçado mais do que os refrigerantes. Será que podemos explicar o resultado desta batalha na base do gosto humano pelo doce, dado o fato de que ambos são doces? Ou na base da queda dos preços, já que os refrigerantes são mais caros? Ou na base da superioridade intrínseca de uma bebida sobre a outra? Dificilmente.

Durante a história da sacarose na Grã-Bretanha, e quase desde o momento do início da sua importação das colônias da própria Grã-Bretanha, ela dispunha de protagonistas e amigos. Sir Dalby Thomas, em dada época governador da Jamaica e plantador de cana também, anteviu o futuro do açúcar:

"*Há 500 anos, seu uso era perfeitamente estranho aos europeus, e eles mal sabiam seu nome... mas os médicos descobriram rapidamente que ele respondia às finalidades do mel, sem muitos dos seus efeitos negativos: desta forma, ele se tornou rapidamente um bem altamente estimado, e embora seu preço fosse ainda dez vezes o de hoje, seu uso prevaleceu com velocidade e seu consumo aumentou consideravelmente...*

As virtudes do melaço, antigamente vendido apenas na loja do apoticário com o nome de "Treacle", hoje tão bem conhecido do destilador quanto do cervejeiro... não se podem imaginar quantas maneiras são inventadas a cada dia para divulgar e consumir os diversos produtos úteis da plantação de açúcar: ele aparece em diversas formas em batizados, banquetes e na mesa de homens ricos; estão entre as menores de suas boas qualidades, embora forneçam prazer e decoração; e se por acaso a arte de fazê-lo fosse desencorajada a ponto de deslocar-se para a Holanda ou para a França, da mesma forma que veio de Portugal até nós, a perda seria de grandes conseqüências, não menor do que o declínio do seu comércio marítimo e diminuição de suas rendas..." (Oldmixon 1708, I:17)

Certamente, não se pode creditar o surpreendente aumento do consumo a elogios do açúcar deste tipo. Mas o açúcar tornou-se a substância predileta da coroa para fins de taxação; sua produção ligava mais estreitamente as colônias à metrópole e estimulava seu consumo de produtos metropolitanos; as rações obrigatórias de açúcar e rum na marinha da Sua Majestade davam apoio à produção colonial, ao comércio marítimo e aos negociantes; e o papel do açúcar na alimentação do homem pobre tornou-se ainda mais importante. É nesta esfera que, a meu ver, pode-se discernir a doçura do poder. Daí, tratar todo este processo como se o exercício do poder fosse irrelevante, enquanto que o gosto pelo doce poderia explicar tudo, parece-me, no melhor dos casos, um raciocínio confinado.

Diversas modestas lições parecem emergir deste exercício. A primeira é a necessidade de ser extremamente cauteloso ao tentar explicar o comportamento humano, particularmente tamanha a parte dele que pertence ao mundo do social. A segunda é o risco implícito de arrumar sua própria explicação reduzindo a variabilidade induzida pelo social a algum denominador comum biológico, real ou imaginado. Em terceiro lugar, os fatos culturais são, como disse Kroeber, fatos históricos e a melhor explicação para eles é, provavelmente, histórica. Seria um erro supor que, ao dizer isto, declara-se guerra ao funcionalismo antropológico. Mas implica, sim, que a significação das coisas é sempre, em alguma medida, função do contexto; e os contextos mudam. Antes que os ingleses dispusessem de

açúcar, este não significava nada para eles. Antes de lhe atribuírem algum significado, eles deviam dispor deste produto. Ele lhes foi fornecido por forças sobre as quais eles não tinham nenhum controle. Adquiriu significação entre eles na medida em que aprenderam a utilizá-lo e ele se tornou mais acessível; esta significação variou, em certa medida, de acordo com a posição de classe, os costumes alimentícios regionais etc. As significações que o açúcar adquiriu têm, portanto, uma história, e não eram intrínsecas à própria substância. Elas foram ajustadas a outras significações na medida em que o açúcar incorporava-se ao cardápio. Neste sentido, qualquer boa explicação histórica é simultaneamente uma explicação funcionalista, como Alexander Lesser defendeu eloqüentemente há muito tempo (Lesser 1935).

Ao formular este argumento, compreendido como um tributo à memória do Professor Duijker, tentei fazer três coisas: primeiro, queria comentar sobre a história da Antropologia americana e alguns de seus líderes, alguns dos quais são, talvez, menos familiares aos estudiosos europeus do que merecem. O conceito de cultura, tal como foi formulado e desenvolvido por Boas, Kroeber, Lesser, Benedict e Steward, permanece destacado na obra de muitos estudiosos, alguns dos quais podem nem ter consciência destes predecessores.

Em segundo lugar, embora a Antropologia americana tomasse muito tempo para se libertar de uma preocupação exclusiva com os povos não-ocidentais, ela conseguiu, e vale enfatizar isto. Aos assuntos tradicionalmente estudados pela Antropologia foi acrescentada a própria sociedade moderna, com preocupação autêntica pelos processos incomuns de mudança cultural pelos quais os povos não-ocidentais foram empurrados para a modernidade.

Minha terceira preocupação era de sugerir um caminho - a história do mercado mundial de bens e a história dos povos que tiveram que aprender a produzi-los em massa - permitindo desenvolver uma Antropologia do cotidiano. Para reunir este tema com as idéias de H.C.J. Duijker, procurei mostrar como fatores culturais e sociais, em vez de biológicos, permitem uma melhor compreensão da história do consumo de um desses bens: o açúcar. Ao

argumentar que a doçura do poder teve um papel, não quero diminuir o poder do doce, mas apontar para a significância da vida cultural em modelar nossas percepções do mundo no qual vivemos. Confessar que não entendemos completamente o social e o simbólico nos assuntos humanos não é o mesmo que concluir que não sabemos nada a respeito. Aprender a fazer melhores perguntas, sempre respeitando nossa peculiar complexidade humana, é coerente com o empenho científico do homem cuja memória honramos.

Referências

ARENSBERG, C. and KIMBALL, S. *Family and Community in Ireland.* Cambridge: Harvard University Press, 1940.

BOAS, F. *The Central Eskimos.* Sixth Annual Report of the Bureau of American Ethnology. Washington D.C.: GPO, 1883.

BOAS, F. *The Mind of the Primitive Man,* New York: MacMillan, 1938.

BURNETT, J. *Plenty and Want.* London: Thomas Nelson, 1966.

COLE, D. "The value of a personal lies in his Herzensbildung". In: Stocking, G. (ed.), *Observers observed.* Madison: University of Wisconsin Press. Pp. 13-52, 1983.

DAVIES, D. *The Case of Labourers in Husbandry.* London: G.G and J. Robinson, 1795.

DUIJKER, H. "De problematische psychologie". In: *De problematische psychologie en andere psychologische opstellen.* Amsterdam: Boom. Pp.191-220, 1979.

EMBREE, J. *Suye Mura: A Japanese Village.* Chicago: University of Chicago Press, 1939.

EVANS-PRITCHARD, E. *The Nuer.* Oxford: Oxford University Press, 1940.

FAY, C.R. *English Economic History Mainly Since 1700.* Cambridge: Cambridge University Press, 1948.

FEI, Hsiao Tung. *Peasant Life in China.* London: Kegan Paul Trench Trubner & Co.,1939.

FIRTH, R. *We the Tikopia.* New York: American Book Company, 1936.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas,* Rio de Janeiro, LTC., 1989. (*The Interpretation of Cultures.* New York: Basic Books, 1973).

GILLIN, J. "Custom and range of human response". *Character and Personality* 13 (2): 101-134, 1944.

JEROME, N. "Taste experience and the development of a dietary preference for sweet in humans: ethnic and cultural variations in early taste experience." In: Weiffenbach, J. (ed.), *Taste and Development: the genesis of sweet preference.* Fogarty International Center Proceedings, No 32. Bethseda:U.S. Dept. of Health, Education and Welfare. Pp.235-248, 1977.

KLUCKHOHN, C. and MURRAY, H. "Personality formation: the determinants." In: Kluckhohn, C. e Murray, H. (eds), *Personality in Nature, Society and Culture.* New York: Knopf. Pp.3-32, 1948.

KROEBER, A. "The superorganic". *American Anthropologist,* XIX: 162-213, 1917.

KROEBER, A. *Anthropology.* New York: Harcourt Brace,1948.

LESSER, A. "Functionalism in social anthropology." [1935] In: Mintz S. (Ed.). *History, Evolution and the Concept of Culture: The Collected Papers of Alexander Lesser.* Cambridge, Cambridge University Press, Pp.53-61, 1985.

LYND, R. and LYND, H. (eds). *Middletown.* New York: Harcourt Brace, 1929.

LYND, R. and LYND, H. *Middletown in Transition.* New York: Harcourt Brace, 1937.

MALINOWSKi, B. *Argonauts of the Western Pacific*. New York: Dutton, 1984.

MINTZ, S. W. *Suiker & Macht*. Utrecht: Veen, 1985. *Sweetness & Power*, New York, Viking Penguin, 1985.

OLDMIXON, J. *The British Empire in America*. 2 vols. London, 1708.

RADCLIFFE-BROWN, A. *The Andaman Islanders*. Cambridge: Cambridge University Press, 1922.

REDFIELD, R. *Tepoztlán*. Chicago: University of Chicago Press, 1930.

SAPIR, E. "Do we need a superorganic?" *American Anthropologist*, XIX:414-447, 1917.

SAPIR, E. *Language*. New York: Harcourt Brace, 1921.

STEWARD, J. *et al*. *The People of Puerto Rico*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.

SYMONS, D. *The Evolution of Human Sexuality*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

Era o Escravo de Plantação um Proletário?*

Sidney W. Mintz

Entre o começo do tráfico de escravos africanos levados para o Novo Mundo, pouco depois de 1500, e a abolição da escravidão nos últimos territórios das Américas onde ela perdurava legalmente (Porto Rico: 1873-76; Cuba: 1886; Brasil: 1888), provavelmente mais de nove milhões de africanos escravizados foram mandados para o oeste através do Atlântico (Curtin 1969). Essa instituição, que incluía a captura, a venda, o transporte e a exploração de escravos africanos no hemisfério ocidental, durou então quase quatrocentos anos; e era legal, durante séculos, em vastas e diferenciadas regiões das Américas. Várias potências européias envolveram-se na venda, no uso e, muitas vezes, na revenda de africanos escravizados. As práticas locais a este respeito variavam amplamente e eram normalmente sujeitas a conjuntos de leis e burocracias das metrópoles (embora estas raramente dessem a última palavra em matéria de regulamentação sobre o tratamento, manutenção e defesa dos escravizados). Portanto, tentar abarcar de forma genérica a natureza da escravidão como ela existia no Novo Mundo, ou então, seus traços comuns enquanto instituição naquele cenário, é um empreendimento arriscado e muitas vezes improfícuo. Não somente porque a escravidão demonstrava características diferentes nas colônias, variando de acordo com a potência à qual estavam subordinadas, mas também porque dentro do mesmo sistema imperial, havia freqüentemente diferenças significativas na instituição escravista de colônia a colônia. Mais ainda, época e circunstâncias afetavam profundamente a maneira como a escravidão funcionava em dados ambientes. A demografia tinha sua importância bem como o principal tipo de trabalho no qual os escravos eram empregados; o fato desses escravos terem sido 'crioulizados' – aguerridos ao regime de

* Texto apresentado num Seminário do Fernand Braudel Center da Universidade Estadual de Nova Iorque, em Binghamton, em 2 de fevereiro de 1977. Agradeço ao Professor Wallerstein pela oportunidade de expressar minhas opiniões, bem como pela escolha do tema por ele sugerido. Título original: "Was the Plantation Slave a Proletarian?". In *Review*. II, 1, p. 81-98, Summer 1978. "Era o Escravo de Plantação um Proletário?". Tradução de Caio Maciel e C. R. Dabat. In: *Revista de Geografia*. Recife. UFPE.Vol. 8 Nº1/2, p. 97-120, 1992.

escravidão ou nascidos dentro dele, aculturados às condições do Novo Mundo ou então envolvidos no significado e nas lembranças de uma vida distante – todos estes fatores e muitos outros ainda influenciavam consideravelmente a escravidão e a forma como ela era vivida.

Neste texto, tentarei limitar o âmbito geográfico da minha investigação e assim limitar também parte da variação econômica, política e cultural com a qual teria, de outro modo, que me confrontar, se tentasse tratar de todo o hemisfério. Mas não limito, deliberadamente, a extensão de tempo considerada, já que uma das minhas principais preocupações aqui é a significação dos diferentes períodos e o que estas diferenças acarretam, pois o assunto que este trabalho pretende tratar é: a relação entre os termos e as categorias "proletário" e "escravo". Claramente, algumas linhas divisórias bastante firmes hão de ser traçadas para se evitar cair em generalidades. O termo 'escravo de plantação', como pretendo utilizá-lo aqui, refere-se aos escravos enquanto bens *(chattel-slaves),* pessoas compradas ou herdadas e possuídas como propriedade, que foram utilizadas como trabalhadores rurais em grandes propriedades fundiárias, produzindo bens para mercados essencialmente europeus, entre o primeiro decênio do século XVI e o nono decênio do século XIX. Quase todos, mas, de modo algum, todos esses escravos nasceram na África ou eram descendentes (pelo menos parcialmente) de pessoas nascidas lá. Falando da região do Caribe, penso particularmente nas Grandes e Pequenas Antilhas, com a atenção voltada igualmente na direção das Guianas. Acho que não seria impossível (bem que implicando sérias dificuldades e exigindo muito mais espaço) tratar também do Brasil, partes do México e da América Central e até boa parte do sul dos Estados Unidos; propositadamente evitarei tais extensões, reconhecendo que já abarquei demais.

Não consigo limitar-me da mesma maneira no tempo, como já foi mencionado; nem posso evitar as complicações implícitas no fato de clarificar o sentido dado à "plantação". A escravidão variou de acordo com o local e a época, bem como variavam as empresas onde os escravos labutavam. As próprias plantações variavam também amplamente de acordo com as condições circundantes. Talvez seja bastante dizer que estou particularmente interessado nas plantações de

cana-de-açúcar que existiram durante os quatro séculos aqui enfocados e eram, sem dúvida, mais importantes do que qualquer outro tipo de plantação caribenha durante todo este período de quatrocentos anos.

Não vou me mostrar tão sem cerimônia em relação ao termo "proletário", mas posso colocar brevemente, pelo menos, o que entendo por ele. No primeiro volume do *Capital,* Karl Marx trata da compra e venda da força de trabalho como sendo um dos aspectos do modo de produção capitalista (Marx 1988 I:134), onde fica muito claro que um trabalhador "livre" não é por isso e automaticamente um membro do proletariado. Naturalmente, quando Marx utiliza o termo 'proletariado', ele o faz de forma estreita e especificamente ligada à ascensão do capitalismo, no qual a "*força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda como mercadoria por seu próprio possuidor.*" (Marx 1988 I:135). Naturalmente, este é o primeiro critério da força de trabalho proletária. Segundo, de acordo com o raciocínio de Marx, este vendedor de força de trabalho como mercadoria não pode vender a si próprio, ou vender sua força de trabalho *"de uma vez por todas",* pois fazendo isto, ele se transformaria em outra coisa que não um vendedor livre de seus próprios esforços. Terceiro, o vendedor há de ser obrigado a vender seu trabalho, em virtude de não ter outra coisa a vender, ou pela qual ele possa se sustentar; ele não tem escolha, a não ser vender sua força de trabalho. O fato do trabalhador livre não ter nada para vender a não ser seu esforço; o fato de que ele vê e vende este esforço como mercadoria a um possível comprador, e que ele não tem nada fora a própria força de trabalho para vender, tudo isso faz parte da definição do proletário.

"Portanto", escreve Marx, *"a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária (...) constitui a pré-história do capital,"* (Marx 1988 II:283) e *"a assim chamada acumulação primitiva, portanto, nada mais é que o processo histórico de separação entro o produtor e os meios de produção."* (Marx 1988 II:252). O que chamo então de 'proletário', de acordo com essas afirmações, é aquele ser livre e não-proprietário que vende sua própria força de trabalho enquanto

mercadoria para um capitalista comprador de mercadorias, entre elas a mercadoria força de trabalho, para empreender nova produção.

Nunca foi a única e explícita intenção de Marx, pelo que sei, de estabelecer um contraste sistemático entre escravos e proletários de forma a dotar estes termos de definições que se tornariam verdades eternas. Sua preocupação era, sobretudo, entender e revelar a natureza íntima do sistema capitalista e do modo de produção capitalista, e como esses caracterizavam a história da Europa. Consciente de que ele não poderia ignorar ou considerar irrelevantes as atividades dos europeus fora da Europa, ele notou que as diferentes formas de exploração da força de trabalho, nas diversas partes do mundo onde os europeus atuavam, eram ao mesmo tempo fruto dos acontecimentos na própria Europa e reagiam de volta em cima desses.

"A liberdade e a escravidão constituem um antagonismo. (...) Não se trata da escravidão indireta, da escravidão do proletariado, e sim da escravidão direta, da escravidão dos negros em Suriname, no Brasil ou nos Estados meridionais da América do Norte. A escravidão direta é uma pilastra do nosso industrialismo atual, como o são as máquinas, o crédito etc. Sem a escravidão, não existiria o algodão; sem o algodão não existiria a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias; as colônias criaram o comércio mundial e o comércio mundial é a condição de existência da grande indústria mecanizada. Antes do tráfico dos negros, as colônias forneciam apenas alguns produtos e não podiam, pois, mudar visivelmente a face do planeta.(...) A escravidão é uma categoria econômica." (Marx e Engels s.d. III:250)[1].

No entanto, seu interesse constante permaneceu com a Europa, o pivô daquilo que poderia ser instigado a acontecer em outros lugares, o coração pulsátil do empenho capitalista. A partir deste centro, homens, materiais e riquezas fluíam para fora, de forma a integrar no projeto central regiões, populações e recursos que, inicialmente, haviam ficado de fora e em grande parte inalterados. Assim, a expansão do capitalismo europeu implicava a assimilação aos objetivos da metrópole - isto é, metrópole européia - de sociedades e

[1] Carta de Karl Marx a P.V. Annenkov, 28 de dezembro de 1846.

povos que ainda não faziam parte do sistema capitalista. As maneiras como esta assimilação foi posta em movimento e as formas que ela adotou, variaram muito, obviamente. Elas não eram, nem podiam ser, idênticas aos processos que haviam caracterizado o crescimento econômico europeu; no entanto, era precisamente a expansão européia em si que colocava estas áreas externas dentro do âmbito do poder e da economia europeus, mesmo se as formas de sua integração distinguiam-se radicalmente daquelas familiares à própria Europa. Apesar desta preocupação dominante com a Europa, Marx entendia isto muito bem:

"A descoberta das terras do ouro e da prata na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África num cercado para a caça comercial às peles negras, assinalaram a aurora da era de produção capitalista. Estes processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva.(...)

"Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, em ordem cronológica, a saber, pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizam o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e para abreviar a transição. A violência é parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica. (...)

"Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para transformar a economia escravista dos Estados Unidos, que antes era mais ou menos patriarcal, num sistema de exploração comercial. De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal, da escravidão 'sans phrase' do Novo Mundo".(Marx 1988 I : 275, 275-76; 281).

Vemos aqui que, na opinião de Marx, a pilhagem do mundo fora da Europa contribuiu para o crescimento econômico europeu. (Apesar dos debates ardorosos sobre o quanto ela contribuiu, felizmente não temos ainda atingido este ponto de fusão cliométrica onde o mundo não-europeu aparecerá milagrosamente como tendo sido uma carga econômica para a Europa desde o início). Este crescimento afetou, por sua vez, as novas maneiras pelas quais a Europa continuou seus esforços desenvolvimentistas em outras partes. Mas apesar das citações de Marx, não está completamente claro, pelo menos para mim, como ele concebia exatamente a escravidão - e particularmente a escravidão de plantação destinada à produção de mercadorias para os mercados europeus - na sua visão do capitalismo mundial. Em outro trabalho sugeri (Mintz 1977:253-70) que o próprio Marx pode não ter ficado inteiramente satisfeito com sua compreensão de como "*a escravidão pura e simples*" enquadra-se no capitalismo – como quando ele se refere aos proprietários das plantações na América como capitalistas que "*existem enquanto anomalias num mercado mundial baseado no trabalho livre*" (Marx 1973:525) – mas não desejo levar adiante este problema interpretativo.

De fato, minha tarefa, como a entendo, deve ser de me concentrar sobre a região do Caribe, sobre o sistema de plantação que ali se desenvolveu, sobre a natureza da escravidão, enquanto principal forma de exploração da mão-de-obra durante quase quatro séculos, e sobre as relações entre a escravidão e outras formas de trabalho na mesma região. Em outros termos, não vou tentar contrapor definições de escravos e proletários numa dada época, para ver em que medida elas são similares ou diferentes. Tal empreendimento poderia ser útil dentro de estreitos limites; mas eu gostaria mais exatamente de concentrar-me sobre a natureza da escravidão em certas instâncias históricas específicas, de maneira a dar uma certa idéia de suas características e variações, contra as quais as noções de proletariado ou proletários poderiam ser então delineadas.

Num recente ensaio (Mintz 1977), coloquei uma hipótese de porque a escravidão se revelou uma solução tão apropriada para o problema da mão-de-obra na região do Caribe, começando já no início do século XVI e desaparecendo completamente apenas no fim de século XIX. Não é necessário repetir esse argumento, mas preciso colocar aqui alguns elementos, de passagem, para avançar na minha apresentação mais ampla. Primeiro, a história da escravidão no Caribe foi habitualmente marcada pela presença constante de outras formas de exploração da mão-de-obra, freqüentemente na mesma indústria e até nas mesmas empresas. Isto é, apenas em alguns períodos e em algumas colônias, a escravidão funcionou, de fato, como única forma de relação terra/força de trabalho nas plantações. Segundo, as outras formas de exploração da mão-de-obra que acompanharam a escravidão parecem ter, todas elas, incluído diversos graus de coerção, embora, na maioria desses casos, os próprios trabalhadores fossem "livres" de acordo com a definição convencional.

Para o presente propósito esquematizei a história da plantação e da escravidão no Caribe como sendo dividida em cinco períodos:

a) as primeiras plantações de cana-de-açúcar hispânicas no Caribe, localizadas nas Grandes Antilhas, 1500-1580, empregando aborígines escravizados e africanos escravizados importados;

b) as primeiras plantações de cana-de-açúcar britânicas e francesas no Caríbe, localizadas nas Pequenas Antilhas, 1640-1670, empregando aborígines escravizados, trabalhadores europeus sob contrato e africanos escravizados;

c) plantações britânicas e francesas exclusivamente baseadas na mão-de-obra africana escravizada, no seu apogeu na Jamaica inglesa (pós 1655) e São Domingos francês (pós 1697);

d) uma nova etapa nas plantações de cana-de-açúcar hispânicas, outra vez nas Grandes Antilhas (desta vez só em Cuba e Porto Rico), 1770-1870, baseada em mão-de-obra escravizada, 'contratada' e forçada;

e) plantações baseadas em mão-de-obra livre e "contratada", sucessivamente, através das colônias açucareiras após a emancipação dos escravos (pós 1838 para as colônias britânicas; pós 1848 para as colônias francesas; pós 1876 para Porto Rico; pós 1886 para Cuba etc...).

Esse esquema em cinco partes deveria ser prolongado até os dias atuais com a adjunção de pelo menos duas outras etapas (a emergência de um proletariado rural "autêntico", e depois sua eliminação pela mecanização progressiva); e, naturalmente, teria que elaborar e detalhar muito mais esse esquema. Sua principal utilidade aqui, na minha opinião, como propus na resenha da obra de Wallerstein *Modern World System* (Mintz 1977), é indicar como, na prática, as formas de trabalho não-escravistas estavam, na prática, geralmente combinadas com a própria escravidão.

Essas diversas formas de exploração da mão-de-obra, que existiam, na maioria dos casos, de modo combinado na história do Caribe, *não* eram permutáveis, pois cada uma representava uma resposta diferente às necessidades de mão-de-obra; da mesma maneira, não era acidental, nem à toa, que elas apareciam habitualmente de forma combinada, respondendo às necessidades de mão-de-obra que não poderiam ser satisfeitas de modo mais conveniente ou lucrativo utilizando exclusivamente uma ou outra forma. Padgug argumentou com eloqüência contra a noção de que tais formas eram livremente permutáveis, embora sejam, concede ele, possivelmente, substituíveis em certo grau.

"Não pode existir dúvida acerca do fato de que esta visão é, até certo ponto, correta. Os sistemas americanos pós-emancipação, por exemplo, eram deveras capazes de converter-se em outros sistemas de uso da mão-de-obra sem perder sua posição nos mercados mundiais. Mas o fato deles poderem fazer isso não constituía, contudo, uma função da absoluta permutabilidade dos sistemas de uso da mão-de-obra, mas antes um efeito da dominação do capitalismo no mundo, uma dominação que criava e mantinha em funcionamento um sistema maior de produção e intercâmbio de mercadorias e que podia converter para seu próprio uso vários sistemas de utilização da mão-de-obra mais primitivos, que, de

outra forma, seriam incapazes de manter, por conta própria, um sistema mercantil (...).

"Paradoxalmente, a aparente permutabilidade dos sistemas de uso da mão-de-obra, em dados momentos históricos, existe, então, apenas por causa da natureza particular do tipo de força de trabalho dominante, um tipo que, em termos de dominância, não é, de modo algum, permutável com outros tipos. Que as coisas sejam assim não deveria ser surpreendente. Pois a escravidão, como outros modos de produção, tem determinadas características e determinados efeitos que a diferenciam de todos os demais modos de produção. No que toca aos pontos onde precisamente essas características e esses efeitos dominam a formação sócio-econômica como um todo, ou são determinantes para seu funcionamento (como, por exemplo, no período em que a escravidão nas Américas demonstrou ser o único sistema capaz de fornecer mão-de-obra em quantidades suficientes para permitir que as colônias fossem ligadas ao mundo), ela não é, de modo algum, permutável com outros modos. É verdade que Marx tende, às vezes, a englobar a escravidão e a servidão como se fossem permutáveis, mas isso só acontece quando colocadas em relação ao trabalho assalariado e tem apenas como propósito demonstrar as grandes diferenças existentes entre todas as relações de trabalho pré-capitalistas e a relação capitalista." (Padgug 1976:24-25).[2]

---

[2] O uso que Padgug faz do termo 'pré-capitalista', sob o qual ele coloca a escravidão e "*outras formações pré-capitalistas... a divisão real sendo a que existe entre o capitalismo e todas as formações socio-econômicas anteriores*", pode ser seriamente questionada por várias razões. Como Tomich o indica em *Prelude to Emancipation: Sugar and Slavery in Martinique 1830-1848* (1976a) e em "Some Further Reflections on Class and Class-conflict in the World Economy" (1976b), a escravidão de plantação no Novo Mundo não era, em sentido algum, 'pré-capitalista', mas muito especificamente um produto do capitalismo em evolução.

"*A escravidão dos negros – que é, fora disso, incompatível com o desenvolvimento da sociedade burguesa e desaparece com ela – pressupõe o assalariado, e se outros estados com trabalho assalariado não existissem ao lado, se os estados negros fossem isolados, então todas as outras condições sociais voltariam imediatamente a formas pré-civilizadas*' (Marx 1973:224). É importante estabelecer uma distinção analítica entre diferentes etapas abstratas na história do capitalismo, bem como explorar as diferenças entre o chamado capital mercantil e capital industrial. Mas disso não decorre automaticamente que a escravidão seja contérmino com uma etapa só no desenvolvimento mundial do capitalismo e certamente não decorre automaticamente que ela seja pré-

Naturalmente, a história das plantações do Caribe não apresenta uma ruptura clara entre um modo de produção escravista e um modo de produção capitalista, mas alguma coisa bastante diferente. A sucessão de misturas variadas de diferentes formas de exploração da mão-de-obra, em dados casos, revela claramente como os sistemas de plantação de diversas sociedades do Caribe desenvolveram-se como partes do capitalismo mundial, cada caso específico indicando como meios diversos foram utilizados para fornecer uma mão-de-obra adequada, alguns com êxito, outros não, mas todos dentro de uma divisão internacional do trabalho transformada pelo capitalismo, e para satisfazer um mercado internacional criado pelo mesmo sistema capitalista.

A divisão em cinco períodos que propus para a história da mão-de-obra nas plantações do Caribe é bastante arbitrária e imperfeita, a não ser pelo fato de que ela pode ser atestada por estipulações *legislativas* (ou seja, políticas e documentáveis) a respeito de leis que tinham como *propósito* regulamentar o emprego e o tratamento dos trabalhadores das várias categorias. No entanto, ela pode pelo menos sugerir, de certo modo, a progressão de formas de exploração da força de trabalho, ou mais precisamente, a progressão nas misturas de exploração da força de trabalho em certos casos selecionados. Operamos aqui um vai-e-vem entre algumas situações históricas específicas, mais ou menos descritíveis em termos de um modo de produção dominante, e certos modos de produção subsidiários, complementares ou subordinados, mas também interdependentes, de um lado, e do outro lado, uma caracterização abstrata, a-histórica, útil para nos ajudar a entendermos melhor todos os aspectos de um caso concreto e particular. Para meu presente objetivo, é bastante defender esta afirmação com uma rápida comparação entre dois casos diferentes.

---

capitalista por natureza. Pelo fato de que os marxistas abordam o estudo histórico do capitalismo de uma perspectiva evolucionista, é compreensível (no entanto errado, eu argumentaria) que eles confundam, às vezes, formações sociais não-capitalistas com pré-capitalistas). O próprio Marx parece ter entendido essa diferença cedo. O título do livro de Hindness e Hirst, *Modos de produção Pré-capitalistas* (1976) apresenta o mesmo erro.

Cuba e Porto Rico, ambos colônias espanholas, iniciaram períodos de expansão renovada e rápida da plantação com alguns decênios de intervalo. Em Cuba, a ocupação inglesa de Havana por quase um ano inteiro (1762-63) marcou a abertura de uma nova época; em Porto Rico, embora premissas de novos acontecimentos antedatem o evento, as "reformas" de 1809 marcaram o momento crítico. Em Porto Rico, o agente instigador era legislativo, não militar; mas o processo legislativo foi forçado por pressões econômicas mais amplas, imediatamente após a queda de todo o domínio espanhol sobre as terras continentais latino-americanas e pouco depois que a Revolução do Haiti havia destruído a colônia açucareira que mais produzia no mundo. Em Cuba, os britânicos colocaram muitas forças econômicas e políticas locais em movimento pelo fato da sua invasão. (Fraginals 1964:5 ss). Cuba, que era mais de dez vezes maior do que Porto Rico, mais rico e mais povoado, e que tinha muito mais influência na metrópole, tentou resolver seu problema de mão-de-obra para as plantações com mais africanos escravizados, e os níveis das importações, nos decênios posteriores a 1762, foram terrivelmente elevados. Mesmo depois da assinatura pela Espanha de um acordo com a Grã Bretanha para não importar mais escravos nas suas possessões do Novo Mundo, as importações continuaram bem além de meados do século XIX.

Todavia, a mão-de-obra constituída pelos africanos escravizados nunca foi suficiente para os plantadores cubanos daquela época. Para aumentar mais ainda o abastecimento em mão-de-obra, eles arrancaram da coroa o direito de importar trabalhadores chineses contratados; e importaram, de fato, durante um período que se prolonga por mais de meio século, do auge do sistema de plantação até bem depois da emancipação, talvez até 135.000 chineses. Esses trabalhadores "contratados" não eram escravos, nem podiam ser considerados como inteiramente "livres", embora fossem certamente livres (enquanto oposto a escravizados) pelas normas convencionais da época. Parece-me fundada a asserção de Knight de que *"o uso da mão-de-obra chinesa em Cuba no século XIX era escravidão em todos os aspectos sociais exceto no nome."*(Knight 1979:119). Mas o estatuto destes trabalhadores não era herdado; não existiam tratados

internacionais contra sua importação; e seus papéis nas plantações não eram exatamente os dos escravos (Helly). Aimes mostra que as grandes plantações da metade do século XIX tinham um abastecimento misto em mão-de-obra, composto de trabalhadores chineses sob contrato e escravos africanos (Aimes 1907:212-3). *"Nenhum dos engenhos gigantes possuía efetivos inteiramente compostos de negros"*, escreve ele. A adição gradual de trabalhadores chineses sob contrato à mão-de-obra escrava desempenhou um papel particular na 'transição fácil' – para usar o eufemismo mais comum para descrever este processo no Caribe – da escravidão à liberdade. *"As indústrias de Cuba"*, escreve Aimes, *"estavam numa etapa evolucionária entre a mão-de-obra escrava e a mão-de-obra livre, e os grandes engenhos tomavam a dianteira nesta mudança. Sua primeira contribuição consistiu na economia da mão-de-obra efetuada através de uma melhor organização e melhor maquinaria; a segunda contribuição foi substituir a metade dos escravos por culis."* (Aimes 1907:213). Não vou tentar detalhar aqui a explicação desse processo particular de modernização; basta dizer que o que aconteceu em Cuba foi, de um lado, condizente com a substituição universal de trabalho escravo por mão-de-obra livre no século XIX e, do outro lado, clara e singularmente cubano em certos aspectos.

Porto Rico, a ilha menor, mais pobre e de menor influência, entrando um pouco mais tarde na renovada expansão da indústria açucareira, não teve sorte nos seus esforços para influenciar a coroa espanhola a permitir a importação de mão-de-obra asiática sob contrato. Ele dispunha, contudo, de outra fonte potencial de mão-de-obra que conseguiu introduzir através da "chicana" legislativa. As "reformas" de Don Ramón Power y Giralt, obtidas nas Côrtes em 1809, tornaram possível para o governo de Porto Rico forçar ao trabalho os portorriquenhos nascidos livres nas plantações, mas sem terra, com o elegante pretexto de que, já que eles não possuíam terra, eram "vagabundos" (Mintz 1951, 1959 e 1974). Essas medidas dobraram aproximadamente a força de trabalho disponível nas plantações; e, embora a indústria açucareira de Porto Rico no século XIX fosse muito modesta comparada à de Cuba, na realidade seus trabalhadores crioulos alistados tiveram um papel bastante análogo ao que os chineses desempenharam em Cuba.

Nesses dois casos, vemos logo a significação, de um lado, da regra particular e específica e, do outro, da regra geral que cada caso fundamenta. Essa regra reza que as formas de exploração da mão-de-obra nas plantações de Caribe não eram permutáveis e que a escravidão raramente ocorria de maneira absolutamente pura. Defendo a opinião de que esse tipo de descoberta traz alguma luz sobre a questão geral de saber se as categorias de "escravo" e "proletário" podem ser vistas como iguais, similares ou melhor entendidas apenas por contraste. Pretendo dissertar mais amplamente sobre esse ponto em outra publicação, de maneira que não preciso aprofundar adiante esse assunto aqui. Voltando rapidamente aos meus "estágios", vou sugerir algo do caráter distinto de cada um.

Os primeiros desenvolvimentos da indústria açucareira nas Grandes Antilhas hispânicas incluíram cedo a importação de africanos escravizados, que foram utilizados como trabalhadores nas plantações, ao lado dos ameríndios escravizados. Esses desdobramentos não comportavam implicações significativas a longo prazo para o mercado europeu do açúcar; na verdade, as primeiras plantações dessa época desapareceram, em certos casos, e a maior parte delas exportou quantidades de açúcar minguantes a partir da segunda metade do século XVI. Embora nos faltem detalhes precisos, parece que os usos da mão-de-obra dos africanos e ameríndios escravizados nas primeiras propriedades eram, de fato, bastante diferentes. Os ameríndios eram supostamente 'encomendados', um estatuto vagamente parecido com a enfeudação e baseado em prática européia como fonte de estatuto legal. Em contraste, os africanos escravizados eram, sabida e reconhecidamente, escravos, sujeitos a conceitos legais e leis diferentes. Há de convir que as prescrições legais constituem uma indicação fraca quanto aos comportamentos reais; todavia, é um fato que esse primeiro período da história da plantação do Caribe parece não ter sido caracterizado por uma legislação escravista uniforme para sua mão-de-obra.

O crescimento de plantações mais modernas nas Pequenas Antilhas, à iniciativa de britânicos e franceses, incluiu, primeiro, o uso de europeus sob contrato ('indentured servants' ou 'engagés') e, mais

tarde, a importação de números sempre maiores de africanos escravizados. (Havia, igualmente, alguns ameríndios escravizados utilizados como mão-de-obra nessas plantações). Mais uma vez, encontramos uma mistura de formas de exploração da mão-de-obra sujeita a vários usos e interpretações. Somente a partir da segunda metade do século XVII, a mão-de-obra constituída por escravos africanos começa a prevalecer; em seguida, a mão-de-obra dos trabalhadores contratados europeus tem um papel cada vez menor nas Pequenas Antilhas.

Apenas no terceiro período, quando as plantações em grande escala foram completamente desenvolvidas na Jamaica e na parte francesa de São Domingos – ou seja, no auge do sistema baseado na escravidão no século XVIII – a mão-de-obra chegou a ser exclusivamente composta de africanos escravizados, pelo menos nessas duas colônias. É preciso ressaltar que em nenhum desses casos tal situação perdurou por muito tempo. A Jamaica foi, novamente, desenvolvida como colônia de plantação pelos ingleses após a invasão de 1655 e tornou-se de significativa importância apenas no decorrer do século XVIII. Contudo, no primeiro decênio do século XIX, a indústria açucareira jamaicana conheceu algumas dificuldades, e a emancipação ocorreu em 1834-38. São Domingos foi desenvolvida pelos franceses enquanto colônia de plantação antes mesmo que a terceira parte ocidental da ilha de *Española* lhes fosse concedida em 1697, mas o sistema de plantação não atingiu seu auge antes do século XVIII. E, no oitavo decênio deste século, a Revolução estava prestes a explodir nessa colônia. Em outras palavras, a época de 'escravidão pura' nessas duas colônias, as mais lucrativas em toda a história européia, durou, em ambos os casos, menos de um século.

No quarto período, Cuba e Porto Rico desenvolveram indústrias açucareiras renovadas na base do trabalho escravo e trabalho forçado; já mencionei esses casos, portanto, não é preciso acrescentar mais nada aqui, a não ser sublinhar o caráter misto do sistema de exploração da mão-de-obra.

Finalmente, podemos falar um pouco a respeito do período "de transição" que se seguiu a emancipação formal. No caso de Cuba,

como já vimos, os trabalhadores chineses sob contrato "facilitaram a transição" para a liberdade. Mas, em muitos outros casos, foi necessário destruir o poder de barganha dos recém-libertos, de forma a aproximar-se de condições de coerção que fossem suficientemente contínuas com a escravidão, para tornar o sistema de plantação vantajoso para aqueles que o apoiavam. Em conseqüência, no Caribe, o período seguinte à instauração da liberdade formal foi, em muitos casos, marcado por chicana, intimidações e coerção legal, lembrando, nos seus propósitos, o Sul dos Estados Unidos pós-guerra civil, mas sem nunca demonstrar o terrorismo racista específico que o caracterizou. Os impostos cobrados dos homens libertados na Jamaica; as tramóias utilizadas para facilitar a importação de trabalhadores indianos sob contrato nesse país; os artifícios legislativos desenvolvidos para manter a terra fora do alcance dos homens libertos da Guiana; os chamados "sistemas de aprendizagem" utilizados para imobilizar a mão-de-obra ostensivamente, enquanto os trabalhadores *aprendiam a ser livres*; a importação de javaneses para Suriname: verdadeiramente, a lista das "soluções" diversas para o "problema da mão-de-obra" típico do período pós-emancipação no Caribe desafia a imaginação e paralisa o senso ético e de honestidade moral do leitor. Realmente, é apenas nos últimos decênios do século XIX e, em certos casos mesmo mais tarde, que podemos observar o declínio dos instrumentos legais ou outros que limitavam, de uma forma ou outra, a completa liberdade de movimento dos trabalhadores e a venda completamente livre de sua força de trabalho como mercadoria. Pode-se argumentar, por conseguinte, que apenas quando tal ponto é alcançado, torna-se possível falar de "verdadeiros proletários"; mas prefiro pospor essa asserção e o que ela implica.

Em lugar disto, por enquanto, prefiro voltar a um tema um pouco diferente que tem a ver com força de trabalho escrava e sua significação para a demonstração que estou tentando expor. Já sugeri que, como os proletários, os escravos estão separados dos meios de produção; mas, naturalmente, não é que eles não possuam outras coisas para vender a não ser sua força de trabalho. Antes, *eles mesmos* são mercadorias, sua força de trabalho não é, na maioria das ocasiões, uma mercadoria na economia escravista, mas os produtos do seu

trabalho são mercadorias na maioria dos casos; eles mesmos parecem constituir uma forma de capital, apesar do fato de serem seres humanos.

O custo da mão-de-obra, nessas condições "*...aparece como sendo uma série de investimentos em capital fixo... Ademais, já que o plantador tem que arcar com os custos de reprodução do escravo, todo o trabalho do dito escravo aparece como sobre-trabalho não pago em benefício do senhor.*[3] *O conjunto da produção do escravo é propriedade do senhor. Contudo, se a atividade produtiva do escravo for examinada, aparece que parte do seu trabalho produz o valor necessário para sua subsistência e a outra parte produz um excedente. A produção deste excedente é a base da economia escravista, mas o valor do trabalho e a distinção entre trabalho necessário e excedente está escondida pela relação de propriedade na sociedade escravista.* (Tomich 1976 a:149-1).

Os escravos são diferentes dos proletários não somente na medida em que eles aparecem como uma forma de capital enquanto seu trabalho não é uma mercadoria, mas também porque eles não ganham salários, recebendo unicamente, em vez disso, aquela porção de sua força de trabalho que tem a forma do trabalho necessário, como é chamado. Conseqüentemente, poder-se-ia afirmar que eles estão excluídos do sistema de mercadorias dentro do qual eles produzem; eles não podem gerar uma demanda interna; e eles não constituem um mercado consumidor.

[3] Rod Aya, criticando a análise da escravidão in *Modos de Produção Pré-capitalistas de* Hindess e Hirst, mostra o quanto eles compreenderam mal a posição de Marx (1976). Hindess e Hirst argumentam: "*Para o escravo, todo trabalho é trabalho excedente*" (1976:157). Mas nem essa afirmação é verdadeira, nem Marx jamais a defendeu. Na verdade, ele é muito explícito: "*A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e sobre-trabalho, em trabalho pago e trabalho não-pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corvéia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não-pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o sobre-trabalho ou trabalho não-pago, aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui, a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado.*" (Marx 1988 II:124).

Tudo isto é muito satisfatório no sentido de podermos começar a caracterizar o modo de produção escravista. Tudo o que temos a fazer, todavia, é nos desvencilharmos de tais postulados até as realidades da vida cotidiana dos escravos nas plantações do Caribe. Desse modo, nossa compreensão do sistema escravista torna-se inevitavelmente mais complicada, mesmo quando ela ganha em nuanças. O custo do trabalho escravo parece, como Tomich o sublinha, "*uma série de investimentos em capital fixo (casa, comida, roupas etc...) enquanto todo o trabalho do escravo aparece como sobre-trabalho não pago em benefício do senhor*". (Tomich 1976 a:149-1). O sustento do escravo durante o período de sua vida em que ele é efetivamente produtivo (e naturalmente muitas vezes após isto) constitui um custo bastante diferente daquele representado pelo desembolso original - o preço de compra - pelo qual seu proprietário adquire o acesso exclusivo a sua força de trabalho.

O que não é calculado como parte do sustento é o custo da coerção que, na minha opinião, merece menção, não só porque era uma parte importante da realidade da vida dos escravos, mas também porque isso engrena, de forma particular, com o problema do sustento. Tenderia a argumentar que esses dois tipos de despesas habituais, sustento de um lado e coerção do outro, podem anular um ao outro, como aconteceu em certas circunstâncias. A longo prazo, o custo principal para manter um escravo era, ao meu ver, a alimentação. Nos códigos regentes da escravidão no Caribe, a alimentação dos escravos ocupava normalmente uma posição de destaque, sendo freqüentemente especificados os tipos e as quantidades de alimentos que deveriam ser distribuídos aos escravos. De fato, o abastecimento em alimentos adequados era uma das principais preocupações dos sistemas escravistas do Caribe, e não precisamos considerar o altruísmo como explicação. Na sua monografia sobre os escravos fugitivos em São Domingos, Debbasch argumenta que uma alimentação inadequada era provavelmente a principal causa de fuga dos escravos das plantações (Debbasch 1961, 1962). No entanto, notamos imediatamente algumas contradições. A importação de alimentos era sempre cara. Os sistemas escravistas (parece que por natureza) tendiam a eliminar a produção local de

mercadorias, a não ser aquelas (açúcar, café, índigo ou outra qualquer) produzidas nas plantações para a exportação. Ademais, os sistemas de plantação também tendiam a eliminar os pequenos produtores que trabalhavam em escala reduzida, como aconteceu inúmeras vezes nas Pequenas Antilhas, enquanto a cana-de-açúcar e a escravidão cresciam.

Em muitos casos, os plantadores, frente a essas contradições, tentavam resolvê-las usando a própria mão-de-obra escrava para produzir sua alimentação. Como tratei longamente desse assunto em outros trabalhos (Mintz 1964, 1974), não pretendo alongar-me sobre ele aqui; mas, incidentalmente, alguns pontos podem ser úteis. Primeiro, é notável que as economias escravistas, direta e indiretamente, estimulavam a troca de plantas alimentícias entre o Velho e o Novo Mundos. O caso particular mais famoso, mas não o único, foi a indicação, pela Assembléia da Jamaica, do Capitão Bligh para trazer a fruta-pão da Oceania para aquela ilha. Apesar do fato de que um motim fez fracassar sua primeira tentativa, Bligh teve êxito na segunda e a fruta-pão tornou-se uma fonte importante de nutrientes para o sustento dos escravos. Segundo, merece atenção, de passagem, o fato de que ambas, a agricultura e a culinária da região caribenha contemporânea ilustram como se fundiram numerosas e grandes tradições: entre elas as africana, asiática, européia e ameríndia; essa imagem contemporânea já existe, de fato, há vários séculos na sua maior parte e constitui um subproduto da história econômica e demográfica da região caribenha. Terceiro, é preciso enfatizar que boa parte do sustento dos escravos era, de fato, produzida pelos próprios escravos e que, em muitos casos, eles também produziam uma boa parte dos produtos consumidos pelas populações livres das sociedades de plantação. Quero me deter um pouco mais nesses dois últimos pontos.

Obrigando ou autorizando os escravos a plantar culturas de subsistência, os plantadores tinham que avaliar o valor da terra ocupada pela cana-de-açúcar contra seu valor quando ocupada com culturas alimentícias. Normalmente, os terrenos de encostas e áreas mais pobres estavam sendo utilizados para as culturas de subsistência, exceto naquelas ilhas tão pobres ou secas que não se podia dispor de

terra para tais culturas. Era igualmente necessário para os plantadores ponderarem a força de trabalho dos escravos utilizada nas plantações contra seu desempenho, se usada nas culturas de subsistência. Mais uma vez, a solução era, quando possível, utilizar os muito jovens e muito velhos, tanto quanto os adultos fisicamente capazes, e confinar essas tarefas aos períodos em que a demanda de trabalho nos canaviais era menor. Para balancear o uso da mão-de-obra, uma solução comum era deixar aos escravos os domingos mais a metade de um outro dia, pelo menos durante a chamada "estação morta", para a produção de alimentos. No entanto, mesmo essa combinação continha elementos contraditórios.

Esses comportavam até um lado cômico, como o sugerem os argumentos de Sir Edward Long, uma figura a favor da escravidão, tão eloqüente quanto virulenta, na sua *História da Jamaica*, em dois volumes. A lealdade de Long era, às vezes, confundida pelas circunstâncias da mão-de-obra escrava na Jamaica, onde os escravos tinham, nessa época, todos os domingos e a metade de um outro dia da semana de folga para trabalharem suas parcelas dedicadas às culturas de subsistência, e irem ao mercado. Os escravos dos cristãos tinham 86 dias por ano de dispensa de trabalho (fora os casos de necessidade muito urgente), inclusive todos os domingos e normalmente a metade dos sábados. Os escravos dos judeus, entretanto, dispunham de 111 dias de folga por ano, porque os judeus celebravam mais dias santos do que os cristãos.

Long calculou que esses dias não só melhoravam o moral dos escravos, como também aumentavam significativamente sua capacidade para acumular capital para si mesmos. Mas ele reconheceu que poucos cristãos eram cristãos o bastante para dar aos seus escravos dois dias de folga por semana. Ao mesmo tempo, já que as feiras deviam ser realizadas aos domingos, o único dia em que a maioria dos escravos estava completamente de folga, a maior parte das transações das feiras era abarcada pelos negociantes judeus que podiam trabalhar aos domingos, diferentemente dos comerciantes cristãos. Para que os lojistas cristãos pudessem competir com os judeus, na busca da freguesia dos escravos, o dia de mercado deveria ser mudado para

outro dia que não fosse o domingo. Mas isto teria significado uma perda considerável de mão-de-obra para os escravistas cristãos. Long defende a opinião segundo a qual se deveria acrescentar a quinta-feira como dia de folga, além do domingo, tanto para melhorar o moral dos escravos quanto para permitir aos varejistas cristãos um melhor acesso ao poder de compra dos escravos. Ele até sublinha o valor potencial da educação religiosa para os escravos, no domingo, citando outro escritor: *"Naquele dia deveria ser realizado algum esforço para ensinar-lhes, na medida de suas capacidades, particularmente às crianças, alguns princípios de religião e virtude – especialmente a humildade, submissão e honestidade que convêm a sua condição."* (Long 1774, I:491-92). Mas Long não parece muito convencido dessa proposta; talvez ele conhecesse seus cristãos bem demais. A eliminação das feiras dominicais só aconteceu em 1838, com a emancipação total.

Apesar do fato de que devia certamente ter algum elemento de compulsão no início desta forma de trabalho, em que os escravos dedicavam um dia e meio por semana ao cultivo de suas próprias parcelas para culturas de subsistência, observamos, todavia, bastante cedo na história de ambas, Jamaica e São Domingos (os casos para os quais as informações parecem ser mais ricas), que essa instituição tornou-se rapidamente uma das preferidas dos próprios escravos. Na minha opinião, essa evolução tem grande importância. Ela revela, simultaneamente, toda uma série de contradições e inconsistências que são implícitas, ao meu ver, no modo de produção escravista e aponta para algumas reservas que sinto a respeito do conceito em si. Deixem-me tentar enumerar alguns aspectos dessa contradição ou inconsistência.

Primeiro, o desenvolvimento da produção de alimentos fora do regime escravista ia de encontro a toda a concepção de como o modo de produção escravista deveria supostamente operar. Isso significa, sobretudo, que os escravos eram capazes de trabalhar sem supervisão. Segundo, isso tornava possível (e eu acredito que era a única circunstância no quadro da plantação em que isso se verificava) para os escravos trabalharem em grupos de acordo com sua própria preferência, normalmente grupos familiares, de acordo com as

descrições disponíveis. Terceiro, permitia aos escravos fazer planos – o que eles iriam plantar e quanto – o que não só nutria seu próprio senso de autonomia, mas também deve ter permitido uma demonstração, dentro do próprio grupo de escravos, de certa diferenciação individual, uma diferenciação que não dependia do capricho do senhor. Quarto – e isto aparece também nas fontes, particularmente nos relatos dos viajantes – tal fato dramatizava a natureza do regime escravista e a humanidade dos escravos, para qualquer pessoa dotada de inteligência suficiente para inferir. Surpreendia os plantadores que essas pessoas (os escravos) aparentemente tão apáticas, estúpidas e atoleimadas, incapazes das mais simples operações no corte da cana, poderiam revelar-se vivas, inteligentes e até mesmo felizes quando trabalhavam nos seus próprios lotes. Mas os estrangeiros – viajantes – não tinham a menor dificuldade em entender qual era a diferença. Além do que, o fato de as culturas de subsistência serem realizadas pelos escravos tinha conseqüências de maior porte. Tanto na Jamaica quanto no Haiti e em praticamente todas as sociedades antilhanas onde tal prática existiu, ela levou a uma produção que não era destinada ao uso direto. Naturalmente, ela levou à produção de alimentos além da quantia que os próprios produtores poderiam consumir. Desse modo, os escravos foram capazes de transformar o que havia começado como uma forma coercitiva, numa outra coisa: quando um escravo vendia parte de sua própria produção, isso significava uma "brecha radical" no modo de produção escravista.[4] O conceito de modo depende, como no caso do modo capitalista, da separação do trabalhador dos meios de produção.

[4] A expressão é aparentemente devida a T. Lepkowski e aparece no seu *Haiti* (1963). Foi também utilizada por Ciro F.S. Cardoso no seu interessante trabalho "A brecha no sistema escravista" (1977). Mas a idéia de que os escravos do Caribe não deveriam sofrer o confinamento terminológico ao qual alguns estudiosos os têm consignado, é mais antiga: muito antes do século XX, observadores notaram que escravos e fugitivos haviam feito muito para alterar a natureźa da própria escravidão e produzir uma realidade que os senhores não haviam nem tencionado nem previsto. Tratei desse assunto mais completamente em *Caribbean Transformation* (1974); "Toward an Afro-Armerican History" (1971) e com Richard Price in "An Anthropological Approach to the Afro-American Past: a Caribbean Perspective" (1976). Nem Cardoso nem Lepkowski, contudo, encaram essas "brechas" no sistema escravista como requerendo qualquer revisão do conceito de modo de produção escravista. Eu fico um pouco incerto.

Quando o escravo produz alimentos para si e sua família, ele acrescenta uma produção para uso direto ao panorama econômico de sua posição estrutural. E quando ele acrescenta a venda de seu próprio produto, ele acrescenta ainda um outro – algo contrário – elemento à realidade da escravidão antilhana. Quando ele compra, com o dinheiro que ele ganha vendendo seus produtos, ele acrescenta mais um elemento de tipo contraditório. E quando – como era o caso nessas sociedades – ele abastece as classes livres dentro da sociedade escravista, isso acrescenta ainda outro tal elemento.[5]

Pode-se dizer, em resposta, que, embora esse caso complique nossa compreensão, ele não afeta a natureza do modo de produção ou nossos meios para conceituá-lo. Acho, entretanto, que devemos tentar especificar o que está acontecendo aqui. Moreau St Méry, um dos mais cuidadosos observadores de São Domingos antes da Revolução, nos diz, num belo trecho, que 15.000 escravos vinham todos os domingos para comprar e vender na feira de Clugny, em Cabo Francês (hoje Cabo Haitiano), nos anos imediatamente anteriores à Revolução (Saint Méry 1958 I:433). Novamente na Jamaica, sabemos que a primeira feira foi estabelecida em 1662, apenas sete anos após a conquista da ilha pelos britânicos, e foi seguida por centenas de outras. Edward Long nos diz que, no final do século XVIII, 20% da moeda metálica na Jamaica estavam, na época, em mãos de escravos que vendiam uns aos outros, a seus senhores, à população livre das

[5] Que um modo de produção seja dominante sobre outros modos dentro da mesma formação social; que a coexistência de tais modos deva ser inteiramente esperada e que o conceito de modo de produção não deva ser tencionado nem esperado como sendo idêntico a qualquer realidade concreta particular, são asserções, acredito, geralmente aceitas pelos estudiosos marxistas. Mas não me parece ser muito útil tratar exemplos históricos particulares como irrelevantes para nossa compreensão daquilo que compõe e representa o tipo ideal de modo de produção. Nem acho útil procurar explicar enquanto fenômenos "de transição", o que poderia ser erroneamente percebido como exceções, irregularidades ou exemplos singulares. Essa parte da argumentação refere-se, de um lado, às posturas antigas de descrever casos históricos concretos como exemplos de estágios "feudais" ou "escravistas" da evolução sem ligação com os acontecimentos em outras partes do mundo capitalista e, de outro lado, à ignorância desses casos particulares concretos que nos permitem apreender precisamente o que o termo "contradição" significa para compreender melhor como as formações sociais e seus correspondentes modos de produção mudam com o tempo.

cidades, e – um fato que seria engraçado se não fosse tão trágico – às guarnições de soldados britânicos que estavam destacadas na Jamaica para controlar os escravos.

Agora, se deixarmos de lado a significação das culturas de subsistência e sua comercialização para qualquer teoria elegante sobre modos de produção, considerando-os unicamente em termos de sua significação cotidiana, acho que chegamos a pelo menos três pontos: primeiro, essa instituição coloca em dúvida qualquer formulação econômica que se baseie unicamente na produção de mercadorias para interpretar a sociedade escravista antilhana. Segundo, isso levanta questões sobre qualquer definição ou explicação monolítica daquilo que constitui resistência. A maneira como tenho tratado desse assunto antes - e pode-se pensar em outros exemplos - a cozinheira da família do senhor, essa fiel senhora que preparava as três refeições diárias, algumas vezes colocava vidro moído na comida do jantar. Mas ela precisara tornar-se cozinheira antes que essa opção lhe fosse acessível. O que quero dizer, naturalmente, é que, deixando as considerações ideológicas de lado, o conceito de resistência é realmente muito complicado. Terceiro, as instituições de produção agrícola e comercialização pelos escravos podem ajudar a jogar luz sobre as seqüências históricas que vão da escravidão a outras formas de exploração da mão-de-obra, embora acredito que nem a pesquisa, nem o esforço intelectual necessários para revelar a total significação dessas instituições tenham sido realizados até agora. "*Na história humana há qualquer coisa semelhante à retribuição*", escreveu Marx, "*e uma das regras da retribuição histórica é que o seu instrumento seja forjado, não pelo ofendido, mas pelo próprio ofensor.*" (Marx [1857] 1969:224). Nada na história da escravidão no Caribe foi tão importante quanto a comercialização e produção de culturas alimentícias para permitir à pessoa livre – no caso do Haiti, os revolucionários vitoriosos – adaptar-se à liberdade sem a benção dos antigos senhores.

Mas, naturalmente, o processo não era simples de maneira alguma, e tanto os escravos quanto os senhores o sabiam: "*A prática que prevalece na Jamaica de dar aos negros terra para cultivar, com cujo produto é esperado deles que se sustentem (fora os tempos de escassez*

resultando de furacões e secas, quando assistência nunca lhes foi negada), é universalmente avaliada como sendo judiciosa e benéfica: produzindo uma feliz coalizão de interesses entre o senhor e o escravo. O negro que adquiriu, pelo seu próprio trabalho, uma propriedade nas terras do seu senhor tem muito a perder e é, portanto, menos inclinado a desertar seu trabalho. Ele ganha um pouco de dinheiro, com o qual ele pode se dar ao prazer de usar boas roupas nos feriados e agradar ao seu paladar com carnes salgadas e outras comidas às quais ele não teria acesso de outra forma; e o proprietário está dispensado, em boa medida, do custo da alimentação." (Bryan 1793 II:131).

Bryan Edwards era um observador da Jamaica do século XVIII, sagaz demais para ter deixado de perceber o benefício mútuo que provinha dessas instituições – ou então ter deixado de ver como as satisfações a curto prazo, oriundas da produção e comercialização independentes, podiam amenizar as insatisfações a longo prazo, conseqüentes da realidade da própria escravidão. De qualquer forma, o desenvolvimento de tais instituições dentro do contexto da escravidão sugere que nossos conceitos de liberdade e falta de liberdade são provavelmente estreitos e extremos demais.

Naturalmente, com essa asserção, volto ao objetivo principal deste trabalho: examinar de que maneiras e até que ponto as categorias "proletário" e "escravo" realmente aproximam-se uma da outra na prática. "*O papel correto de uma definição*", nos diz Aya, "*é de centrar a atenção sobre coisas observáveis, converter a discussão sobre palavras em divergência sobre o que elas representam, abrindo desta maneira a argumentação a novas investigações, testes e refutações. Tomadas isoladamente*", continua, "*as definições são arbitrárias: elas não 'provam' nada. No máximo, elas servem para demarcar o problema em debate, não para resolvê-lo. Elas não são sujeitas à 'prova e demonstração', tampouco se pode 'provar' que um quadrado é um retângulo com quatro lados iguais.*" (Aya 1976:625). Começando com um magro conjunto de definições, tentei concentrar-me sobre os escravos, deixando de lado qualquer caracterização séria dos proletários. Como foi visto, aqueles escravos, dos quais escolhi tratar, podiam dispor de parte de sua força de trabalho de forma independente, por um lado; por outro lado, eles

coexistiam freqüentemente com representantes de outras categorias de exploração da força de trabalho. Claramente, meu objetivo não foi de estreitar o que poderia ser dito sobre os escravos, mas de ampliá-lo. Desse modo, seria correto dizer que tratei de certas maneiras como os escravos participavam das atividades produtivas não convencionalmente associadas à escravidão ou que não fazem parte do modo de produção escravista.

Se, de um lado, tentei indicar alguns modos de como as atividades econômicas dos escravos assemelhavam-se àquelas das pessoas livres, também é verdade que gostaria de ter mostrado como as atividades das pessoas livres, trabalhando lado a lado com os escravos, eram sujeitas à coerção e à violência. Não tenho realmente conseguido; mas a menção das categorias de trabalhadores não-escravos no contexto das plantações do Caribe era tencionada para afirmar este ponto mais geral. Da mesma forma que os escravos não eram completamente encapsulados pelo estado de servidão, aqueles que, tecnicamente livres, labutavam ao seu lado, de fato, não eram completamente desacorrentados.[6] O contraste entre livres e escravos, quando traçado como Marx o fez, de forma a enfatizar a natureza

---

[6] F. H. Cardoso, criticando, numa ajuda muito valiosa, uma primeira versão da minha resenha de Wallerstein (Mintz 1977), escreve: "*De um lado, não parece que estes novos trabalhadores contratados ('indentured servants') da China, Índia ou Java poderiam ser considerados como livres por qualquer pessoa que emitisse um julgamento sensato. Do outro lado, abolição não significava para ninguém a passagem para um sistema tipicamente capitalista a respeito das relações de produção, já que a escravidão foi substituída por arrendamento, meiação e outras combinações, que representam um alto nível de dependência pessoal, inclusive coerção extra-econômica. Acho que isso é um dos casos mais claros da sujeição formal dos tipos de trabalho não-capitalista a um processo claramente capitalista, impedindo, dessa maneira, oportunidades internas para as estruturas pré-existentes,forças produtivas, formas e níveis de acumulação e um completo contexto histórico – de responder diferentemente às novas influências do mercado mundial... Para mim ... isso revela a necessidade de analisar, em transições desse tipo, as contradições (que provêm da) confluência de forças externas e internas.*" (Correspondência pessoal).

Enquanto concordo inteiramente, acho que essas contradições devem levantar outras questões de natureza teórica sobre as categorias em si ("proletário", "escravo") e os adjetivos ("livre" e "não-livre") que utilizamos para descrevê-los. As contradições são, ao mesmo tempo, uma causa e uma conseqüência de circunstâncias específicas e particulares que *deveriam* afetar a natureza das nossas categorias. São as categorias que são *abstratas*.

distinta do capitalismo europeu, não é incorreto, mas extremo e ele não dá conta – nem poderia – de condições históricas específicas em todos os casos. Como Tomich afirmou *"enquanto Marx enfatizava a importância da economia mundial capitalista para entender a escravidão no Novo Mundo, ele nunca desenvolveu uma teoria das economias escravistas, e a questão das formas sociais da produção escravista não é sistematicamente tratada no seu trabalho"*.(Tomich 1976a: 138). Padgug toca num ponto diferente, mas relacionado, quando escreve: *"É verdade que Marx tende a agrupar escravidão e servidão juntas, às vezes, como se fossem permutáveis; mas isto só acontece frente ao trabalho assalariado, e só tem por objetivo demonstrar as grandes diferenças entre todas as relações de trabalho pré-capitalistas (sic) e a relação capitalista."* (Padgug 1976: 24-25).

Não quero sugerir com estas citações que acredito que possa ser abandonada a fundamental diferença econômica entre os escravos das plantações do Caribe e os proletários das fábricas européias, pelo simples recurso de apelar para o tema da economia mundial global. Eu acredito, no entanto, que a insistência de Wallerstein é justificável quando ele diz que as formas locais de trabalho podem ser tornadas, analiticamente, mais compreensíveis através de uma referência anterior à economia mundial:

> *"O ponto é que as 'relações de produção' que definem um sistema são as 'relações de produção' de todo o sistema, e o sistema, nessa altura do tempo (no século XVI), é a economia mundial européia. O trabalhador livre é, naturalmente, um traço definidor do capitalismo, mas não o trabalho livre em todas as partes das empresas produtivas. O trabalho livre é a forma de controle da mão-de-obra para o trabalho qualificado nos países do centro, enquanto que o trabalho forçado é utilizado para a mão-de-obra menos qualificada nas áreas periféricas. A combinação desses é a essência do capitalismo"*. (Wallerstein 1974:22).

Em outros termos, não é de muita utilidade definir "proletário" nem "escravo" isoladamente, já que ambas essas vastas categorias de trabalhadores estavam, de fato, intimamente ligadas pela economia mundial, que havia gerado ambas na sua forma moderna. Não tentei aqui assimilar nenhuma dessas categorias à outra, mas

sugerir por que uma abordagem puramente baseada em definições deixa alguma coisa a desejar. Não vou tentar encetar um tema correlato - as ligações econômicas específicas entre os proletários europeus e os escravos do Caribe através do produto do seu trabalho – que merece um tratamento próprio, separado e detalhado. Mas poderia ser apropriado concluir sugerindo que tanto as similitudes quanto as diferenças entre essas categorias abstratas tornar-se-ão muito mais límpidas uma vez forem essas ligações completamente expostas.

Referências

AIMES, Hubert H.S. *Slavery in Cuba, 1511-1868*, New York : G.P. Putnam's Sons, 1907.

AYA, Rod. "Review of Hindness and Hirst". In: *Theory and Society*, III, 4, Winter. p. 623-29, 1976.

BRYAN, Edwards. *The History, Civil and Comercial of the Bristish Colonies in the West Indies.* London: J. Stockdale, 1793.

CARDOSO, Ciro F.S. "A brecha no sistema escravista" (ms.), 1977.

CURTIN, Philipp A. *The Atlantic Slave Trade: a Census.* Madison:Univ. of Wisconsin Press, 1969.

DEBBASCH, Yvon. "Le marronage: essai sur la désertion de l'esclave antillais", *L'année sociologique.* p. 1-112; 1961, p. 117-95, 1962.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *El Ingenio.* La Habana, 1964. (*O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano.* São Paulo: Hucitec. 2 vol., 1989).

HELLY, Denise. *Idéologie et ethnicité: les Chinois de Macao à Cuba.* Les Presses Universitaires de l'Université de Montréal, 1979.

HINDESS, B. e HIRST, P. Q. *Modos de produção Pré-capitalistas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

KNIGHT, Franklin W. *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century.* Madison: Univ. of Wisconsin, 1970.

LEPKOWSKI, T. *Haiti.* La Habana, 1963.

LONG, Edward. *History of Jamaica,* London : T. Londres, 1774.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas.* São Paulo : Omega. v. 3, s.d.

MARX, Karl. "The Indian Revolt". *New York Tribune,* 16 setembro 1857. In: S. Avineri, Ed. *Karl Marx on Colonialism and Modernization.* Garden City, New York: Doubleday Anchor. 1969.

MARX, Karl. *Grundrisse.* London: Penguin Books, 1973.

MARX, Karl. *O Capital.* São Paulo: Nova Cultural, 2 vol.,1988.

MINTZ, Sidney W. "The Role of Forced Labour in the Nineteenth Century Puerto Rico". In: *Caribbean Historical Review,* II : 134-41, 1951.

MINTZ, Sidney W. "Labor and Sugar in Puerto Rico and Jamaica, 1800-1850". In: *Comparative Studies in Societv and History,* I, 3, Mar.: 273-81, 1959.

MINTZ, Sidney W. "Currency Problems in Eighteenth Century Jamaica and Gresham's Law", In: Manners R., Ed., *Process and Pattem in Culture,* Chicago Univ. of Chicago Press, 1964.

MINTZ, Sidney W. "Toward an Afro-American History" in *Cahiers d'Histoire Mondiale,* XII, 2: 317-32, 1971.

MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations,* Chicago : Aldine, 1974.

MINTZ, Sidney W. "The so-called World System: Local Initiative and Local Response". *Dialectical Anthropology,* v. 11 n. 4, Nov.: 253-70, 1977.

MINTZ, Sidney W. and PRICE, Richard. "An Anthropological Approach to the Afro-American Past: a Caribbean Perspective", *Ishi Occasional Papers in Social Change, 2,* Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues Press, 1976.

PADGUG, Robert A. "Problems in the Theory of Slavery and Slave Society", in *Science and Society, XI,* 1, Spr, 1976.

ST MÉRY, Louis Moreau de. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle de Saint Domingue,* Paris, Société d'Histoire des Colonies Françaises, 1958.

TOMICH, Dale. *Prelude to Emancipation: Sugar and Slavery in Martinique 1830-1848* (Tese de doutorado não-publicada). Univ. of Wisconsin: Madison, 1976a.

TOMICH, Dale. "Some Further Reflections on Class and Class-conflict in the World Econorny" Seminar 1, Working Papers, Fernand Braudel Center, Dec. 1, mimeo, 1976b.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the XVI Century.* New York : Academic Press, 1974.

Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas[*]

Eric R. Wolf e Sidney W. Mintz

Este artigo tenta abordar dois tipos de organização social na agricultura: a fazenda e a plantação. Como estes termos são empregados com várias nuanças de sentido por diversos autores, torna-se importante indicar, desde o início, como nos propomos a usá-los aqui. Decidimos que fazenda significará uma propriedade agrícola, operada por um proprietário de terras dominante e por uma força de trabalho dependente, organizada para suprir um mercado em pequena escala, com escasso capital, onde os fatores de produção são empregados não apenas para a acumulação de capital, mas também para sustentar as aspirações de status do proprietário. Decidimos que plantação significará uma propriedade agrícola operada por proprietários dominantes (geralmente organizados numa empresa) e uma força de trabalho dependente, organizada para suprir um mercado em larga escala, com uso de capital abundante, onde os fatores de produção são empregados primeiramente para promover a acumulação de capital, sem relação com as necessidades de status dos proprietários. No presente trabalho, discutiremos estes dois tipos de propriedades agrícolas como sistemas sociais, como distintas redes de relações sociais. Para este intento, recolhemos dados de campo em Porto Rico, na Jamaica e no México, além de termos usado documentos escritos dos séculos XIX e XX. [1]

---

[*] Título original: "Haciendas and Plantations in Middle America and the Antilles", in *Social and Economic Sciences*.p. 380-412, Sept. 1957. Tradução de Caio Augusto Maciel e Christine Rufino Dabat. Com a aprovação dos autores, foram escolhidos os termos de "fazenda" para traduzir "hacienda" e "plantação" para "plantation", num esforço para garantir maior legitibilidade ao texto e de acordo com a prática dentre os maiores autores brasileiros. Revisão do português Maciel Henrique Carneiro da Silva.

[1] Os dados sobre Porto Rico foram coletados em 1948-49, quando ambos os autores estavam fazendo pesquisa de campo sob os auspícios do projeto Porto Rico da Universidade de Columbia, sob a direção de Julian Steward, e financiado pela Universidade de Porto Rico e pela Fundação Rockefeller. S.W. Mintz trabalhou como diretor de campo na Jamaica no programa de treinamento interdisciplinar da Universidade

Fomos, inicialmente, levados a tratar destes dois tipos de propriedades, abordados no estudo, quando fizemos um trabalho de campo em duas comunidades em Porto Rico. Uma destas comunidades, Cañamelar, era caracterizada por uma grande e moderna "Fábrica no campo" que produzia açúcar para o mercado mundial. A outra comunidade, São José, continha várias propriedades produzindo café, assim como muitas pequenas fazendas. As características culturais dos trabalhadores do açúcar de Cañamelar diferiam consideravelmente daquela dos que trabalhavam no café e dos pequenos produtores de São José. Procuramos explicar algumas das maiores diferenças entre as duas comunidades em termos das diferenças entre os dois tipos de sistemas sociais que dominavam as sub-culturas locais, a plantação em Cañamelar e as fazendas em São José.[2] Neste trabalho vamos generalizar nossos resultados, na esperança de que possam ser aplicados a outras áreas geográficas.

Nosso principal objetivo, então, é visualizar a fazenda e a plantação como dois tipos de sistemas sociais. Em cada caso, tentaremos analisar e debater as variáveis que acreditamos serem essenciais para a manutenção do sistema. Estas variáveis organizam-se em complexos que são recorrentes, em combinações similares, em diferentes partes do mundo. Como tais sistemas ocorrem em mais de um caso, nos referiremos a eles enquanto "tipos".

Este tipo é, portanto, criado por abstração a partir de certo número de situações concretas. Se estivermos interessados em particularizar, cada caso poderá naturalmente ser visto como uma

de Yale, durante os verões de 1952-54. O programa foi patrocinado pelas fundações Ford e Carnegie. Eric R. Wolf realizou pesquisa no México, em 1951-52 com o apoio da Fundação Dowerty, bem como no verão de 1954. Agradecemos às organizações que apoiaram nossos esforços no campo. Agradecemos particularmente a Julian Steward por permitir que E. R. Wolf preparasse parte desse estudo enquanto trabalhava, como pesquisador associado, para o Projeto de Pesquisa sobre Regularidades Trans-Culturais, Univ. de Illinois. Também estamos em dívidas com o Dr Charles Erasmus, do Projeto de Pesquisa sobre Regularidades Trans-Culturais da Univ. de Illinois, e com o Dr Raymond T. Smith, do Instituto de Pesquisas Sociais e Econômicas da Universidade das Índias Ocidentais, que leu e criticou o manuscrito. A responsabilidade pelo presente artigo, no entanto, é apenas dos autores.

[2] Sobre as fazendas de 'brandy' no Peru, ver Bowman (1931:313-4).

constelação única de variáveis, e assim não haverá duas situações semelhantes por inteiro. Entretanto, caso estivermos interessados em generalizar a partir de casos singulares, podemos abstrair as características gerais de dois ou mais casos que parecem ter semelhanças.

Neste ponto, gostaríamos de prevenir o leitor acerca de três possibilidades de entender erroneamente nossa posição. Primeiro, limitaremos nosso debate a dois tipos de sistemas sociais na agricultura, mas isto não quer dizer que o tipo fazenda e o tipo plantação constituam os únicos tipos deste gênero, nem que estes conceitos sejam polares. Apesar de irmos delinear as diferenças entres estes tipos em termos dicotômicos, eles são apenas dois entre um certo número de tipos possíveis (Cumper 1954: III-30; 45).

Segundo, seria falso pensar na fazenda e na plantação como estágios seqüenciais necessários no desenvolvimento da agricultura moderna. Mesmo que as plantações tenham superado as fazendas em muitas partes do mundo, como, por exemplo, em certas grandes áreas produtoras de açúcar na América Latina, este processo não é inevitável. Em algumas áreas, como no Peru, fazendas e plantações têm coexistido por substanciais períodos de tempo, sem mudanças em um ou outro tipo. Contudo, os dois tipos parecem mesmo representar respostas a diferentes níveis de investimento de capital e desenvolvimento do mercado, e as diferenças entre eles são – pelo menos em grande parte – determinadas pelas diferenças no tipo de mercado que eles abastecem e pela quantidade de capital a sua disposição.

Terceiro, tanto economistas quanto outros cientistas sociais têm-se debruçado mais sobre análises de mercado e aportes de capital, sem referência às sociedades maiores em que estes mercados e capital devem funcionar. Todavia a formação de mercados e de capital é funcionalmente relacionada a outros aspectos da sociedade à qual pertencem, e depende destes outros aspectos para sua manutenção e seu crescimento. Se temos como propósito descobrir as implicações culturais da fazenda e da plantação, então devemos estar atentos a estas relações com a sociedade maior. Enquanto esperamos dar aos dois sistemas em estudo o status de tipos válidos em condições trans-

culturais, não podemos, de fato, fazê-lo antes de sabermos mais sobre a variedade de contextos societais em que eles podem ocorrer. É possível que as características pelas quais definimos os tipos, na base da experiência de campo na América Latina, não sejam encontradas nas mesmas combinações peculiares em outras partes do mundo. É também possível que, mesmo que as combinações de características discutidas aqui tenham uma ampla distribuição transcultural, as diferentes características destes tipos possam levar a diferentes conseqüências funcionais para a vida das pessoas envolvidas na sua operação. Assim, nossa análise representa apenas um passo inicial no sentido de uma comparação transcultural.

Uma vez exposta a intenção geral do nosso artigo, podemos agora fornecer algumas considerações sobre os mecanismos da comparação. Compararemos nossos tipos em termos de quatro categorias de dados, a saber:

1. *Condições gerais*: as condições que devem estar presentes na sociedade maior, para que surja a fazenda ou a plantação. Não se pode esperar que estes tipos se desenvolvam, a menos que a sociedade maior proporcione tanto os motivos quanto os meios para a acumulação de riquezas baseada na produção em massa e venda da produção agrícola.

Deve-se considerar também que todos os sistemas sociais têm suas histórias. Nenhum sistema social é o "mesmo" no momento de seu nascimento como será na sua fase de "maturidade". As condições que dão início a um sistema, com freqüência, diferem marcadamente daquelas necessárias para manter o sistema operando na sua forma estabelecida. Portanto, escolhemos distinguir entre condições iniciais e operacionais.

2. *Condições iniciais*: as condições que devem ser encontradas no estabelecimento de toda e qualquer unidade de fazenda ou plantação. A presença das condições gerais mencionadas anteriormente pode levar a uma gama de alternativas de tipos sociais, dos quais a fazenda e a plantação são apenas dois exemplos. Ao discutir as condições iniciais da fazenda e da plantação em separado das condições gerais que as originaram, esperamos focalizar nossa atenção nos motivos e meios

encontrados na sociedade maior que estão envolvidos especificamente no estabelecimento destes dois tipos, excluindo os demais. Cada tipo representa um modo particular de combinar capital, terra, mão-de-obra, tecnologia e sanções sociais e políticas. A motivação para efetuar tais combinações e para tratar cada fator como possuindo uma característica de mercadoria, é cultural, no sentido em que é um produto de forças históricas particulares e de uma orientação cultural também particular (Polanyi 1944). Neste trabalho não nos deteremos em analisar estas forças e estas orientações em si. Antes as consideraremos como dados e iniciaremos nossa discussão no ponto em que grupos empresariais começam a lidar com estes fatores de produção enquanto mercadorias, e a combiná-los de modos específicos para estabelecer fazendas ou plantações.

3. *Condições operacionais*: são aquelas condições essenciais para a operação continuada dos sistemas que se inserem em cada um dos tipos. Em cada caso, a combinação particular de condições operacionais escolhidas define o tipo. Quando a combinação é alterada, o tipo é modificado ou destruído. A manutenção dessa combinação particular de condições operacionais constitui, assim, uma condição essencial para a manutenção do tipo.

Para iniciar plantações ou fazendas, os empresários, na maioria dos casos, rearranjam ou transformam os fatores de produção que caracterizam uma ordem social preexistente. Freqüentemente, por isso, as condições iniciais da fazenda e da plantação envolvem coerção direta. As condições operacionais dos dois tipos, entretanto, aparecem apenas depois de completado este processo de reorganização. Elas exigem pouco uso da coerção direta, mas contam, por outro lado, com várias formas indiretas de coagir, proporcionadas pelos mecanismos culturais que se desenvolvem na sua esteira. A estes mecanismos denominamos "condições culturais derivadas".

4. *Condições culturais derivadas*: são as relações sociais em termos de um conteúdo cultural específico que torna a combinação das condições operacionais efetiva. Dado o tipo de motivações prevalecentes na sociedade maior, as condições operacionais da fazenda ou da plantação são combinadas sem uma referência primeira às relações

humanas. Tal combinação não pode ser realizada, entretanto, sem o desenvolvimento concomitante de relações sociais que a ponham em prática. Qualquer operação de uma fazenda ou plantação, que é essencial para o cumprimento de seus objetivos, requer formas ou mecanismos culturais para sua ativação. As formas ou mecanismos culturais particulares escolhidos podem variar conforme o local e a época. Os limites para estas variações são dados pelas demandas da combinação prevalecente de condições operacionais. Enquanto a combinação de condições operacionais é, ela mesma, bastante rígida, as condições culturais que a acompanham podem se revelar bastante elásticas. Assim, por exemplo, a força de trabalho de certo tamanho é essencial para o funcionamento da fazenda e pode ser vista como uma condição operacional essencial do sistema. As formas culturais que servem para recrutar e manter esta força de trabalho, contudo, podem também variar desde parentesco cerimonial, através de formas de sujeição por dívidas, até a concessão de parcelas para culturas de subsistência. Todas essas formas podem coexistir dentro de um só sistema; ou seu papel funcional pode ser preenchido por outras técnicas culturais.

Será notado que omitimos, a propósito deste ensaio, qualquer consideração maior acerca das condições ambientais (clima, altitude, solo, etc.), bem como das intricadas e importantes relações entre ambiente e tecnologia. Estamos lidando aqui com uma análise dos aspectos estruturais gerais da fazenda e da plantação. Qualquer estudo de fazendas ou plantações específicas, numa determinada localidade ou região, deveria, logicamente, levar em consideração, antes de mais nada, a sua ecologia.

I - CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais para o desenvolvimento da fazenda ou da plantação incluem:

1. Uma *tecnologia* adequada para a produção de um excedente. Até o presente, não podemos apresentar um índice absoluto de produtividade como uma medida da tecnologia necessária para desenvolver fazendas ou plantações. Para o nosso propósito, entretanto, basta provavelmente dizer que a tecnologia disponível na sociedade maior deve ser suficientemente produtiva para permitir que um trabalhador individual produza mais do que ele próprio necessita para satisfazer suas demandas de consumo culturalmente estabelecidas. Além do mais, este excedente deve ser capaz de aumentar através da organização de produtores individuais num bloco compacto de força de trabalho e/ou pelas mudanças tecnológicas empregadas para elevar a produtividade *per capita*. Apesar de existirem diferenças tecnológicas específicas que as distinguem umas das outras, tanto a fazenda quanto a plantação alcançam suas finalidades produtivas agrupando grande número de trabalhadores numa grande extensão de terra.

2. *Estratificação de classe* - ou as possibilidades de estratificação por grupos de classe. Tal estratificação é necessária para permitir o acesso diferencial aos fatores de produção e distribuição. Ela permite que indivíduos ou grupos de indivíduos, cujo *status* é definido culturalmente como sendo de empresários ou empresas, proprietários de terras, se apropriem dos excedentes produzidos na fazenda ou plantação segundo modos culturalmente consagrados. Ambos os tipos restringem o direito da força de trabalho a consumir todos os benefícios financeiros realizados pela venda dos produtos obtidos. O dinheiro conseguido através das vendas é reinvestido nos sistemas particulares pelos empresários, apropriado como lucros, para investimentos em outra parte, ou então embolsado em proveito próprio, de acordo com propósitos individuais culturalmente sancionados.

Fazendas e plantações estão freqüentemente localizadas em áreas onde a força de trabalho tem uma base cultural que é orientada para objetivos e recompensas diferentes daquelas colocadas pelo empresário-investidor da sociedade ocidental. Greaves diz:

"*No seu isolamento econômico, a economia primitiva é auto-suficiente, satisfeita consigo mesma e auto-sancionada. O objetivo da penetração estrangeira é quebrar este isolamento econômico e dirigir seus recursos para a corrente do comércio internacional e, para este propósito, é necessário que os nativos ou produzam um excedente comercializável acima de suas necessidades costumeiras, ou então convertam esta economia auto-suficiente em algum grau de troca especializada.*" (Greaves 1935:60).

Infelizmente, os economistas têm dado pouca atenção aos aspectos culturais envolvidos na imposição de restrições ao consumo de uma nova força de trabalho como esta. As demandas de consumo de uma dada sociedade tendem a ser uniformizadas em termos do sistema de valores da cultura desta sociedade. Trabalhadores introduzidos num tipo de organização como a fazenda ou a plantação tenderão, em primeira instância, a julgar sua retribuição (em dinheiro ou gratificações) com base naquelas normas culturais antecedentes, e não em função de alternativas culturais que não lhes são ainda conhecidas. Ambos os tipos em discussão aqui, pois, têm uma oportunidade de estabelecer um padrão de retribuição consoante com os padrões de consumo antecedentes, o que não significa necessariamente consoante com as novas avaliações culturais em desenvolvimento recente. Isto é especialmente importante em situações onde a coerção direta não é praticável ou recomendável, nem culturalmente aceita.

3. *Produção para um mercado*, ou as possibilidades de tal produção. Fazendas e plantações são inconfundivelmente produtos da expansão da economia mundial, sobretudo a partir do século XV. Ambas são montadas para a venda dos excedentes produzidos para um mercado externo, um mercado que tem crescido em escala para permear a sociedade maior, ou várias sociedades (Bagu 1949:102-6; International Labour Organization 1950:8-9; McBride 1934:149; Thompson 1932).

Em resposta ao crescimento de tais mercados, ambos os tipos se especializam na produção de mercadorias únicas. O desejo de produzir constantemente para um mercado externo, no intuito de obter máximo retorno, torna recomendável a concentração numa única cultura, já que investimentos em equipamentos de processamento, treinamento para uma mão-de-obra não-qualificada, alocação de tempo de trabalho, transporte e processamento são todos simplificados numa especialização em monocultura. Os dois sistemas diferem, entretanto, nos tipos de mercado que eles suprem, no seu ajustamento a este tipo de mercado e na proporção de produção secundária que é praticada ao lado da produção principal. Discutiremos estas diferenças mais adiante.

4. *Acumulação de capital*, ou as possibilidades de tal acumulação. Ambos os tipos em estudo aqui também requerem capital para seu funcionamento. Ambos dependem do nível de acumulação do capital prevalecente na sociedade maior e, em contrapartida, contribuem para esta acumulação. A disponibilidade de tal capital naturalmente depende da 'boa vontade' dos grupos empresariais em fazerem investimentos para o abastecimento de mercados já existentes, ou em usar seus capitais para encorajar o crescimento de novos mercados.

5. *Sistema político-legal*, o qual pode dar suporte ao funcionamento das fazendas e plantações. Tal sistema pode funcionar para apoiar as fazendas e plantações de três maneiras principais. Primeiro, pode ser usado para fornecer os principais fatores de produção da fazenda ou plantação, as grandes áreas de terra e a força de trabalho exigidas por ambos os tipos. Em alguns casos, há terra disponível, que não é possuída nem ocupada pelas populações nativas, e as regras sócio-políticas da sociedade são simplesmente invocadas para ratificar títulos de propriedade estabelecidos pelos empresários das fazendas e plantações. Em muitos casos, todavia, a terra tem de ser apropriada à força, através de ocupação militar ou do exercício de outras formas de violência. Ainda em outros casos, os empresários têm de estabelecer relações amigáveis com o governo local ou, de outra forma, apaziguar a população local antes da produção da fazenda ou plantação poder se efetivar (Whittlesey 1944:33). O controle da terra em si tampouco é

suficiente para constituir uma fazenda ou plantação. No leste da Bolívia e oeste do Brasil, por exemplo, grandes extensões de terra são possuídas por proprietários privados, mas não há meios atualmente disponíveis para transformar sua população de posseiros migrantes em fonte confiável de mão-de-obra (Leonard 1952:132-5; Smith 1946: 458-74). Por esta razão, recorreu-se, na América Latina, a técnicas legais e políticas para importar, à força, mão-de-obra, como na escravidão e no trabalho sob contrato das Antilhas, para disciplinar trabalhadores em potencial através de arranjos tais como o "repartimiento", ou para limitar o livre acesso à terra - e assim imobilizar a força de trabalho potencial numa situação de "recursos fechados".[3] Na América Latina o assentamento forçado foi mais característico das terras tropicais baixas e da área em torno do mar do Caribe, enquanto que as populações já presentes foram forçadas a trabalhar em várias áreas de terras altas.

A segunda função principal do sistema político-legal da sociedade maior, em relação às fazendas e plantações, é de fornecer a base legal e política na qual estes sistemas possam florescer. Assim, o sistema de sanções pode servir para manter ou mudar o esquema existente de posse da terra, de modo a facilitar a produção da fazenda ou da plantação. Ele pode estabelecer tarifas, aumentar ou reduzir impostos, abrir créditos, estabelecer preços, e de outras formas manipular as relações econômicas. Pode encorajar tendências a um ou outro sistema de organização da agricultura, através da educação, extensão rural e da comunicação de massa.

Finalmente, sua terceira e mais importante função é a de fornecer meios que permitam reforçar a transferência de excedentes dos produtores aos proprietários. Caso as relações sociais que

[3] O contraste entre uma área de recursos "abertos", onde a terra pode ser obtida à vontade, e uma área de recursos "fechados", onde a terra está apropriada a tal ponto que os lavradores só podem ter acesso a ela entrando em algum tipo de relação de dependência, tem sido debatido por muitos estudiosos. Parece ter alguma relação com o tema deste trabalho, já que a fazenda parece ocorrer num contexto de recursos "abertos" e a plantação numa situação caracterizada por "recursos fechados". Como veremos, a não-disponibilidade de capital é um fator adicional decisivo na qualificação da polaridade de recursos abertos e fechados. Para um estudo destes conceitos, veja Marx (1930 I:790-800); Merivale (1841-42), Nieboer (1900), Thompson (1932).

mediatizaram esta transferência, venham a entrar em colapso, os proprietários teriam que lançar mão de meios capazes de restabelecer estas relações através da força ou de sanções sociais afins.

II

Dadas estas condições na sociedade como um todo, elas devem ser mobilizadas de modos específicos para produzir ou fazendas ou plantações. Além do mais, estas condições iniciais devem ser combinadas em complexos que funcionem para promover a manutenção e o crescimento dos empreendimentos assim estabelecidos. Para permitir que estas combinações de condições iniciais se tornem efetivas, elas devem ser mediatizadas por relações sociais. A intensidade das condições iniciais, suas combinações e as relações humanas que as acompanham, são diferentes nos dois tipos. Nossa próxima tarefa é, pois, entender a natureza destas diferenças.

ANÁLISE DO TIPO FAZENDA

1. Capital

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Enquanto a plantação requer um grande aporte de capital, a fazenda funciona numa situação de escassez de capital. Vários fatores são responsáveis por isto. Primeiro, com limitados mercados, o capital que pode ser tomado emprestado para as operações da fazenda tende a ser gerado dentro de uma região limitada, e é apenas raramente aplicado em conjunto com recursos de capital de outras regiões. Deste modo, tal capital permanece relativamente escasso. Segundo, as instituições financiadoras que fornecem o capital à fazenda são geralmente grupos tradicionalistas, assim como agentes da Igreja, grupos de mercadores locais ou pequenos bancos. Tais organizações estão interessadas em baixos, porém seguros, retornos, ao invés de uma rápida acumulação. Num contexto de mercados limitados, além do mais, elas tendem a distribuir os riscos dos empréstimos financeiros pela abertura de créditos em montantes limitados, mas para um grande número de empreendimentos, em vez de concentrar todos os seus recursos numa única empresa.

b) *Como uma condição operacional do tipo.* Assim como o suprimento de capital para as operações da fazenda permanece limitada, as suas necessidades de capital são orientadas para uma baixa aplicação desse fator. Capital há de ser obtido para cobrir o custo inicial da terra e do equipamento, para fazer frente aos custos correntes de operação e para repor elementos de produção desgastados. Mas as fazendas geralmente pagam pouco pela terra, e sua tecnologia de uso intensivo da mão-de-obra requer apenas uma pequena despesa para equipamentos mecânicos. Elas necessitam apenas do capital suficiente para a sua manutenção em situação de estabilidade. A fazenda raramente expande sua produção; ela é organizada para atender a um mercado restrito, mas estável. Os sistemas classificados neste tipo são, desta forma, sintonizados com uma baixa injeção de capital.

c) *Condições culturais derivadas.* Dada a baixa aplicação de capital, os requerimentos financeiros da fazenda raramente ultrapassam os recursos financeiros de uma pessoa com apropriadas conexões sociais, políticas e econômicas que garantam o reembolso. A mais típica forma de propriedade de tal imóvel rural é a propriedade familiar, que permite a mobilização da riqueza através de laços pessoais de parentesco e de amizade, mas mantém o controle nas mãos de um grupo primário consangüíneo, ao invés de delegar esta função a um grupo secundário formado expressamente para o propósito de manipular o capital, como uma empresa.

Outra condição cultural, acompanhando o papel operacional do capital no tipo fazenda, é o uso do sistema de fazenda para fornecer não apenas retorno do capital investido, mas também para fornecer os fundos necessários para alimentar o proprietário e sua família e para sustentar suas aspirações de poder e de prestígio. Em claro contraste com o tipo plantação, no qual os fatores de produção são manipulados totalmente para máximo retorno, sem referência às necessidades de consumo ou status dos proprietários, no tipo fazenda, os fatores de produção são assim onerados com demandas que são economicamente irrelevantes ao processo de produção. Na ausência de uma contabilidade "racional" de custos, estes permanecerão ocultos, apesar de não serem por isso menos reais. Tais custos de poder e prestígio

podem, por sua vez, ser necessários para dar sustentação à estrutura do capital. Apenas pela manutenção do bom nome de sua família e pela ênfase dada a seu status social, através de um consumo visível, é que o proprietário da fazenda pode esperar convencer os emprestadores de capital de sua viabilidade econômica.

Além do mais, o proprietário da fazenda não pode contar com uma abundância de capital para articular os fatores de produção necessários. Dada a falta de capital suficiente para pagar a mão-de-obra totalmente sob forma de salários, ele tem de encontrar outros meios de incitar sua força de trabalho aos esforços requeridos. E mais, ele está limitado em sua habilidade para introduzir novos equipamentos tecnológicos ou novas técnicas de cultivo. Em contraste com o tipo plantação, o capital, assim, não constitui o eixo principal em torno do qual a vida da fazenda gira. Algum capital é preciso para construir a fazenda, mas na sua manutenção, ele entra em menor parte, se compararmos os sistemas de fazenda com aqueles sistemas característicos do tipo plantação.

2. Mercado

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Tanto fazendas como plantações requerem um mercado para seus produtos comercializáveis como uma condição inicial para o seu aparecimento e desenvolvimento. O alcance deste mercado, entretanto, é uma condição específica que favorece a ascensão de um ou outro tipo. Plantações são orientadas para vendas em mercados de larga escala; fazendas abastecem mercados de pequeno alcance. O mercado da fazenda pode ser limitado aos moradores de uma localidade ou região, como no caso das fazendas de "pulque" no México, ou as de "brandy",[4] no Peru. Ou então, o mercado pode consistir dos membros de uma subcultura, tal como uma classe abastada, com gosto por um produto de luxo particular. Tais consumidores absorviam a maior parte do café cultivado nas fazendas cafeeiras de Porto Rico, antes do furacão de 1928.

[4] Sobre estas fazendas, ver Bowman (1931:313-14).

b) *Como uma condição operacional do tipo.* A organização do tipo fazenda é programada de acordo com o mercado a que ela atende. Um proprietário de fazenda mantém seu investimento seguro, restringindo o fornecimento do produto desejado um pouco abaixo das expectativas de consumo. Como seus credores, ele demonstra uma preferência nítida por taxas de lucro baixas, mais seguras,(Norris 1953:98; Simpson 1937:490).

Um fazendeiro tenta controlar melhor seu mercado através de operações no campo social e político. No plano social, ele pode obter o consentimento de parentes ou amigos para operações de mercado específicas ou pode solicitar destas fontes informações referentes ao estado do mercado. No plano político, ele pode pressionar por uma legislação que afete os mercados pela criação de tarifas (Gruening 1928:134), ou usar de seu poder político para resguardar suas vantagens comerciais das interferências externas. Em essência, ele tenta criar uma situação de semimonopólio para reduzir seus riscos, e seu investimento será seguro apenas caso ele possa manter essas vantagens de semimonopólio.

c) *Condições culturais derivadas.* A plantação produz para um mercado de massa. Ela subordina todas as outras considerações ao desejo de satisfazer as demandas deste tipo de mercado. Ela devota todos os seus recursos à produção da desejada cultura comercial. A fazenda é muito menos unidirecionada nos seus esforços econômicos. Sua ênfase na produção de uma cultura comercial principal raramente exclui a produção de outros bens, ou para alimentar a população trabalhadora residente, ou para satisfazer suas próprias demandas de bens de consumo.

A plantação aceita sua integração num sistema de relações econômicas e políticas que opera a um nível nacional ou supranacional de integração.[5] Desta forma, ela tende a se tornar um sistema subordinado dentro de um sistema maior, a mercê de forças sobre as quais ela mesma pode exercer pouco controle. Permitindo atividades alternativas à produção de culturas comerciais, apesar de estritamente dentro da estrutura de operação comercial, a fazenda

[5] Sobre o conceito de níveis de integração, ver Steward (1955:43-63).

também mantém uma segunda linha de defesa, a qual ela pode recorrer caso o seu mercado se torne instável. Menos compromissada com as demandas de um mercado nacional ou supranacional, são poucos os laços que a vinculam a unidades além da região ou localidade. Menos voltada para a acumulação de capital e para as inovações tecnológicas do que a plantação, ela retém maior capacidade do que esta para auto-regeneração após uma queda brusca. A fazenda mantém maior controle sobre as condições e requisitos para a sua existência, e mantém-se mais autônoma e menos sujeita ao jogo das forças externas.

3. Terra

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Tanto a fazenda como a plantação requerem grandes extensões de terra para se estabelecerem. Entretanto, diferem significamente na demanda por terra e no seu uso, uma vez esta adquirida.

b) *Como uma condição operacional do tipo.* A fazenda tem que controlar terra suficiente, tanto para cultivar sua produção comercial, quanto para conceder a seus trabalhadores parcelas para culturas de subsistência e outras vantagens como madeira e recursos florestais. Tais gratificações ocupam o lugar dos salários, que devem permanecer limitados, dada a escassez de capital característica da fazenda. Em contraste com a plantação, que adquire apenas as terras que possa colocar em uso para máximo retorno, tanto no momento quanto no futuro, a fazenda também necessita de terra para fornecer um incentivo não-salarial a sua força de trabalho.

A fazenda deve também tentar monopolizar o suprimento de terras na sua vizinhança imediata. Ela precisa desta terra menos para fins de produção agrícola do que para privar seus trabalhadores de alternativas econômicas à participação nas operações da fazenda (Bagu 1949:201). Ela se apropria antecipadamente dos recursos agrícolas para impedir que qualquer atividade agrícola independente seja levada a cabo por sua força de trabalho potencial. A fazenda também tenta proibir que sua própria mão-de-obra busque uma independência econômica fora dos limites da fazenda, cultivando terras que não

pertençam ou não sejam controladas pela fazenda (Gruening 1928:133-4).

c) *Condições culturais derivadas.* Desde o momento em que a fazenda atinge seus objetivos de estabelecer estreitos limites às alternativas econômicas abertas a sua população trabalhadora residente, e ao seu suprimento de força de trabalho potencial, oriundo das comunidades circunvizinhas, ela, então, pára de crescer. Muito comumente, no entanto, uma grande fazenda ou um grupo de fazendas será cercado por terras marginais que elas dominam indiretamente, antes de fazê-lo diretamente por meio de controle dos títulos legais. Os habitantes destas zonas marginais dependerão da fazenda por salários em dinheiro e outras gratificações, mas freqüentemente mantêm padrões culturais tradicionais no gerenciamento de seus próprios assuntos internos. Argumentou-se até que o trabalho sazonal nas fazendas provê tais grupos de pessoas com algumas oportunidades, apesar de reduzidas, de manter aqueles aspectos de seus modelos culturais, que requerem pequenos gastos de excedentes em dinheiro ou bens, e assim tende a preservar normas tradicionais que poderiam, de outro modo, cair em desuso (Bagu 1949: 221; Mangin 1954; Wolf 1953).

4. Mão-de-obra

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Como a plantação, a fazenda requer um grande suprimento de mão-de-obra em períodos estratégicos durante o ciclo produtivo de sua cultura principal. Mas, diferentemente da plantação, a fazenda possui limitações por sua falta de capital, no que diz respeito à possibilidade de oferecer gratificações puramente econômicas à sua força de trabalho. Alguns autores têm argüido que a emergência de fazendas ou plantações, respectivamente, é função, primeiramente, da oferta disponível de mão-de-obra. Mas é a deficiência de capital, antes da deficiência de mão-de-obra, que constitui a condição inicial específica para a emergência da fazenda. Plantações equipadas com capital suficiente, podem importar as requeridas quantidades de mão-de-obra ou pressionar seus governos a organizarem tais importações. Até mesmo onde a fazenda pode tornar-

se capaz de crescer populacionalmente pelo próprio desenvolvimento interno dos moradores, ela não se tornará, contudo, uma plantação sem novos investimentos em capital. Similarmente, uma plantação – mantendo todos os seus trabalhadores – pode muito bem se tornar uma fazenda caso perca seus capitais. Capital, antes de mão-de-obra, parece então constituir a condição inicial estratégica no surgimento de um ou outro dos tipos aqui em discussão.

Todavia, é provavelmente certo que a fazenda exige uma densidade populacional mínima como condição inicial necessária para sua emergência. Desde que é deficiente em capital, ela deve sempre contar com a oferta de mão-de-obra de uma localidade ou região, da mesma forma que seu mercado consiste na demanda agregada de uma localidade ou região. Se a região não passa de uma área esparsamente habitada por agricultores que têm livre acesso às terras disponíveis, nenhum controle efetivo sobre a mão-de-obra pode ser estabelecido (ver acima).

b) *Como uma condição operacional do tipo.* A fazenda tem assim que vincular a mão-de-obra por meios outros que não salários em dinheiro. Onde alguns pagamentos em dinheiro são feitos, eles não podem ser considerados, de maneira alguma, como medidas do trabalho efetuado. Suas técnicas de pagamento, então, envolvem geralmente o uso direto e/ou indireto da coerção. Alguns dos meios pelos quais a fazenda vincula a mão-de-obra à terra, na ausência de recursos monetários, podem ser mencionados aqui.

Primeiro, a fazenda tenta privar sua força de trabalho de alternativas econômicas. A expressão principal deste intento é o desejo da fazenda em controlar todas as terras vizinhas, como já vimos anteriormente.

Segundo, a fazenda faz uso de parte de suas terras para prover seus trabalhadores com parcelas para culturas de subsistência e outros benefícios que tomam o lugar dos salários em dinheiro. Com já vimos, o fornecimento de uma parcela para culturas de subsistência e outras gratificações têm uma importante função na manutenção da fazenda em estado de solvência financeira, bem como na preservação do sistema intacto durante períodos em que o mercado sofre severos

declínios. Visto que a força de trabalho é capaz de preencher uma parte substancial de suas necessidades de consumo dentro do quadro da fazenda, ela se pode manter num estado de "vida suspensa", até que as tendências do mercado se revertam.

Terceiro, o trabalhador se manterá ligado à fazenda através de mecanismos econômicos específicos, como débitos contraídos na venda ou 'barracão' da fazenda (Gruening 1928:137-8) ou através de empréstimos obtidos do fazendeiro. Segundo Tannenbaum (1933:118-9), o peão mexicano "*nascia endividado porque as crianças herdavam as obrigações dos pais. Ele adquiria uma dívida, sua por direito, no momento do batismo, porque os custos da festa eram adiantados pelo fazendeiro e o dinheiro também era tomado emprestado para pagar o padre, a aguardente; suas primeiras roupas - feitas de 'manta' branca - eram compradas no "barracão" da fazenda por conta do seu futuro salário. Quando o peão estava em idade de casar, o dinheiro para as festividades era tomado emprestado do fazendeiro; quando nasciam seus filhos, o fato se repetia com o mesmo final: mais dívidas! Os feriados religiosos eram celebrados com dinheiro emprestado, a doença era marcada pela dependência do patrão para pagar os remédios necessários; e quando o peão morria, ele era então sepultado com tanta honra, bebidas, orações e festividades quanto permitisse o dinheiro tomado emprestado das mesmas fontes que antes.*"

Quarto, o trabalhador e o patrão da fazenda estão ligados pela prestação de serviços mútuos. Exploradora como é a relação de dívida, do ponto de vista econômico, devemos enfatizar que na fazenda, o dono toma para si muitos dos riscos a que está submetido seu trabalhador.[6] Tais relações, às vezes, assumem o peso da tradição e são reforçadas através de mecanismos culturais semi-sagrados como o compadrio e outros laços cerimoniais (Mintz e Wolf 1950:363).

[6] Para um paralelo na Europa, veja-se Gutmann (1924:386).

Quinto, todas estas relações podem ser reforçadas ainda através do uso da força empregada pelo fazendeiro contra seus trabalhadores. Geralmente, a fazenda possui seu sistema privado de leis e de como pô-las em vigor para este propósito (ver abaixo).

c) *Condições culturais derivadas.* Devido a suas exigências quanto a um fornecimento seguro de mão-de-obra, a fazenda não só tenta converter a população das aglomerações das redondezas em parte de sua força de trabalho, como, por outro lado, tende também a desenvolver colônias especiais de trabalhadores dependentes ("acasillados", no México; "agregados", em Porto Rico) em suas próprias terras. O esforço do fazendeiro mexicano para erguer tais povoamentos e remover seus habitantes das jurisdições rivais das comunidades indígenas ou do Estado nacional, foi analisado por Sílvio Zavala (1944:11-48). Assim, o crescimento das fazendas altera o padrão de povoamento de uma dada região, através da criação de novas aglomerações. Ao mesmo tempo, uma vez que a fazenda tenha alcançado seus limites de expansão, ela tenderá a abdicar do controle direto sobre a população que vive na sua periferia, integrando-a apenas como trabalhadores migrantes durante os períodos culminantes do ciclo produtivo (ver acima). Nestas circunstâncias, a fazenda promove um ciclo de migração dos povoamentos circunvizinhos para a sua sede, ou das terras altas para a planície, bem como o refluxo, como na Guatemala, México e Porto Rico (Lewis 1951: xxv, 321; Mintz 1951; Wagley 1941:30).

Os mecanismos vinculadores acima descritos, também tendem a estabelecer condições culturais de grandes conseqüências para as pessoas envolvidas no processo. Pela concessão de ajuda, a fazenda, muitas vezes, assume funções que outrora assumia o grupo social indígena para com seus membros, dentro da estrutura social antecedente. Assim, tal procedimento pode estabilizar normas ideais e tradicionais, além de padrões de comportamento, geralmente reforçando o caráter tradicionalista da força de trabalho (ver acima).

Por outro lado, ao contrário das relações que surgem entre os próprios trabalhadores da fazenda, aquelas relações de ajuda são laços entre indivíduos econômica e socialmente desiguais, e têm caráter hierárquico. São conseqüentemente reforçadas pelo desenvolvimento de símbolos apropriados de dominação e submissão. Pode parecer que a natureza do tipo fazenda dá ênfase ao funcionamento de certos mecanismos psicológicos dentro desta estrutura hierárquica. Primeiramente, há uma tendência a desenvolver uma representação coletiva do fazendeiro como um "pai" simbólico, com os trabalhadores da fazenda funcionando como "filhos" simbólicos. Enquanto "locus" do poder, o dono da fazenda emerge como principal fonte de favores especiais, bem como um distribuidor de gratificações. Ele pode ser juiz, empregador, líder militar e possivelmente parente fictício ou de sangue dos seus trabalhadores. Visto que o relacionamento pessoal entre o fazendeiro e o trabalhador toma forma dentro de um sistema hierárquico, baseado na intrínseca divisão do trabalho entre ambos, são produzidos sentimentos de dependência recíproca, carregados no entanto emocionalmente de diversas maneiras para os participantes. O fazendeiro sempre tem que agir para manter esta sua dominação. Todavia ele deverá usar também dos seus atributos pessoais para vincular sua força de trabalho através de laços afetivos. Tais laços afetivos podem refletir relações pai-filho, ou outras relações características da família (Mintz 1953:228-9; Norris 1953:98; Wolf 1951:114-16). Segue-se que estes laços afetivos não serão somente laços de amor e afeição, mas também de hostilidade. São reforçados pelo fato de serem caracterizados pela prestação de serviços, que são geralmente ligados a necessidades básicas, tais como saúde e subsistência, e não de dinheiro. Se o fazendeiro presta tal serviço, espera-se do trabalhador que ele responda à altura. Assim, por exemplo, um trabalhador pode concordar em fazer um trabalho adicional, em troca do direito de coletar mais madeira, ou sentir-se obrigado a votar em favor do candidato político do proprietário da fazenda, em troca do direito de colocar seus animais para pastar nas terras da fazenda. Não importa o quanto extorsivos pareçam estes laços para quem os observa de fora, o fato é que eles são expressos, com freqüência, em termos de dependência mútua entre patrão e

trabalhador, pelas próprias pessoas. A representação do fazendeiro como um "pai" simbólico, a estreita conexão de serviços recíprocos, efetuados para satisfazer necessidades fundamentais de subsistência, e a formulação de dependência mútua, por sua vez, tendem a gerar padrões culturais que reproduzem relações familiares onde prevalecem técnicas orais de dominância. Exemplos de tais padrões podem ser encontrados na distribuição diária de "pulque", rum ou coca no México, nas Antilhas e no Peru; ou nas festividades anuais da colheita como a "Fiesta del acabe" em Porto Rico, ou antigamente o "crop-over" da Jamaica, em que o proprietário é obrigado a fazer uma festa para os trabalhadores (Aguirre Beltran e Pozas Arciniegas 1954:202; Garcia 1948:270; Whetten 1948:103; Wolf 1951:45).

Para os trabalhadores, a pessoa do fazendeiro – que é o intermediário entre eles e o resto do mundo – pode vir a representar a própria fazenda. Seu bem-estar pode parecer uma validação do esforço coletivo. Ao mesmo tempo, o fazendeiro atuará como o canal através do qual os rendimentos de parte do trabalho coletivo retornará aos trabalhadores. Esta redistribuição, por mais reduzida que seja, participa da economia centralizada redistributiva característica das sociedades primitivas (Polany 1944:47-53).

Uma vez estabelecido tal sistema, seu funcionamento pode-se tornar essencial para o sentimento de segurança daqueles que têm que viver nos seus termos. Distúrbios do sistema, que sejam devidos a mudanças na posição do trabalhador ou do proprietário, tendem a ser sentidos como ameaças a um modo de vida.[7]

Ao avaliar as condições culturais da fazenda, enquanto derivadas de seu uso da força de trabalho, devemos fazer uma menção especial ao barracão da fazenda. Ele representa um dos mais óbvios mecanismos de vinculação, através do qual a fazenda segura seus

[7] Estas gratificações psicológicas secundárias têm sido freqüentemente utilizadas para defender o sistema da fazenda, ou lhes têm sido negado a validade pelos seus oponentes. Em diversos momentos da história, cada sistema social que proporcionava satisfações pessoais deste tipo, foi defendido por alguns como criador de segurança, e atacado por outros como destruidor das liberdades pessoais. A presente discussão tenta descrever e analisar estas características como resultantes de um sistema social em funcionamento.

trabalhadores. O trabalho realizado é creditado em mercadorias na loja da fazenda, e as mercadorias recebidas são, com freqüência, debitadas a valer sobre o trabalho realizado no futuro. Todavia, o barracão representa mais do que o suprimento das necessidades de consumo do trabalhador. Com freqüência, isto pode obrigá-lo a comprar bens que ele não compraria de outro modo, acostumando-o assim a um novo comportamento de consumo que, por sua vez, ele só pode satisfazer trabalhando na fazenda. O barracão também atua para limitar o montante que um trabalhador pode consumir; ele assegura que a demanda deste não ameaçará o excedente produzido no decorrer da operação da fazenda.

Pelo fato de que a fazenda cumpre suas finalidades de segurar a força de trabalho, através de variados mecanismos econômicos, sociais e psicológicos acima debatidos, a mão-de-obra é muitas vezes menos escassa do que o capital disponível. Como um resultado deste relacionamento particular entre as condições de produção, o proprietário da fazenda pode expressar suas necessidades de status mais facilmente despendendo trabalho do que despendendo riqueza. Generoso uso da força de trabalho, assim, tende a se tornar o carro-chefe pelo qual o fazendeiro mantém sua posição privilegiada dentro do grupo social a que pertence. Em muitos casos particulares, esta condição cultural derivada pode, na verdade, vir a ser a tônica na vida do proprietário. Quando a ênfase é colocada no consumo visível de força de trabalho, a capacidade da fazenda em gerar capital para reinvestimento e crescimento pode ser, por sua vez, afetada. Não podemos perder de vista o fato de que a fazenda era organizada para produzir bens agrícolas para um mercado. Entretanto, uma das implicações funcionais deste tipo parece envolver o desvio dos fatores de produção para fins não-econômicos. Esta situação contrasta profundamente com a da plantação, onde as decisões não são tomadas em termos de prestígio ou exigências de consumo do proprietário, mas na expectativa de máximos retornos para o capital empregado.

5. Tecnologia

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Tanto fazendas como plantações tendem a produzir suas culturas comerciais principais reunindo grande número de trabalhadores numa extensa área de terra. Ambas empregam algum capital na compra de equipamento técnico, geralmente para dar continuidade ao eficiente processamento das culturas comerciais produzidas.

b) *Como uma condição operacional do tipo.* A tecnologia da fazenda carrega a marca da falta de capital, que está presente no seu surgimento e limita suas operações. Primeiro, a fazenda raramente explora toda a terra sob seu controle. Geralmente, ela concentra sua massa de trabalho humano e equipamentos apenas nas melhores terras (o chamado "casco" na fazenda do México), deixando as restantes ou para a força de trabalho, sob forma de parcelas para culturas de subsistência, ou então improdutivas (Gruening 1928:134; Tannenbaum 1929:121-22). Segundo, sua tecnologia permanece intensiva no emprego da mão-de-obra; não há capital suficiente para desenvolver maior intensidade em equipamentos (Gruening 1928:134; Simpson 1937:490). Ela efetiva sua produção acumulando trabalho, não ferramentas. Apesar de demonstrar um nível de produtividade relativamente baixo por trabalhador, pela combinação dos esforços de muitos trabalhadores a fazenda produz um excedente suficiente para suas operações econômicas.

Terceiro, faltando capital, a fazenda não tem os recursos para comprar novas qualificações e novos equipamentos. Deve, assim, confiar no comportamento tecnológico culturalmente padronizado, disponível na área sob seu controle.

Quarto, pouco capital está disponível para incrementar os meios de transporte. Tampouco é necessário este melhoramento, pois a quantidade de produtos comerciais a ser transportada articula-se com as demandas de um mercado limitado e facilmente acessível. O simples transporte animal como aquele providenciado por caravanas de mulas, geralmente basta para suprir as necessidades de uma fazenda.

c) *Condições culturais derivadas.* A tecnologia e o transporte tradicionais da fazenda retroagem, por sua vez, para reforçar e manter as características do tipo. Limitada pelo capital e mercado, ela permanece limitada na capacidade produtiva; sendo limitada na capacidade produtiva, ela permanece limitada na capitalização e no mercado. A baixa produtividade por trabalhador e a falta de transporte avançado podem até contribuir para a permanência da estrutura de preços estável a que a fazenda aspira. A falta de mobilidade pode agir também para limitar a capacidade dos trabalhadores da fazenda em encontrar alternativas sociais ou econômicas ao emprego na fazenda.

Visto que a tecnologia permanece vinculada às habilidades tradicionais da população trabalhadora, a fazenda não exige, tipicamente, o grupo especializado de técnicos e administradores especificamente treinados, tão característico da organização da plantação. O supervisor da fazenda não precisa possuir habilidades técnicas que difiram qualitativamente daquelas dos trabalhadores sob seu comando. Seu papel é social e político, mais do que técnico, na medida em que ele exercita autoridade delegada pelo fazendeiro, uma autoridade apoiada num sistema privado de manutenção da ordem sustentado pela fazenda.

6. Sanções

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Temos notado acima que a fazenda geralmente opera sob condições tais que ela deve sistematicamente limitar ou destruir alternativas sociais e econômicas ao emprego que ela proporciona, no intuito de obter um suprimento adequado de mão-de-obra. Vimos também que na ausência de compensações monetárias, a fazenda tende a substituí-las por mecanismos sociais psicológicos ou econômicos de vinculação para prender o trabalhador ao seu local de trabalho. Quando tais mecanismos sofrem um colapso ou quando a segurança da fazenda é desafiada pelo crescimento de alternativas econômicas fora dos seus limites, requer-se um sistema de força para lidar com possíveis recalcitrantes. Tal sistema privado de manutenção da ordem pode

existir apenas onde o Estado é ou fraco demais para exercer controle a nível local, ou onde ele apoia a delegação de funções judiciais a empresários locais. Fazendas mexicanas costumavam manter sua própria polícia, seus juizes e cárceres (Aguirre Beltran e Pozas Arciniegas 1954: 203).

b) *Como uma condição operacional do tipo.* O principal objetivo de tal sistema privado de sanções, dentro do contexto da fazenda, é a manutenção - primeiramente - da disciplina de trabalho, para assegurar que os trabalhadores coloquem as exigências de produção do produto principal da fazenda acima de suas próprias atividades privadas. Este modelo de exploração pode variar no tempo e no espaço, mas é geralmente padronizado. Assim, por exemplo, em algumas fazendas peruanas e mexicanas, trabalhadores prestam uma quantidade fixa de tempo de trabalho em troca do uso da terra para suas próprias necessidades de consumo. Nos cafezais de Porto Rico, trabalhadores suspendem quaisquer atividades em que estejam engajados quando soa o sinal de começar a colheita (Mangin 1954; Whetten 1948:105-6; Wolf 1951:18).

A existência de tal sistema privado de sanções deixa o fazendeiro de mãos livres quando tem de punir infrações à disciplina de trabalho. Ele necessita desta liberdade porque a relação entre seu trabalhador e si próprio está expressa em termos personalistas. Ele pode ter que disciplinar seu trabalhador, mas, ao mesmo tempo, deve continuar sua relação pessoal com o culpado. Uma plantação pode disciplinar através do despejo de um trabalhador ou pela recusa de empregá-lo – atos que não envolvem laços pessoais entre a plantação e o sujeito da decisão. Ao passo que o direito de demitir ou de recusar-se a empregar pode ser, em si, uma sanção suficiente para impor disciplina numa plantação, já na fazenda o proprietário pode ter que adaptar sua disciplina às características de cada caso em particular.

c) *Condições culturais derivadas.* Distribuindo punições, o proprietário de fazenda talvez deva levar em consideração a situação geral na propriedade, em lugar de atentar para regras absolutas que governem padrões de comportamento. Seu procedimento será "situacional"; sua função principal será servir como um "exemplo" para seus

trabalhadores. Ocasionalmente, ele poderá recorrer a funcionários públicos superiores que administrarão tais punições, mas geralmente tenderá a resistir à imposição de qualquer conjunto impessoal de leis, que tenderia a limitar o exercício de sua autoridade personalista. Sanções utilizadas nas fazendas geralmente tomam a forma de punições físicas. A função psicológica desta punição pode ser dupla. De um lado, ela permite ao infrator o retorno às fileiras de trabalhadores após ter expiado seu delito. Assim ela restaura o laço afetivo entre o fazendeiro e os trabalhadores, através da eliminação da ameaça à autoridade do fazendeiro. Por outro lado, ela pode simplesmente exercitar uma função de terror calculado para paralisar a resistência à autoridade por parte da força de trabalho. Sob tais condições, não é necessário dizer, trabalhadores podem com freqüência estar sujeitos à punição física por razões que, em outros sistemas de manutenção da ordem, jamais justificariam tanta severidade.

III

Assim como a fazenda, a plantação exige capital, mercado, terra, mão-de-obra e equipamento. Em contraste com a fazenda, entretanto, a plantação combina estes fatores de produção diferentemente e com diferentes resultados para os seres humanos empregados.

ANÁLISE DO TIPO PLANTAÇÃO

1. Capital

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Como os organizadores das fazendas, também os empresários da plantação precisam de capital para montar uma organização produtiva, capaz de suprir as demandas de um mercado existente, ou para expandir aqueles mercados através da propaganda e da venda. As demandas da plantação por capital são muito maiores do que aquelas da fazenda, visto que é geralmente montada para suprir mercados de grande escala, freqüentemente de

alcance supranacional. Tal capital raramente pode ser fornecido por um empresário individual operando dentro de um contexto local. O capital é geralmente concentrado, através de uma série de mecanismos financeiros, num grupo empresarial que dimensiona seu investimento num dado empreendimento ou numa dada área, na base do máximo retorno sobre o capital investido. O investimento inicial deve ser bastante elevado para permitir que a plantação adquira os fatores de produção necessários sob as condições mais favoráveis e para fazer o melhor uso destes em suas operações.[8]

b) *Como uma condição operacional do tipo.* O grupo empresarial não deve apenas fornecer as grandes somas que são requeridas para equipar a plantação para seu início, mas isto é também uma exigência funcional para a plantação operar. A plantação deve ser organizada de forma a ser capaz de absorver grandes volumes de capital, assim como repor o capital empregado com grandes lucros. Os grupos empresariais funcionam numa escala de operações que torna difícil para eles dividirem seus investimentos em pequenas operações. O uso da terra, da mão-de-obra e da tecnologia na plantação deve, assim, ser orientado para produzir em grande volume, com eficiência e utilização máximas. Em todos estes aspectos, a plantação difere profundamente da fazenda, com suas limitadas entrada e saída de capital.

c) *Condições culturais derivadas.* Apenas raramente os fundos necessários para a operação da plantação encontram-se no país onde a plantação está estabelecida. Tais países geralmente são classificados como "subdesenvolvidos", e a formação do capital entre a população indígena é raramente avançada o bastante para permitir aos nativos assumirem o peso do financiamento desta agricultura em larga escala. O capital para as plantações, por isso, é geralmente suprido por estrangeiros (Roux 1953:247), enquanto que a mão-de-obra ou é fornecida pelos habitantes do país, ou é, mais comumente, importada. Alguns dos interesses relacionados com as condições respectivas de trabalhadores e proprietários estão potencialmente em conflito em

[8] Para um retrato da diferente escala de exigências de capital por parte das fazendas e das plantações, ver Mintz (1953:227-9).

qualquer país. Nas áreas de plantação, tais conflitos podem se tornar, além disso, impregnados de antagonismos advindos de diferenças culturais entre os protagonistas.

Nas grandes empresas, as funções de controle financeiro e gerenciamento se tornaram geralmente diferenciadas, e são delegadas a diferentes grupos de especialistas. Normalmente, os financistas estabelecem os objetivos da produção, enquanto que os gerentes estão envolvidos com a implementação destas metas através do uso racional dos fatores de produção sob seu controle. A divisão entre financistas e gerenciadores assume ainda maior importância em casos onde os financistas residem no país que exporta capital para a empresa, enquanto os gerenciadores exercem sua função delegada no país onde a plantação se estabeleceu. Desde que a empresa está organizada para a obtenção de retornos máximos sobre o capital investido, os gerentes têm o compromisso de impor estes objetivos a um país e a um povo, cuja orientação cultural e interesses podem ser discrepantes daqueles dos proprietários no seu próprio país. E, como os administradores são geralmente estrangeiros, o exercício de seus papéis é governado pelas mesmas normas-padrões que animam a conduta e o pensamento de seus empregadores empresariais.

O fluxo do capital, sujeito às demandas de máximos rendimentos, torna-se a força motriz que fundamenta todas as relações principais dentro do tipo plantação. O empreendimento plantação avalia todos os arranjos sociais à luz de considerações pecuniárias, e tende a fazer da exigência por máximos retornos sobre tão generosos investimentos o principal fator de decisão quanto a saber se um dado padrão de relacionamento deve ser continuado, ou se deve ser substituído por outro. O resultado é uma situação onde terra, mão-de-obra e equipamento são julgados totalmente enquanto mercadorias, e as relações que governam seu uso são avaliadas totalmente à luz da contabilidade "racional" de custos. O papel da terra, da mão-de-obra e do equipamento na cultura tradicional da área tende a permanecer um assunto indiferente para os financistas e administradores, tanto quanto as conseqüências culturais da organização da plantação para a vida da população nativa.

O emprego da contabilidade racional de custos distingue mais ainda a plantação da fazenda. As necessidades de subsistência e de prestígio dos proprietários das empresas estão completamente divorciadas do emprego que se faz do capital. Tais necessidades podem ser preenchidas pelo pagamento intermitente dos interesses, apenas após completado um ciclo de produção. A maior parte do capital é reinvestida na operação do empreendimento e usada apenas para fins econômicos. No emprego do capital para estas finalidades podemos notar de novo uma tendência a tratar os fatores de produção como mercadorias, independentemente das implicações culturais de tal tratamento.

Uma conseqüência importante do investimento de capital em um país estrangeiro é a tendência do investidor em tentar proteger seus interesses, influindo na máquina política do país em que ele investiu. Por causa disto, *"toda região de plantações está envolvida em política desde os primórdios."* (Whittlesey 1944:33). A conexão entre imperialismo e economia de plantação está tão bem documentada, que dispensa comentários adicionais neste artigo.

2. Mercado

a) *Como uma condição inicial do tipo.* A plantação requer não apenas um grande e estável suprimento em capital para financiar suas operações, mas necessita também de um mercado em larga escala em que possa colocar sua produção. Tais mercados são geralmente encontrados em um ou vários países "desenvolvidos", freqüentemente naquele que fornece capital para as áreas onde a plantação está situada. Em tais países, os clientes ou são indústrias precisando de produtos como juta, borracha ou sisal, ou fábricas que produzem bens de consumo, como açúcar, chá, cacau, café. Desde a Primeira Guerra Mundial, tais mercados têm sido resguardados contra a oferta em excesso através de acordos internacionais que regulam a produção por meio da manipulação de quotas, tarifas ou preços. Estas tentativas de estabilização parecem necessárias para reduzir os altos riscos que acompanham o investimento de grandes quantidades de capital (Roux

1953:254). Verificamos assim, a nível internacional, a utilização por parte da plantação de algumas técnicas semi-monopolistas empregadas pelas fazendas para tentar controlar seu mercado a nível regional ou local (ver acima). Em contraste com a fazenda, entretanto, a produção na plantação deve ser capaz de uma rápida expansão quando houver um incremento significativo da demanda efetiva através do florescimento de novas indústrias, da população ou de popularidade do produto.

b) *Como uma condição operacional do tipo.* Em contraste com a fazenda, que tenta diminuir os riscos habitualmente abastecendo abaixo da demanda disponível, a produção da plantação está estritamente calculada em função da capacidade do mercado a que atende. Visto que a plantação é essencialmente um sistema para a produção do máximo retorno sobre o capital investido, o uso da terra, da mão-de-obra e da tecnologia é continuamente reavaliado para permitir que o sistema produza mais. A produção, entretanto, não é especulativa (Gayer, Homan e James1938:107-10; Minimum Wage Board 1943:101-11). Ela permanece sempre sujeita a acordos internacionais, como também a políticas nacionais, tanto do país produtor quanto do país receptor do produto final.

c) *Condições culturais derivadas.* Em contraste com a produção da fazenda, a produção da plantação tende a ser mais altamente especializada. Cada plantação cultiva apenas um tipo de cultura. Diferentemente da fazenda, a plantação reduz, assim, sua capacidade de resistir a mudanças súbitas no mercado externo. Ela liga seu destino ao do cultivo comercial principal e não mantém uma segunda linha de defesa para o caso de um colapso no mercado.[9]

[9] Nos anos recentes, tem-se verificado uma tendência das plantações, em algumas partes do mundo, desenvolverem cultivos comerciais secundários, que podem tomar o lugar do cultivo comercial principal, em caso de mudanças desfavoráveis no mercado. Pode-se notar, também, uma tendência dos países "subdesenvolvidos" a forçar as plantações a dedicar mais atenção às necessidades de subsistência dos seus trabalhadores. Ver, por exemplo, (Credner 1942:112-19). Tais tendências podem, eventualmente, levar a mudanças de porte no tipo plantação.

A plantação é, portanto, menos autônoma na sua operação do que a fazenda. Funcionando, como deve, dentro de um sistema político e econômico mais amplo, ela está submetida a forças econômicas de uma ordem diferente. Neste sentido, os riscos associados com o investimento de capital nas plantações são muito altos (Roux 1953:260). A este nível de organização do mercado, é impossível para os proprietários exercerem influências pessoais sobre o mesmo. Quaisquer que sejam os arranjos semi-monopolistas ou monopolistas para garantir a segurança do investimento, eles devem ser efetuados através de manipulações de agências nacionais e supranacionais, onde a influência pessoal é de eficiência limitada. Arriscar-se, desta forma, parece depender primeiramente das mudanças na correlação de forças entre as potências dominantes que exercem controle sobre as áreas de plantações, ou entre estas potências e suas agências.

3. Terra

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Como a fazenda, a plantação necessita de terras suficientes para permitir uma produção de grandes quantidades de produto comercial. A plantação deve colocar a possessão da terra em consonância com seu investimento em maquinaria e transporte. Para a plantação, a terra é, então, uma mercadoria como outra qualquer, adquirida, usada e descartada por razões puramente econômicas.

b) *Como uma condição operacional do tipo.* A plantação não apenas precisa de terra suficiente para manter a produção comercial num volume compatível com seus objetivos de aumentar os lucros, como também precisa melhorar suas terras para manter ou aumentar sua produtividade. Então, muito capital é despendido nas plantações para drenar ou irrigar a terra e preparar o solo, através do uso de fertilizantes comerciais. A plantação também deve controlar terras produtivas suficientes para lhe permitir uma expansão da produção para mercados em desenvolvimento. Ao contrário da fazenda, no entanto, a plantação possuirá poucas terras improdutivas. Terras estas que

podem ser destinadas a facilitar o transporte ou para experimentos agrícolas; mas não uma reserva de terra, como na fazenda, para privar a força de trabalho de alternativas efetivas ao emprego na propriedade ou para conceder benefícios de subsistência aos trabalhadores. Falando de modo geral, a plantação esforça-se por realizar uma produção "aerodinâmica"*, com tão pouco paternalismo para com seus empregados quanto possível. Em raros casos, uma dada plantação pode conceder algumas parcelas para culturas de subsistência para sua mão-de-obra, mas por razões outras que não por paternalismo. O fornecimento de tais concessões pode representar um expediente político para apaziguar descontentamentos locais, ou dever-se a considerações técnicas relacionadas com as exigências de um uso adequado da terra para o cultivo comercial. Mas a plantação não usa estas concessões para vincular a mão-de-obra, como acontece com a fazenda.

c) *Condições culturais derivadas.* Através de uma ocupação maciça da terra para os fins de produção comercial, uma plantação logo começa a dominar a vida sócio-econômica das áreas circunvizinhas. Sua demanda por terras geralmente a coloca em conflito imediato com a população preexistente, como caçadores ou coletores que usam a terra como reserva de caça, ou ainda agricultores que praticam algum tipo de agricultura de subsistência ou comercial. Ocupando terras que outras pessoas usavam como meio de subsistência, ela mina geralmente a produção de subsistência, forçando a população ao trabalho assalariado nas terras recém-conquistadas, como resultado imediato.

A concentração de plantações em certas regiões de um país, que estão próximas ao mercado consumidor ou às principais rotas de transporte, tende, além do mais, a dicotomizar a estrutura desta nação-hospedeira numa área de plantações marcada pela intensa atividade econômica e bem provida de capital, e uma outra área "marginal", que continua orientada pela tradição e sub-capitalizada. Ao mesmo tempo, o setor marginal é freqüentemente afetado pelas operações do setor de plantação através de mecanismos como o

* Os autores utilizam o termo "streamline", ou seja, no caso, no sentido de desprovido de qualquer empecilho ao desempenho máximo.N.d.t.

trabalho assalariado, as atividades comerciais, as tarifas, etc. O resultado é, muitas vezes, um desenvolvimento bastante desigual das regiões geográficas e estruturas sociais associadas à atividade da plantação e daquelas associadas a atividades não ligadas à plantação, respectivamente. O contraste entre o interior montanhoso "marginal" e as planícies costeiras ocupadas por plantações em Porto Rico seria um exemplo. O contraste entre o cinturão costeiro da plantação e o interior, no Brasil, seria um outro. Ao mesmo tempo, a própria massividade das plantações tende a desencorajar o desenvolvimento de outros empreendimentos econômicos alternativos ou adicionais de menor escala, no setor da plantação. McBride (1934:152) diz:

"*Nesta ordem social, há pouco espaço para uma classe média: a própria plantação comercializa suas colheitas; procura suprir direta ou indiretamente toda a população; daí que a classe comercial seja pequena e geralmente dependa da propriedade fundiária. Grupos econômicos fora das plantações são também decididamente limitados. A classe profissional não é numerosa. A maioria da população mantém alguma relação com a plantação e se encaixa em uma ou outra das categorias entre as quais seu pessoal está distribuído.*"

Desta maneira, a vida social, política e econômica do país-hospedeiro pode passar a ser dominada por empreendimentos agrícolas que produzem uma ou duas culturas de exportação, enquanto que a sua própria capacidade de produzir alternativas econômicas às plantações permanece severamente limitada.

4. Mão-de-obra

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Uma força de trabalho grande o bastante para realizar a produção em volume considerável, a taxas suficientemente baixas para garantir retornos do capital investido, é uma condição inicial essencial de uma plantação. Onde isto não está disponível nas vizinhanças da plantação, ou onde a população local não se dispõe a trabalhar nas operações da plantação, então esta mão-de-obra deve ser importada.

b) *Como uma condição operacional do tipo.* A plantação opera com base no pressuposto de que a mão-de-obra é abundante e barata. Como em qualquer estabelecimento "industrial", o baixo custo de mão-de-obra é uma das garantias de seu sucesso financeiro. A plantação funciona otimamente onde muitos trabalhadores competem pelo mesmo emprego, já que esta competição achata automaticamente o preço da força de trabalho. Por exemplo, no período pós-emancipação nas Índias Ocidentais britânicas, os proprietários das plantações – privados de mão-de-obra pelo desenvolvimento de um campesinato negro, e também dispondo de escassos fundos de capital – conseguiram garantir para si mão-de-obra barata, patrocinando a forte imigração de trabalhadores da Índia. Tal imigração não supriu a totalidade da força de trabalho necessária, mas provocou um aumento populacional em áreas estratégicas, de modo suficiente para baixar os custos da mão-de-obra. No Peru, as plantações de cana-de-açúcar do litoral contam com a migração sazonal de moradores das fazendas e membros de comunidades indígenas do altiplano, de forma bastante semelhante à dependência parcial das plantações açucareiras costeiras da Jamaica e Porto Rico, em relação ao trabalho sazonal de camponeses das terras altas. Na Guatemala, populações indígenas do altiplano resistem ao trabalho assalariado permanente devido aos seus padrões conservadores de consumo, determinados culturalmente; entretanto elas são forçadas por lei a trabalhar como assalariados nas plantações da costa (Cumper 1954:119-60; Jones 1940:163-5; Mangin 1954; Mintz 1951; Saenz 1944:9, 72; Wagley 1941; Wolf 1951). Assim, a plantação prospera em condições nas quais o fornecimento de mão-de-obra é excessivo o ano todo ou sazonalmente. Onde tal suprimento de força de trabalho está ausente ou não se coloca voluntariamente à disposição da plantação, o aparato político da sociedade maior, muitas vezes, funciona para facilitar este suprimento através de leis que afetam a posse da terra, a taxação, a imigração, e de outros meios.

Numa situação onde muitos trabalhadores estão competindo pelos empregos disponíveis, o método de pagamento mais vantajoso para a plantação é sob a forma de salários em dinheiro. O trabalhador da plantação é tipicamente um trabalhador "livre" em um mercado de

trabalho livre. Na medida em que o esforço no trabalho é recompensado com dinheiro, a força de trabalho pode ser medida de forma impessoal. Pagamento por tarefa, por produção ou por taxas por hora, além dos abonos, são as maneiras prevalecentes de pagamento, em razão da natureza repetitiva e "industrial" da operação envolvida (Roux 1953:243). Alojamentos gratuitos podem ser, às vezes, providenciados para alguns trabalhadores, para manter um grupo de operadores durante todo o ano. Diferentemente da fazenda, todavia, a plantação não se baseia em tais mecanismos de economia de capital para assegurar sua mão-de-obra como a distribuição de gratificações, a concessão de crédito pessoal ou a institucionalização de relações pessoais entre empregador e empregado. Tais gratificações contrariam as exigências do gerenciamento racional de amplas áreas de terra para produção intensiva, visto que diminuem a "eficiência" e aumentam os custos de administração. Numa situação ideal, a plantação manteria um pequeno núcleo de trabalhadores vinculados a si o ano inteiro, para efetuarem o necessário trabalho de rotina, enquanto que contaria com forte imigração de trabalhadores durante o pico da estação de trabalho.

Por sua vez, os trabalhadores que recebem salários por seu trabalho começam a mudar de hábitos de consumo. Progressivamente, suas necessidades só podem ser supridas comprando em lojas, e não pela produção de subsistência nas parcelas que eles detêm ou nas quais trabalham eles mesmos. Quando seu dinheiro acaba, eles logo tendem a retornar à plantação em busca de algum trabalho adicional, ao invés de gastar seus esforços em culturas próprias ou fabricando coisas para si mesmos (veja abaixo).

c) *Condições culturais derivadas.* O uso da mão-de-obra na plantação tende a acarretar efeitos imediatos no padrão principal de assentamento de uma área de plantação. O mais notável é o desenvolvimento de comunidades inteiras de trabalhadores assalariados diretamente dependentes do trabalho nas plantações. Estas são geralmente separadas, tanto espacial quanto culturalmente, dos povoamentos tradicionais dos habitantes do país. Algumas delas são localizadas nas plantações mesmas, porém é mais comum a

ocupação das terras marginais ao seu redor. Estas mudanças no padrão de assentamento podem finalmente afetar regiões inteiras e até países.

Notável também é o padrão de migração sazonal, decorrente das demandas temporárias de mão-de-obra nas plantações. Estas migrações podem ligar o interior de um país com a sua faixa de plantações, como ocorre na Guatemala e em Porto Rico. Podem também tomar corpo através de fronteiras nacionais, como no caso dos migrantes haitianos na República Dominicana. Pode-se esperar que tais migrações sazonais acarretem fortes influências na unidade, divisão do trabalho predominante e na distribuição da autoridade dentro da família do trabalhador e em muitos outros aspectos da cultura dos trabalhadores.

Empregos remunerados introduzem ainda uma série de novos e decisivos fatores numa região de plantação. O pagamento de salários torna supérfluo qualquer relacionamento pessoal entre o empregado e os organizadores da produção. O trabalhador não mantém outros vínculos com a empresa, além da venda intermitente de sua força de trabalho. Em contraste com a fazenda e, mais freqüentemente ainda, com os modelos culturais tradicionais do grupo ao qual pertence o trabalhador, as relações pessoais não são os meios através dos quais a mão-de-obra é organizada e utilizada.

Não só os meios de ganhar a vida diferem profundamente daqueles prevalecentes nas fazendas, mas o pagamento de salário altera também os padrões de consumo da força de trabalho. O trabalhador da fazenda é pago em bens e gratificações de natureza não-monetária. A fazenda que providencia estes serviços em gênero é assim capaz de impor um limite máximo de consumo para sua mão-de-obra, um limite que raramente é objeto de revisão. O trabalhador da plantação recebe um salário em dinheiro que deve ser gasto em lojas. Torna-se, desta maneira, em um grau muito maior do que o trabalhador da fazenda, um consumidor de bens que não são produzidos por ele ou por seus semelhantes, e que não são produzidos nos limites da localidade onde ele vive. Salários em espécie condicionam assim um fluxo contínuo de bens comprados em lojas nas áreas de plantação, introduzidos ou pelas lojas da empresa ou armazéns de pequenos

comerciantes. Os hábitos de consumo da mão-de-obra da plantação podem, sem dúvida, ser modelados sobre normas culturais antecedentes, mas os bens introduzidos provocam um fluxo contínuo de alternativas culturais na comunidade de trabalhadores. O trabalhador da plantação, de modo diverso daquele da fazenda, é constantemente confrontado por escolhas de consumo que ele tem que resolver.

Os novos bens introduzidos de fora, por sua vez, não são elementos isolados que se difundem sem mais implicações culturais. Um par de sapatos coloridos ou de óculos de sol, ou alimentos enlatados comprados numa loja não são meramente novas feições culturais. Representam também a participação num sistema econômico e social mais amplo, em que invejosas comparações são feitas entre indivíduos, em termos de sua capacidade de consumo. O salário monetário do trabalhador de plantação, não apenas o confronta com a escolha de itens de consumo, mas também com novas relações sociais simbolizadas por tais itens de consumo. Isto tende a modificar os valores culturais iniciais da força de trabalho, e a ampliar seus horizontes sociais e culturais. O aumento das opções de consumo é, algumas vezes, fomentado pelos aumentos dos salários monetários, como em Porto Rico após 1940, sendo estes aumentos possíveis em razão da enorme produtividade por trabalhador no sistema de plantação. Apesar destes incrementos na renda *per capita* serem raramente proporcionais a esta produtividade, eles permitem aos trabalhadores da plantação uma participação muito mais completa do que os da fazenda na expansão das fronteiras de consumo da sociedade capitalista.

No caso da fazenda, o próprio fazendeiro extrai rendimentos com a finalidade de subsistência e prestígio da operação de sua propriedade. Em contraste, os donos da plantação dificilmente vêem o empreendimento como uma fonte de onde extrair meios de vida para si próprios. Isto fica especialmente evidente onde a plantação é meramente um entre muitos empreendimentos pertencentes a um grupo empresarial. Neste caso, a acumulação de capital é a finalidade primária da empresa, todos os meios são direcionados para este fim.

Há, desta maneira, poucas chances de que os modelos culturais baseados no entendimento comum do processo de consumo, que são características da fazenda (ver acima), venham a se desenvolver na plantação.

O pagamento do trabalho, realizado na plantação, através de salários tem conseqüências adicionais para os padrões culturais que se desenvolvem na sua esteira. O fato de todos os trabalhadores receberem salários iguais por unidade padronizada de trabalho, permite a cada homem a compra com o seu salário de tanto ou tão pouco quanto seu companheiro de trabalho. Esta igualdade de remuneração funciona como uma forte influência niveladora, colocando cada homem num plano grosseiramente igual ao do seu vizinho. A experiência de obter remuneração similar pelo mesmo trabalho se torna um poderoso fator de conscientização dos trabalhadores das plantações acerca da similaridade de suas chances na vida. Esta "consciência de semelhança" recebe um reforço suplementar devido à freqüência com que os homens são demitidos por causa de flutuações no mercado do produto da plantação ou da crescente mecanização das operações. Falta ao trabalhador das plantações a possibilidade que tem o trabalhador das fazendas, de recorrer à produção de sua parcela de subsistência ou outras gratificações não-monetárias, quando há uma crise no mercado. No seu caso, a perda do emprego põe imediatamente um sério problema em termos da própria sobrevivência biológica. Desde que, aos olhos dos organizadores da produção na plantação, um homem é tão bom quanto um outro e, assim, pode ser facilmente substituído; então todos se confrontam com o mesmo destino.

Defrontados com a mesma situação na vida, os trabalhadores da plantação tendem a desenvolver relações sociais para contrabalançar a instabilidade de suas posições individuais. Estas relações podem assumir uma ampla variedade de formas. Podem ser relações de parentesco ritual, padronizadas sobre o modelo de laços familiares, mas que se estendem a pessoas estranhas, no sentido de incluir grande número de indivíduos em relações quase-familiares (Mintz e Wolf 1950). Tais laços podem comprovar sua eficiência para consolidar

uma maior solidariedade a segmentos da comunidade de trabalhadores, mas freqüentemente não são flexíveis o bastante para unir a maior parte do total da força de trabalho. Isto é realizado, geralmente, com mais eficiência pela sindicalização, que representa uma tentativa de criar uma certa escassez local de mão-de-obra, numa situação societal geral de abundância crônica de tal fator. A sindicalização, entretanto, com freqüência, tropeça no mesmo problema que a gerou: homens demais competindo por oportunidades de trabalho muito reduzidas. A sindicalização, assim, raramente permanece no plano puramente econômico, mas tende a tomar rumos políticos. Se o sindicato de trabalhadores pode ganhar força suficiente para influenciar a política em nível nacional, então ele poderá trabalhar para uma melhoria dos serviços institucionais providos pelo governo, ou então impostos aos donos das plantações através de algum tipo de intervenção governamental. Este papel político dos sindicatos de trabalhadores das plantações é especialmente importante nas sociedades que são política e economicamente dependentes de potências dominantes. O sindicato pode ter oportunidade de aliar-se a grupos que operam em nível nacional, para restringir o poder do país dominante. Protestos contra plantações possuídas e operadas por estrangeiros podem fazer parte deste esforço político, e o sucesso político de grupos anti-coloniais pode resultar em uma extensão dos serviços oferecidos à população da plantação.

Finalmente, a plantação também tende a afetar a composição cultural e étnica da população sob seu controle. Como uma resultante da imigração ou importação de mão-de-obra, as áreas de plantações são geralmente caracterizadas por grande heterogeneidade cultural e física (Thompson 1935:323). A igualdade de oportunidades na vida e o desenvolvimento de uma comum "consciência de semelhança" entre os trabalhadores de plantação, pode ser o instrumento para romper tais barreiras culturais e étnicas, resultando em uma aculturação considerável, além de forte miscigenação entre os diferentes grupos étnicos.

5. Tecnologia

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Em contraste com a fazenda, a plantação requer um investimento substancial em maquinaria, transporte, equipamento, facilidades e em conhecimentos técnicos. A maquinaria é geralmente necessária para o processamento, mas é também aplicada nas operações de campo, na medida em que novas técnicas são elaboradas para tal aplicação. Geralmente, a maquinaria é importada do país industrializado, que também fornece o capital e a competência gerencial para o empreendimento da plantação. Seus benefícios para o país da plantação são, assim, apenas indiretos e consistem essencialmente naquela parte dos salários que refletem um incremento de produtividade.

Melhorias em transporte são acompanhantes necessários do sistema de plantação, tanto em termos de transporte externo para permitir que o produto da plantação seja embarcado para os mercados de ultramar, como em termos de transporte interno, para permitir uma rápida e eficiente comunicação entre as plantações e suas rotas de escoamento. Tais melhorias podem ser feitas pelos plantadores, ou então por um conjunto de empresários em colaboração com os governos locais. Com freqüência, o estabelecimento de uma rede de transportes e a introdução ou melhoria das facilidades de transporte podem beneficiar um certo número das partes envolvidas nestes programas de construção: o governo, por exemplo, pode melhorar, deste modo, a sua capacidade de cobrar impostos, de investigar assuntos locais, de recrutar cidadãos para as forças armadas, e assim por diante. Do ponto de vista da plantação, todavia, as melhorias dos transportes representam, primeiramente, um aumento na eficiência de suas operações.

A plantação requer também um corpo bem preparado de pessoal para a execução das funções administrativas e técnicas. Estes recursos humanos são raramente disponíveis na própria área da plantação, sendo comumente importados de fora ou treinados para preencher os requisitos necessários.

b) *Como uma condição operacional do tipo.* Num contraste profundo em relação à fazenda, a plantação pode gastar vultosas somas para melhorar sua tecnologia. Sua mecanização de fases tanto do processamento quanto da cultura, o uso sistemático de fertilizantes, herbicidas e irrigação; a possibilidade de realizar experimentos e de introduzir novas variedades do cultivo principal; sua habilidade para subsidiar a pesquisa governamental ou para incentivar a formação de técnicos em escolas locais, tudo isto se contrapõe nitidamente ao caráter intensivo de mão-de-obra da fazenda. A introdução de tais novos aparatos e conhecimentos é, naturalmente, objeto do mesmo critério de "contabilidade racional de custos" usado em todas as fases da operação da plantação. Numa dada situação, a forma assumida pela organização da plantação dependerá do total de capital disponível; do grau em que o trabalho manual puder revelar-se mais barato ou mais eficiente do que as máquinas; do grau de progresso tecnológico conseguido no melhoramento da qualidade do produto na indústria em geral, e assim por diante. Considerações semelhantes às expostas acima irão animar também a introdução de novos meios de transporte ou novas técnicas. Apenas a expectativa de retornos sobre o capital investido trará melhorias no fluxo do produto do campo para a fábrica, ou na maneira de concentrar, distribuir e trocar a mão-de-obra ou a maquinaria.

Devido à escala das operações da plantação, um corpo técnico é necessário para supervisionar o trabalho no campo, no processamento, na comercialização e em outras fases da produção ou distribuição. A delegação de tais funções para especialistas cria um hiato entre os proprietários "de fato" da plantação e os técnicos de um lado, e entre estes técnicos e a mão-de-obra local do outro lado. Este hiato é acentuado onde os proprietários "de fato" da plantação residem em um país diferente daquele em que a plantação é situada.

Fazenda e plantação contrastam ainda profundamente quanto às maneiras pelas quais a mão-de-obra é conduzida para cumprir as tarefas estabelecidas dentro dos sistemas classificados sob um e outro tipo. A fazenda, com sua escassez de capital e sua necessidade de vincular a força de trabalho, mantém uma tecnologia intensiva em

mão-de-obra, freqüentemente baseada nas ferramentas e técnicas tradicionais na cultura da qual a força de trabalho é oriunda. Em contraste, o trabalhador de plantação é integrado num sistema de produção onde sua produtividade é controlada via aumento da eficiência da organização do trabalho, ou a multiplicação de sua eficiência via agricultura científica, ou por ambas. Além das melhorias técnicas desenvolvidas na plantação, a produtividade do trabalhador de plantação é otimizada pela sistematização da produção. O esforço de trabalho é costumeiramente dividido num número de operações fixas, cada uma delas podendo ser efetuada por qualquer trabalhador, sem levar em consideração suas capacidades individuais. Esta redução das tarefas de trabalho a um número de operações separadas, cada uma realizável por qualquer trabalhador, procura utilizar o trabalhador puramente em termos de sua força de trabalho, sem referência a outras características. Isto permite, ainda, o rápido treinamento de trabalhadores não-qualificados e favorece a pronta substituição de um trabalhador por outro. Esta racionalização da força de trabalho contrasta com a lógica de produção nas fazendas, baseada nos costumes.[10]

c) *Condições culturais derivadas*. A presença da maquinaria na plantação implica em distinções tanto sociais quanto ocupacionais entre um corpo técnico, relativamente pequeno, e a enorme força de trabalho não-especializada. Visto que o corpo técnico tende a provir do país que fornece os capitais de investimento para a plantação, ao invés do país no qual a plantação está situada, ele considera com freqüência os problemas locais em termos de interesses externos e não em termos de considerações locais. Muitas vezes, este grupo técnico se identifica fortemente com o país dominante e tende a reforçar esta

[10] Alguns autores contemplam a racionalização da produção sob o sistema de plantação enquanto um aspecto da liberação do trabalhador dos laços de sujeição a um senhor pessoal que controla a sua vida. Outros têm criticado o sistema de plantação por sua suposta destruição de um modo de vida altamente integrado, qual seja o da fazenda ou de algum grupo aldeão tradicional. Parece-nos que estas formas de organização se constituem como resposta a forças culturais que não dependem primeiramente das personalidades nem da filosofia pessoal dos organizadores da produção. Antes, representam respostas aos problemas colocados pelos diferentes tipos e tamanhos de mercado, ou quantidades de capital disponível e as diferentes situações políticas.

identificação através da coesão interna, além de uma consciência de grupo. Tais aspectos culturais do papel de gestão não são necessariamente atributos do tipo plantação, mas são características previsíveis daquelas plantações que trazem seus técnicos especializados do país de origem. Desde que tanto os técnicos como os trabalhadores tendem a formar seus grupos separados e com freqüência antagônicos, podemos esperar que aquelas tensões entre ambos resultem em foco de sentimentos nacionalistas ou racistas. Freqüentemente, por isso, podemos encontrar os técnicos com pretensões a uma descendência racial distinta, a um poder intelectual superior e a ser membros de uma nação politicamente dominante; enquanto os trabalhadores reforçam sua própria solidariedade através do uso de símbolos contrastantes. As tendências políticas dos trabalhadores nas zonas de plantação recebem, assim, um considerável reforço.

Tais tendências são também reforçadas por outras condições culturais derivadas da operação da plantação. Pode-se notar, por exemplo, que com a introdução de uma complexa divisão do trabalho na plantação, o trabalhador individual não pode mais abarcar conceitual ou tecnicamente a extensão das operações de produção. O trabalho perde seu caráter "holístico" e se torna despersonalizado. Em áreas nas quais a força de trabalho possui uma cultura que avalia tradicionalmente o trabalho, em termos que integram o ponto de vista econômico e outros aspectos da vida, num tecido intimamente entrelaçado, tal mudança no caráter do trabalho pode produzir a "secularização" das normas culturais tradicionais. Uma ideologia de destruição das máquinas pode se desenvolver e fundir-se com o nacionalismo e a solidariedade de classe em desenvolvimento.

Tais tendências são também afetadas pelo desenvolvimento de transportes avançados nas áreas de plantações. Com a ampliação dos meios de transporte, há uma abertura da comunidade, da região e da própria nação para penetrações adicionais vindas do exterior. Isso pode aumentar a mobilidade geográfica e, portanto, afetar a subcultura dos trabalhadores. Permite também mais contatos entre grupos de trabalhadores em diferentes plantações e desta forma, fortalece a solidariedade de classe provocada pelo funcionamento da

plantação. Os meios de transporte modernos também tornam a mão-de-obra mais intercambiável em áreas cada vez mais vastas, e reforça, desta maneira, a tendência da plantação a usar cada trabalhador como uma unidade substituível e padronizada. Pode ocorrer igualmente o inverso: eles permitem que elementos insatisfeitos das comunidades locais mudem-se mais facilmente para outras áreas ou centros urbanos e este fato pode enfraquecer a solidariedade do grupo local pela abertura de novos horizontes e oportunidades de mudanças e circulação social. No desenvolvimento destas alternativas, o transporte, logicamente, deve ser visto apenas enquanto um fator entre muitos outros, e seu papel pode ser entendido apenas através da análise do contexto total que envolve seu crescimento.

6. Sanções

a) *Como uma condição inicial do tipo.* Como a fazenda, a plantação requer um sistema de sanções para regular a distribuição de excedentes produzidos e para disciplinar a mão-de-obra durante as suas operações.

b) *Como uma condição operacional do tipo.* De maneira contrastante com a fazenda, onde uma infração à disciplina do trabalho põe em questão a autoridade do proprietário, e onde as punições são utilizadas para restaurar relações sociais ameaçadas, os organizadores da produção na plantação podem impor a disciplina de trabalho simplesmente pela demissão do infrator. Isto é possível, em primeiro lugar, porque a plantação opera num contexto de oferta excessiva de mão-de-obra e, em segundo lugar, devido ao fato de um trabalhador não-qualificado poder ser facilmente substituído por outro na realização de operações simples e padronizadas, às quais o processo de trabalho tem sido reduzido. Assim como o pagamento de salários não envolve laços pessoais entre empregador e empregado, as sanções que garantem a aplicação da lei e da ordem são inteiramente impessoais, e não envolvem a restauração de relações afetivas entre patrão e trabalhador.

c) *Condições culturais derivadas.* Tal tipo de castigo tende a reforçar a inclinação dos trabalhadores das plantações a contar somente consigo. Impossibilitado de recorrer a relações pessoais com os gerentes e técnicos da plantação, o trabalhador, contra o qual as sanções têm sido tomadas, pode contar apenas com a simpatia e ajuda de seus companheiros de trabalho, cujos interesses estão ligados aos seus, com riscos e oportunidades semelhantes na vida. Em última instância, portanto, o trabalhador sujeito a tais sanções tende a se apoiar em qualquer organização econômica ou política que se proponha a representar os interesses do grupo de trabalhadores, num esforço para garantir a restauração de seu emprego ou uma indenização pela perda do seu meio de vida. A aplicação da disciplina é assim repleta de problemas para aquelas plantações que se defrontam com organizações trabalhistas fortes; a presença de tais organizações pode ditar considerável pragmatismo na imposição de tais sanções.

CONCLUSÕES

Tratamos neste artigo de dois tipos de sistemas sociais na agricultura: a fazenda e a plantação. Em cada caso, tentamos indicar as condições que devem estar presentes para a canalização do desenvolvimento em direção a sistemas de um ou de outro tipo; as condições para a sua manutenção; e as condições culturais decorrentes. Tentamos também indicar as condições que devem estar presentes na sociedade maior para permitir e favorecer o desenvolvimento de fazendas e plantações. Nosso objetivo permanente foi a definição de cada tipo como um modelo operacional que explicaria as diferenças de comportamento observadas no campo, e que, no entanto, possuiria utilidade na previsão de situações ainda não conhecidas ou estudadas.

De fato, pode ser que os modelos operacionais sugeridos aqui sejam limitados à América Latina e devam ser modificados no caso de serem aplicados a outras áreas do mundo. É também possível que eles devam ser redefinidos mesmo que sejam aplicados em situações dentro da própria América Latina que não são familiares aos presentes

autores.[11] No entanto, o procedimento científico numa comparação transcultural não pode prescindir de algumas destas construções tipológicas. Mesmo uma leitura superficial da literatura disponível deixa poucas dúvidas de que as plantações do gênero classificado em nosso tipo plantação, existem em outras partes do mundo. Da mesma forma, atenção deve ser prestada aos sistemas similares às fazendas que floresceram no século XIII na Inglaterra e no século XV na Europa centro-oriental e oriental (Dopsch 1943:229-31; Clapham e Power (eds) 1941:410; Postan 1937:171, 186, 192 passim; See 1952:139-41). Tais sistemas podem ser reestudados com vantagem sob a luz dos modelos aqui oferecidos.

O uso de tais modelos em pesquisa transcultural pode ser frutífero, entretanto, apenas se eles não forem dotados de vida própria, mas utilizados simplesmente como instrumentos heurísticos para analisar relações entre variáveis que são constantemente encontradas em processos de mudança. Um tipo não é uma "coisa" encontrada na natureza, mas uma construção mental. Da mesma forma que um conceito de sistema social envolve uma série de formulações inter-relacionadas sobre as recorrências nos comportamentos observados, o

[11] Numa cuidadosa e contundente crítica a este trabalho, Dr Raymond Smith citou algumas evidências para comprovar o argumento de que as plantações açucareiras da Guiana Britânica possuem muitas características econômicas que nós atribuímos ao tipo fazenda; ao mesmo tempo, médias propriedades produtoras de banana, na Jamaica, diz ele, parecem ter muitas características econômicas que foram aqui atribuídas ao tipo plantação. Ele conclui que: "*A questão seria de saber se não existe uma série de tipos de organizações econômicas variando desde as fazendas de médio porte até as plantações, e se é realmente possível definir tais organizações nos exatos termos sociais*" apresentados por nós.
Esta crítica não pode ser contestada, caso se admita que a construção de tipos, da qualidade aqui apresentada, deva ser descartada enquanto não se tenham dados para o mundo todo ou, pelo menos, para toda a América Latina. Na visão dos autores, a utilidade do presente trabalho pode residir, em parte, no estímulo que o mesmo proporciona para um novo exame dos dados sobre uma gama de sistemas agro-sociais em diferentes meios. Temos esperanças de que muito mais "exceções" aos nossos tipos serão noticiadas por outros críticos no futuro. Temos convicção de que sistemas de exploração agrícola específicos são bem "reais", enquanto que nossos tipos são meramente abstrações feitas a partir de um número limitado de casos. Se a relação crítica de casos que se afastam das "normas" abstratas que construímos levar a uma melhor compreensão do processo e da inter-relação de diversas características dos sistemas agro-sociais, nosso objetivo, ao escrever este artigo, terá sido alcançado.

conceito de um tipo de sistema social representa uma série de formulações inter-relacionadas a respeito de caracteres recorrentes de um certo número de sistemas sociais.

Tais feições recorrentes nunca são idênticas de sistema para sistema, mas podemos dizer que apresentam semelhanças, dentro de limites especificáveis. Assim, como vimos, tanto em Porto Rico como no México, existiram em certas épocas sistemas sociais na agricultura que foram, em ambos os casos, caracterizados pela possessão de um armazém da empresa e pela oferta de parcelas para culturas de subsistência para a mão-de-obra. No México, tanto os armazéns de empresa como as parcelas para culturas de subsistência foram banidas no decurso da redistribuição agrária que se seguiu à Revolução de 1910 (Whetten 1948:132-3, 571). Uma reorganização completa do sistema de posse da terra e da produção agrícola envolveu a regressão simultânea destas duas características. Em Porto Rico, as fazendas de café dissolveram seus armazéns de empresa, mas conservaram a prática de conceder lotes para cultivos de subsistência enquanto – em contraste – algumas plantações de cana-de-açúcar mantiveram seus barracões e aboliram os lotes para cultivos de subsistência (Wolf 1951; Mintz 1951). Aqui, uma interação complexa de fatores econômicos e políticos produziu resultados diferentes em regiões distintas. O modo pelo qual uma característica de um sistema social é vinculada a outros caracteres do mesmo sistema pode, assim, variar mesmo entre sistemas similares. Esta variação é o resultado da interação das forças sociais, econômicas e políticas no seu impacto diferencial. Se estamos interessados na construção de tipos, então devemos estar atentos ao fato de que as características particulares de diagnóstico dos sistemas classificados sob a construção do tipo, podem variar de sistema a sistema.

Estas características comuns a sistemas classificados sob o mesmo tipo, podem não apenas variar de sistema a sistema, vistos sincronamente, mas também dentro de um dado sistema no decorrer do tempo. Pode ser necessário, para fins de comparação transcultural, considerar as características de um sistema como características estáveis, no intuito de compará-las com feições específicas dentro de

um outro sistema. Vistas diacronicamente, no entanto, tais feições aparecem como resultado de processos que mudam com o tempo. Deste ponto de vista, um sistema pode ser visto como uma série de processos interdependentes que podem se influenciar mutuamente de várias formas. Assim, por exemplo, a produção para determinado mercado pode se iniciar de modos muito diferentes. Pode variar na forma e na intensidade; pode se processar rápida ou lentamente. Processos concomitantes, que levam ao estabelecimento de uma força de trabalho assalariada, podem ter suas origens em diferentes condições, e se desenrolar, por sua vez, a velocidades diferentes. Tal variabilidade num conjunto de processos pode provocar variabilidade em outros. Cada um destes processos pode ser examinado como um *continuum* no tempo, num envolvimento diferencial com outros processos. Um sistema social pode, assim, ser visto como uma série de *continua* de processos examinados sincronamente. O tipo no qual o sistema é classificado, por sua vez, representa uma afirmação até mais generalizada sobre conjuntos comparáveis de processos variáveis. Isto significa que a construção do tipo é de utilidade limitada, se empregada para erguer uma série de "espécies sociológicas". Gostaríamos de enfatizar seu valor operacional, como um meio de identificar variáveis em interdependência, mais do que cada variável isolada mecanicamente de sua matriz.

Tipos ou modelos de predição podem objetivar um âmbito restrito ou amplo de predições. A intenção deste artigo é paralela ao trabalho de outros antropólogos, mas difere talvez na sua tentativa de alargar, mais do que restringir, o alcance da previsão. Julian Steward, por exemplo, interessou-se primeiramente nas regularidades transculturais entre grupos subculturais encontrados em diferentes partes do mundo, deixando a caracterização dos sistemas maiores, nos quais se inseriam tais grupos, para análise por outras disciplinas. Centrando sua atenção primeiramente em tais subculturas, achou útil dirigir a atenção inicial para a construção de tipos, anteriormente à análise das adaptações culturais e ecológicas relevantes, a inter-relação entre o meio ambiente e a tecnologia. Tal ênfase inicial implica que uma dada adaptação ecológico-cultural deve ser entendida, no final das contas, em termos do nível de integração sócio-cultural do grupo

em questão (Steward 1955, Steward and Staff 1955:9-10; Steward and Murphy 1955). Nosso trabalho difere na ênfase, apesar de não no intento, ao colocar a ênfase primeira nas condições da sociedade maior, enquanto consideramos a adaptação ecológica como apenas uma de uma série de condições limitadoras que a análise deve levar em consideração. Nosso propósito tem sido não apenas o de traçar as condições culturais que derivam da operação dos sistemas aqui estudados, mas também as condições iniciais e operacionais dos próprios sistemas. Estas condições são as condições de um tipo de sociedade maior que delega decisões estratégicas a empresários individuais ou a grupos de empresários. Tais decisões têm influência direta sobre a maneira como opera e se desenvolve cada sistema individual, e elas deveriam ser incluídas num modelo que objetivasse uma margem de previsão ampla ao invés de estreita. Assim, por exemplo, os modos pelos quais a força de trabalho é empregada em cada tipo de sistema analisado acima, parece ter relevância estratégica no condicionamento das culturas dos grupos sociais envolvidos. No entanto, o uso da mão-de-obra em cada tipo de sistema é ditado por decisões que vêem o trabalhador como mercadoria. Estes são os resultados de condições especificamente culturais – e não naturais – dentro da sociedade maior.[12] Parece-nos que um conceito de tipo que não inclua as orientações e propósitos da sociedade maior explicitamente na sua formulação inicial, pode ser aplicado convenientemente apenas para situações em que estas orientações e propósitos permanecem constantes.

Como os sistemas agrícolas dos tipos apresentados neste ensaio são estruturados para produzir lucros sobre o capital investido, estão sujeitos ao mesmo tipo de processo de tomada de decisão que rege a atribuição dos recursos na sociedade empresarial maior. Portanto, suas características básicas podem ser rearrumadas pelo *fiat* empresarial para alcançar os mesmos objetivos de maneiras diferentes. Fazendas e

[12] O ponto de vista, aqui destacado, parece adquirir trânsito entre os não-antropólogos. Um dos conceitos afins mais antigos e ao mesmo tempo mais negligenciados é o de "fetichismo da mercadoria" em Marx. Ver Marx (1930:43-58). Entre as formulações modernas significativas incluem-se Polanyi (1944) e J. Schumpeter (1947).

plantações são apenas duas das alternativas para atingir este objetivo. O presente artigo não esgotou a gama possível de alternativas, tampouco explorou a variedade de condições que podem tornar possível a sua emergência. No entanto, os tipos discutidos podem ser vistos propriamente como pontos de partida para o estudo intensivo de outros tipos relacionados ou contrastantes. Pensamos que tais estudos são necessários para reduzir as operações de pura sorte nas tentativas de induzir mudanças e tornar possível uma medida de previsão sistemática.

Referências

AGUIRRE BELTRAN, G. y POZAS ARCINIEGAS, R. "Instituciones Indígenas en el México Actual". In: Caso, A. (ed.) *Métodos y Resultados de la Política Indigenista en México,* Memorias del Instituto Nacional Indigenista,Vol.6. México, DF, 1954.

BAGU, S. *Economia de la Sociedad Colonial.* Buenos Aires, 1949.

BOWMAN, I. *The Pioneer Fringe.* American Geographical Society Special Publication Nº 13. New York, 1931.

CLAPHAM, J. H. and POWER, E. (eds) *Cambridge Economic History* vol.1, Cambridge, 1941.

CREDNER W. "Tendenzen in Ausbau tropischer Landwirtschaft". In: Dietzel K., Schmieder, O., Schmitthenner, H. (eds) *Lebensraumfragen europäischer Völker,* vol. 2. Leipzig, 1942.

CUMPER G. "A Modern Jamaican Sugar Estate", *Social and Economic Studies,* Vol. 3, Nº 2, University College of the West Indies, Jamaica, 1954.

DOPSCH, A. *Economia Natural y Economia Monetária.* México, D.F, 1943.

GARCIA, A. "Regimenes indígenas de salaviado", *American Indigena,* VIII, 1948.

GAYER, A. D., HOMAN, P.T. and JAMES, E.K. *The Sugar Economy of Puerto Rico,* New York, 1938.

GREAVES, I. C. *Modern Production among Backward Peoples.* London, 1935.

GRUENING, E. *Mexico and its Heritage.* New York, 1928.

GUTMANN, F. "Bauernbefreiung", *Handwörterbuch der Staatswissenschaft,* 4th edition, Vol. 2. Jena, 1924.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Basic Problems of Plantation Labour.* Geneva, 1950.

JONES, C. L. *Guatemala: Past and Present* .Minneapolis, 1940.

LEONARD, O. E. *Bolivia.* Washington, 1952.

LEWIS, O. *Life in a Mexican Village.* Urbana, 1951.

MANGIN, W. *The Cultural Significance of the Fiesta Complex on an Indian Hacienda in Peru,* Ph. D. Dissertation, Dept. of Anthropology. Yale University, 1954.

MARX, K. *Capital,* Vol. 1. London, 1930.

MCBRIDE, G. M. "Plantation" *Encyclopedia of the Social Sciences.* New York, 1934.

MERIVALE, H. *Lectures on Colonization and Colonies.* London, 1841/42.

MINIMUM WAGE BOARD. *The Sugar Cane Industry in Puerto Rico.* Government of Puerto Rico, San Juan, 1943.

MINTZ, S. W. and WOLF, E. R. "An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo)", *Southwestern Journal of Anthropology,* VI, 1950.

MÍNTZ S. W. *Cañamelar: The Contemporary Culture of a Puerto Rican Rural Proletariat,* Ph. D. Dissertation, Columbia University [publicada in Steward 1956], 1951.

MINTZ S. W. "The Culture History of a Puerto Rican Sugar Cane Plantation, 1876-1949", *Hispanic American Historical Review*, XXXIII, 1953.

NIEBOER, H.J. *Slavery as an Industrial System*. The Hague, 1900.

NORRIS, T.L. "Economic Systems: Large and Small Holdings". In: Loomis, C.P. (ed.) *Turrialba*. Glencoe, 1953.

POLANYI, K. *The Great Transformation*. New York, 1944.

POSTAN, M. "Chronology of Labour Services", *Transactions of the Rural Historical Society*, 4th Series, XX, 1937.

ROUX, R. "Economic Conditions Affecting Social Policy in Plantations" *International Labour Review*, LXVII, 1953.

SAENZ, M. *The Peruvian Indian*. Mimeo.Washington DC, 1944.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, 1947.

SEE, H. *Orígen y Evolución del Capitalismo Moderno*. Mexico, DF, 1952.

SERVICE, E. R. "Indian-European Relations in Colonial Latin America" *American Anthropologist*, LVII, 1955.

SIMPSON, E. N. *The Ejido: Mexico's Way Out*. Chapel Hill, 1937.

SMITH T. L. *Brazil: People and Institutions*. Bâton Rouge, 1946.

STEWARD, J. H. *Theory of Culture Change*. Urbana, 1955.

STEWARD, J. H. and Staff. *University of Illinois Research on Cross-Cultural Regularities*. Mimeograph. Urbana, 1955.

STEWARD J. H. and Murphy, R.F. "Tappers and Trappers: Parallel Process in Acculturation". Ms. Urbana, 1955.

STEWARD J. H. (ed) *The People of Puerto Rico: A Study in Social Anthropology*. University of Illinois Press, Urbana, 1956.

TANNENBAUM, F. *The Mexican Agrarian Revolution*. Washington DC, 1929.

TANNENBAUM, F. *Peace by Revolution*. New York, 1933.

THOMPSON, E. T. *The Plantation*. Ph. D. Dissertation, Department of Sociology, University of Chicago, 1932.

THOMPSON, E. T. "Population Expansion and the Plantation System", *American Journal of Sociology*, Vol. XLI, 1935.

WAGLEY, C. *Economics of a Guatemalan Village*. American Anthropological Association Memoir, Nº 58. Menasha, 1941.

WAIBEL, L. *Die Rohstoffgebiete des tropischen Afrika*. Leipzig, 1937.

WHETTEN, N. *Rural Mexico*. Chicago, 1948.

WHITTLESEY, D. *The Earth and the State*. New York, 1944.

WOLF, E. R. *San José: Culture Change and Culture Stability in a Puerto Rican Coffee-Growing Community*. Ph. D. Dissertation, Columbia University [publicado em Steward 1956], 1951.

WOLF E. R. "La formación de la nación: un ensayo de formulación" *Ciencias Sociales*, IV, 1953.

ZAVALA, S. "Origenes coloniales del peonaje en México" *Trimestre Económico*, X, 1944.

sociedades que cresceram em torno da economia açucareira. Ao longo da história das ilhas caribenhas, múltiplas formas de exploração da mão-de-obra coexistiram e se sucederam, tema este que é explorado por Mintz no "Era o Escravo de Plantação um Proletário?", o quarto artigo dessa valiosa coletânea. "O Poder Amargo do Açúcar" termina com o estudo clássico de Eric R. Wolf e Sidney W. Mintz, "Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas". Originalmente publicado em 1957, este trabalho analisa as características, tanto de origem endógena como exógena, que distinguem fazendas e plantações na América Latina.

Os estudos incluídos nesta coletânea constituem um convite para uma reflexão por parte do leitor, sobre a diferença e semelhanças entre o mundo das plantações de açúcar no Caribe e no Brasil.

Professor Marc Jay Hoffnagel
Departamento de História/UFPE

Sidney W. Mintz
é um antropólogo que trabalha sobre a região do Caribe, a comida e sua história.
Suas publicações incluem *Worker in the Cane* (1960), a história de vida de um canavieiro, e *Sweetness and Power* (1985), uma história do açúcar. Mintz publicou recentemente *The Vanquished*, uma tradução em inglês do romance *Los Derrotados* do portoriquenho Cesar Andreu. Sua pesquisa atual diz respeito à história, cultura e política do mercado mundial de soja.